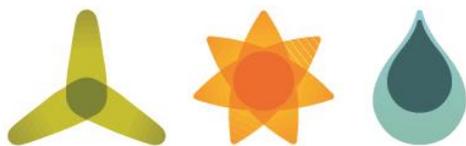
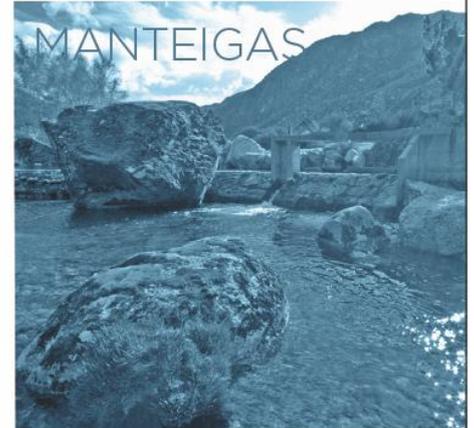
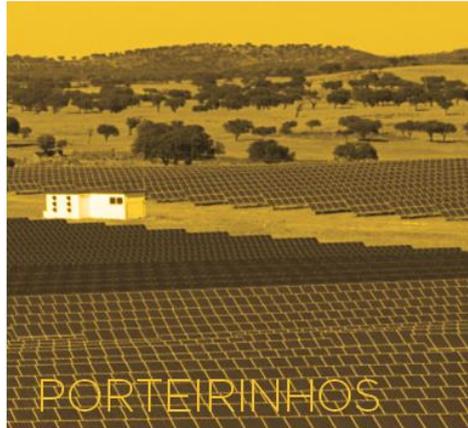
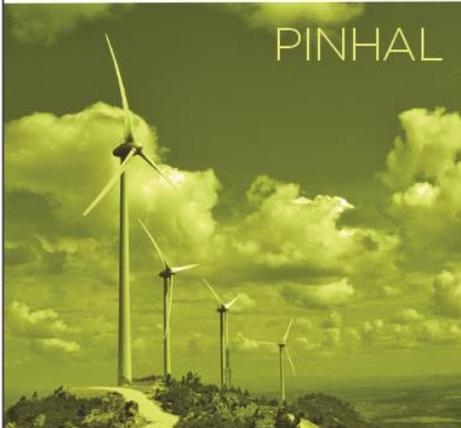


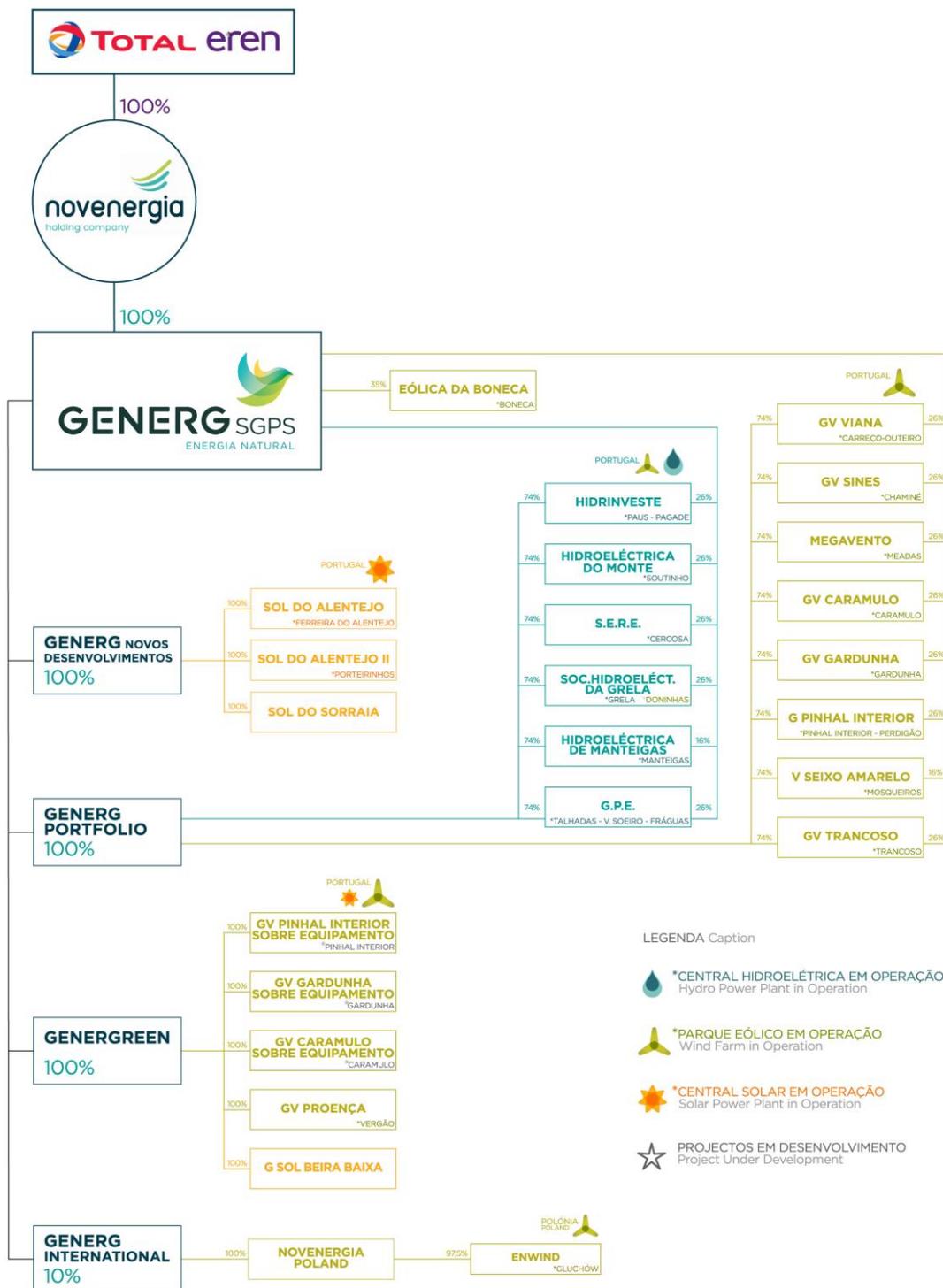
RELATÓRIO E CONTAS 2019





SÍNTESE INFORMATIVA

APRESENTAÇÃO DO GRUPO GENERG



PORTFOLIO DOS ATIVOS GENERG SGPS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Empresa	Projecto	País	Potência (MW)	Real (GWh)	Base Case (GWh)	Δ (%)
HÍDRICA						
GPE - Gestão e Projectos de Energia	Talhadas	Portugal	5,4	21,1	17,3	21,9%
GPE - Gestão e Projectos de Energia	Fráguas	Portugal	3,2	8,1	8,2	-1,2%
GPE - Gestão e Projectos de Energia	V. Soeiro	Portugal	4,4	14,8	13,3	11,3%
Hidrinveste	Paus	Portugal	4,0	10,0	9,9	0,9%
Hidrinveste	Pagade	Portugal	1,5	5,1	4,5	13,1%
S.E.R.E.	Cercosa	Portugal	4,2	9,1	7,8	17,0%
Hid. do Monte	Soutinho	Portugal	3,2	9,5	9,0	6,0%
Hid. da Grela	Grela	Portugal	0,6	3,5	2,7	29,5%
Hid. de Manteigas	Manteigas	Portugal	6,7	15,0	14,5	3,4%
			33,2 MW	96,2 GWh	87,2 GWh	10,3%
EÓLICO						
G Ventos do Caramulo	Caramulo	Portugal	90,0	214,4	196,6	9,1%
Megavento	Meadas	Portugal	9,0	20,6	18,9	9,1%
Ventos do Seixo Amarelo	Mosqueiros	Portugal	8,0	21,9	22,5	-2,8%
G Ventos de Proença-a-Nova	Vergão	Portugal	12,0	39,0	37,3	4,7%
G Ventos de Sines	Chaminé	Portugal	6,9	14,0	14,5	-3,6%
G Ventos de Viana do Castelo	Carreço	Portugal	20,7	54,5	54,9	-0,8%
G Pinhal Interior	Pinhal Interior	Portugal	144,0	344,3	327,3	5,2%
Hid. da Grela	Doninhas	Portugal	0,8	1,2	1,2	-2,9%
G Ventos da Gardunha	Gardunha	Portugal	114,0	303,8	288,4	5,3%
G Pinhal Interior	Perdigão	Portugal	2,0	3,9	4,1	-6,0%
G Ventos de Trancoso	Trancoso	Portugal	28,0	80,5	77,3	4,2%
			435,4 MW	1 098,1 GWh	1 042,9 GWh	5,3%
SOLAR						
GENERG Sol do Alentejo	Ferreira	Portugal	12,7	20,6	19,1	8,1%
GENERG Sol do Alentejo 2	Porteirinhos	Portugal	6,2	9,9	9,5	3,8%
			18,9 MWp	30,5 GWh	28,6 GWh	6,7%
TOTAL GENERG SGPS			487,5 MW	1.130,7 GWh	1141,9 GWh	-1,0%

Empresa	Projecto	País	Potência	Real	Base Case	Δ (%)
EÓLICO						
Enwind	Gluchow	Polónia	20,0 MW	57,3 GWh	54,2 GWh	5,7%

A GENERG SGPS detém apenas 10% da GENERG INTERNATIONAL detentora da ENWIND (Polónia), logo o valor de produção do PE de Gluchow não é consolidado no presente relatório.



ORGÃOS SOCIAIS

GENERG SGPS A 25 DE MARÇO DE 2020

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Isabel Barros da Fonseca

Secretário: Elisabete Campos Rodrigues

FISCAL ÚNICO

Deloitte & Associados, SROC, S.A.

SUPLENTE(S) DO FISCAL ÚNICO

Carlos Luis Oliveira de Melo Loureiro

COMISSÃO DE FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

PRESIDENTE: David Corchia

VOGAL: Vincent Giron

VOGAL: Carlos Pimenta

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Álvaro Brandão Pinto



Hélder Serranho



Vitor Pacheco



Bernardo Lucena



Ricardo Jesus

MISSÃO

De acordo com as orientações estratégicas do Grupo, a GENERG assume como sua missão principal:

- Construção e exploração de aproveitamentos de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis;
- Valorização de recursos endógenos naturais;
- Rentabilização dos capitais investidos;
- Apoio ao desenvolvimento das regiões onde está presente;
- Apoio ao reforço do "Cluster Industrial", em Portugal, virado às energias renováveis;
- Incentivo às boas práticas ambientais;
- Apoio ao desenvolvimento tecnológico do setor.

CARTA DE PRINCÍPIOS

A GENERG assume na sua prática:

- Respeito pelos legítimos direitos dos outros, sejam eles os parceiros empresariais, os trabalhadores, os acionistas ou os cidadãos em geral;
- Compromisso de respeito pelos valores do Ambiente, da Segurança de pessoas e bens e empenho ativo no Desenvolvimento Sustentável;
- Respeito rigoroso e intransigente da Lei.



PORTFOLIO GENERG

Potência em operação no final de 2019



HÍDRICO HYDRO

33,2MW

1. PAUS	4,0 MW
2. PAGADE	1,5 MW
3. VALE SOEIRO	4,4 MW
4. FRÁGUAS	3,2 MW
5. GRELA	0,6 MW
6. TALHADAS	5,4 MW
7. CERCOSA	4,2 MW
8. SOUTINHO	3,2 MW
9. MANTEIGAS	6,7 MW

EÓLICO WIND

435,4MW

1. CARREÇO/OUTEIRO	20,7 MW
2. MEADAS	9,0 MW
3. TRANCOSO	28,0 MW
4. MOSQUEIROS	8,0 MW
5. DONINHAS	0,8 MW
6. CARAMULO	90,0 MW
7. GARDUNHA	114,0 MW
8. PINHAL INTERIOR	144,0 MW
9. VERGÃO	12,0 MW
10. PERDIGÃO	2,0 MW
11. CHAMINÉ	6,9 MW

SOLAR SOLAR

18,0MW

1. FERREIRA DO ALENTEJO	12,0 MW
2. PORTEIRINHOS	6,0 MW

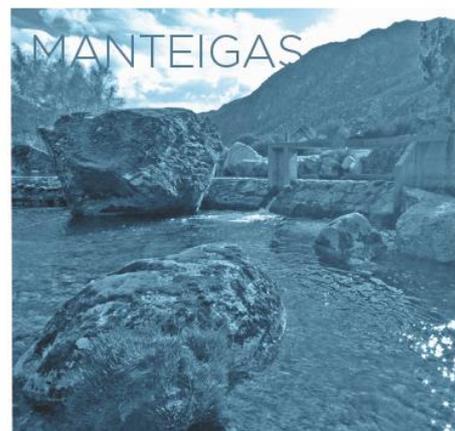
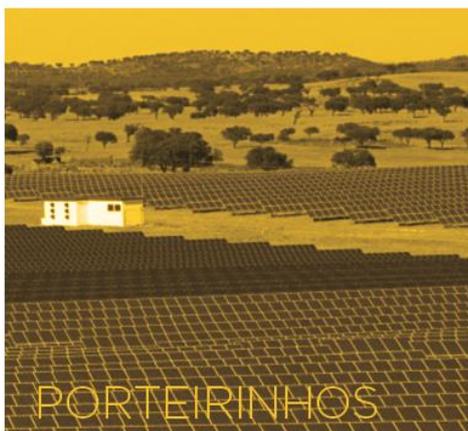
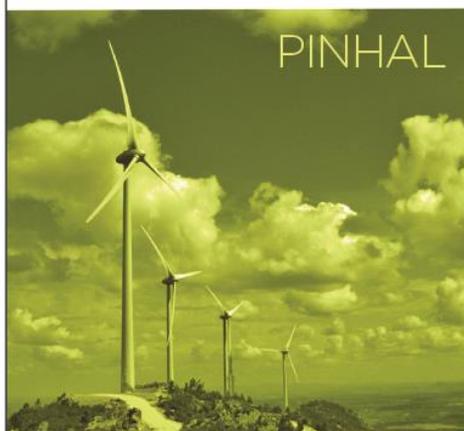
POLÓNIA POLAND

20,0MW

1. GLUCHÓW	20,0 MW
------------	---------



NOTA: A GENERG SGPS detém apenas 10% do Parque Eólico de Gluchow, através da sua participada GENERG International.



RELATÓRIO DE GESTÃO

01. A GENERG SGPS EM 2019

O ano de 2019 foi marcado pelo menor crescimento global desde a crise financeira global. O desempenho económico da primeira metade do ano foi particularmente influenciado pelo aumento da incerteza das políticas comerciais dos maiores blocos económicos, juntamente com uma variedade de efeitos macroeconómicos de desaceleração, decorrentes de tensões geopolíticas e sociais, ou condições financeiras mais apertadas, observadas em diferentes mercados emergentes. Esses elementos-chave levaram a uma procura lenta que, por sua vez, provocou uma desaceleração na produção industrial e uma paralisação no comércio global.

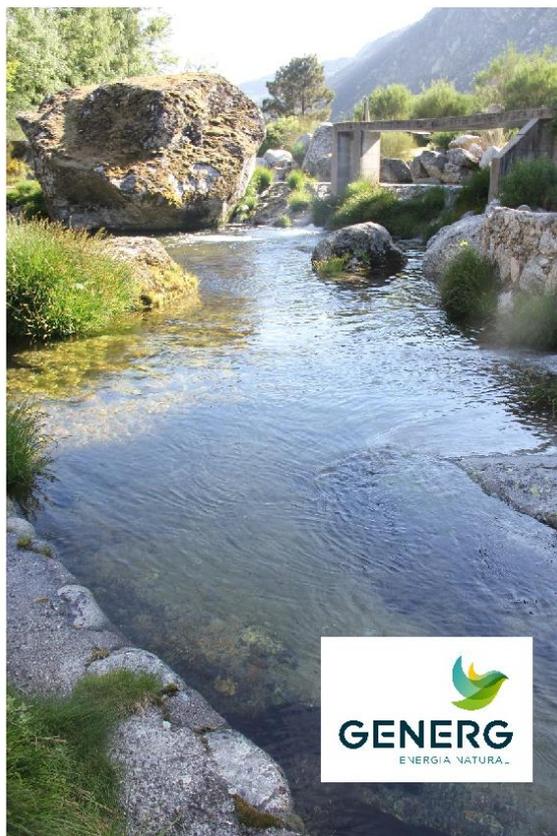
Com a reação dos principais bancos centrais ao cenário iminente de desaceleração, foi feita uma mudança na direção da política monetária num sentido mais acomodaticio. Notícias favoráveis intermitentes sobre as negociações comerciais EUA-China e medos reduzidos de um Brexit sem acordo levarão a atividade global a níveis mínimos. No segundo semestre, houve uma retoma nos mercados de trabalho com maior poder de compra, levando a alguns gastos adicionais.

No geral, o ano de 2019 deverá acabar com um crescimento global de 2,9%. E enquanto as perspetivas para 2020 foram inicialmente inclinadas para um crescimento melhorado, a recente pandemia que afetou o mundo comprometeu totalmente qualquer expectativa de que a economia melhore nos próximos meses.

Para a GENERG, o ano foi de mudanças significativas, durante o ano o Grupo foi adquirido pelo Grupo Total EREN.

O ano também foi também dedicado à conclusão da operação de financiamento GENERG Ventos de Proença, uma vez que o repowering foi numa primeira fase construído com base apenas em capitais próprios.

Finalmente, houve progressos significativos nas etapas finais do desenvolvimento de alguns projetos que estavam em curso e que servirão de base para o crescimento nos próximos meses. As equipas conseguiram garantir totalmente as autorizações e negociar os principais contratos necessários para a construção da central fotovoltaica de Mexeeiro. Foram também obtidas as licenças para aumentar a capacidade instalada de Caramulo, Pinhal Interior e Gardunha dentro do marco legal existente em Portugal para o sobre equipamentos de parques eólicos.



DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS E OUTRAS ACTIVIDADES

Em 2019, o Grupo preparou o início da construção do projeto Mexeeiro, uma central fotovoltaica com capacidade instalada de 27,5 MW, a ser construída na região de Santarém. A central fotovoltaica de Mexeeiro mais que dobrará a capacidade solar instalada no país e a geração de eletricidade de origem solar para o Grupo.

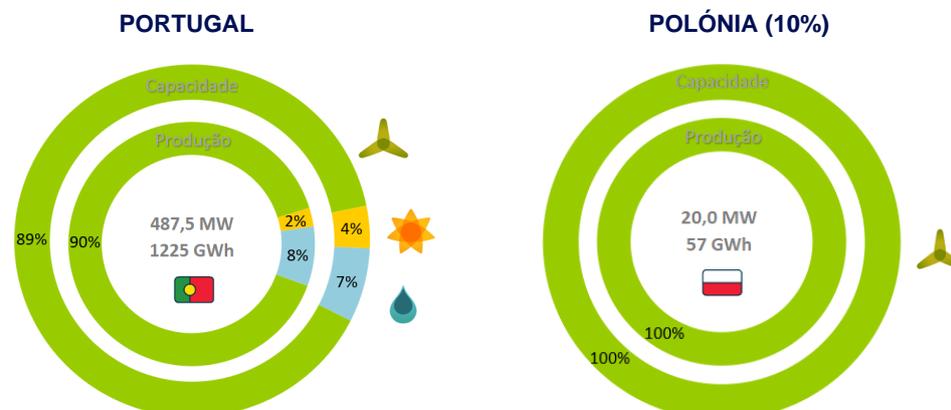
Durante o ano, o Grupo também conseguiu obter três licenças para os projetos de sobre equipamentos a serem instalados nos seus principais parques eólicos - Pinhal Interior, Gardunha e Caramulo - com uma capacidade global de 53MW e a integração de uma nova turbina em Caramulo com uma capacidade de 4 MW.

O Grupo continua à procura de novas oportunidades para aumentar seu portfólio de energia eólica.

Em julho de 2019, o Grupo vendeu sua subsidiária Power & Sol, uma empresa dedicada ao desenvolvimento e construção de centrais fotovoltaicas com expectativa de venda de eletricidade no mercado, ao seu acionista indireto Total Solar e, por esse motivo, o Grupo não apresentou nenhuma oferta no âmbito do leilão fotovoltaico solar lançado pelo Governo em meados de 2019.

02. ÁREAS DE NEGÓCIO

CAPACIDADE INSTALADA E PRODUÇÃO



A capacidade em Portugal permaneceu estável em 2019, por isso o portfólio atual mantém-se composto por 435 MW de capacidade eólica, 33 MW em aproveitamentos hidroelétricos e 19 MW em centrais de geração pela via fotovoltaica.

A interação próxima entre as equipas de operação e manutenção e o Departamento de Engenharia levou a um desempenho positivo que pode ser confirmado pelos KPIs (indicadores de performance) de cada tecnologia:

- Disponibilidade de Parques Eólicos: 99% (valor do orçamento de 96,5%), com uma eficiência global (disponibilidade em termos de energia) de 98,4%. Este valor demonstra o esforço significativo no planeamento e operação de manutenção. Com nova informação proveniente do Centro de Despacho, um novo KPI pode agora ser avaliado. De facto, obteve-se um desempenho global da curva de potência de 107,7% (100% representando o nível de curva de potência que deve ser obtido para os dados eólicos registados), longe da curva de 95% / 96% garantida pelos fornecedores, mostrando novamente o impacto do trabalho positivo das equipas de operação de manutenção. Estes dados são particularmente relevantes quando se tem a conta a idade do portfólio.
- Rácio de Desempenho (PRs) das centrais solares: 77,0% (valor do orçamento de 75,7% para o 10º ano de operação e uma eficiência (disponibilidade em termos de energia) de 100%.
- Eficiência de centrais hídricas, com um valor de 99% igualmente muito superior ao valor estimado (95%).
- O recurso eólico na Polónia e o excelente nível de performance registado no parque eólico de Gluchow (disponibilidade de 99,3%) permitiram uma produção 5,7% acima do previsto no base case.
- A GENERG SGPS detém apenas 10% da GENERG INTERNATIONAL detentora da ENWIND (Polónia), logo o valor de produção de Gluchow não se encontra consolidado no presente relatório.

02.1. HÍDRICA

As centrais hídricas do Grupo contribuíram com 96 GWh para a produção de eletricidade do Grupo, 7% do total da NOVENERGIA em Portugal, o que representa uma produção da mesma ordem de grandeza do ano anterior (acréscimo de 2%).

PRODUÇÃO DAS CENTRAIS HÍDRICAS EM PORTUGAL - REAL vs ORÇAMENTO

Centrais Hídricas	Potência	Real (GWh)	Base Case (GWh)	Δ %
Talhadas	5,4 MW	21,1	17,3	21,9%
Fráguas	3,2 MW	8,1	8,2	-1,2%
Vale Soeiro	4,4 MW	14,8	13,3	11,3%
Paus	4,0 MW	10,0	9,9	0,9%
Pagade	1,5 MW	5,1	4,5	13,1%
Cercosa	4,2 MW	9,1	7,8	17,0%
Soutinho	3,2 MW	9,5	9,0	6,0%
Grela	0,6 MW	3,5	2,7	29,5%
Manteigas	6,7 MW	15,0	14,5	3,4%
TOTAL	33,2 MW	96,2 GWh	87,2 GWh	10,3%

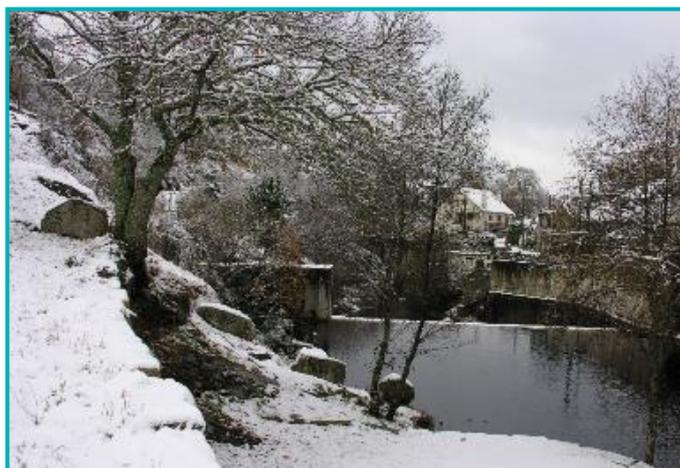
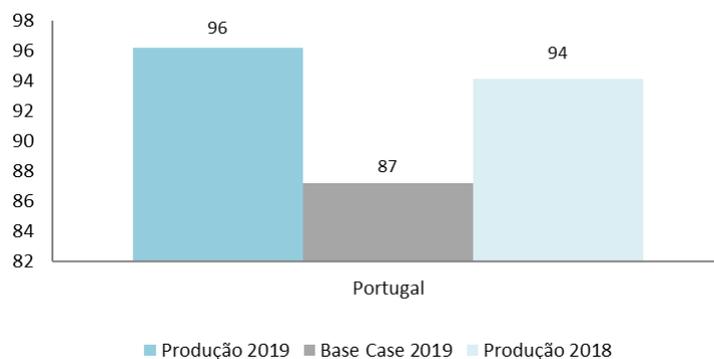
De novo, a produção anual esteve acima do ano médio (base case) com um desvio positivo de 10%.

As centrais mais preformantes foram as localizadas na Bacia do rio Alfusqueiro (Talhadas e Cercosa).

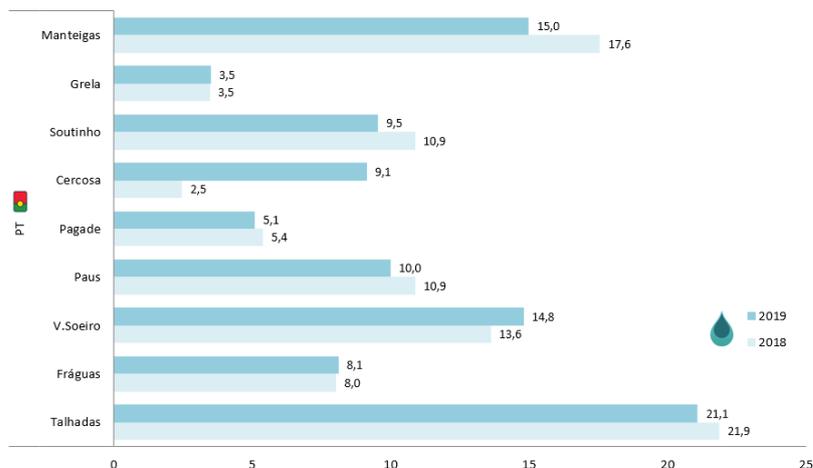
A central da Grela manteve a sua produção bem acima da média, provavelmente devido à construção da barragem de regularização a montante.

Esta produção acima do ano médio ocorre pelo segundo ano consecutivo e não foi influenciada pelo verão extremamente seco de 2019.

TOTAIS DE PRODUÇÃO HÍDRICA (GWh)



PRODUÇÃO POR CENTRAL HÍDRICA (GWh)

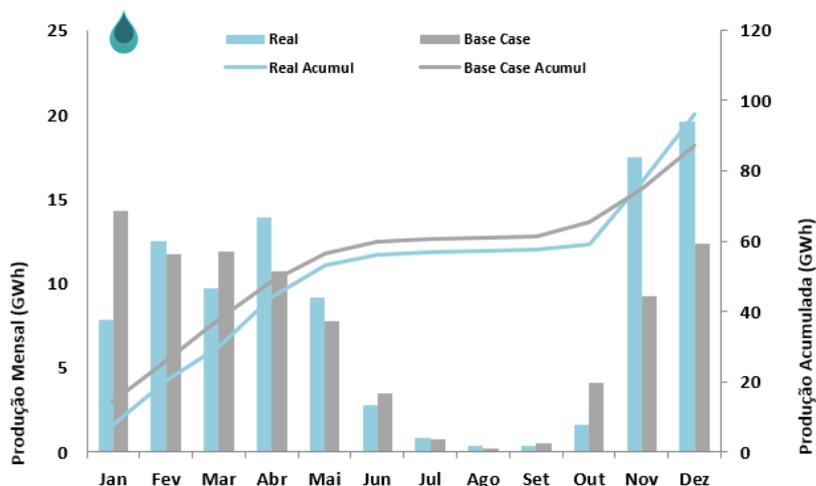


De novo, a produção anual esteve acima do ano médio (base case) com um desvio positivo de 10%.

As centrais mais eficientes foram as localizadas na Bacia do rio Alfusqueiro (Talhadas e Cercosa).

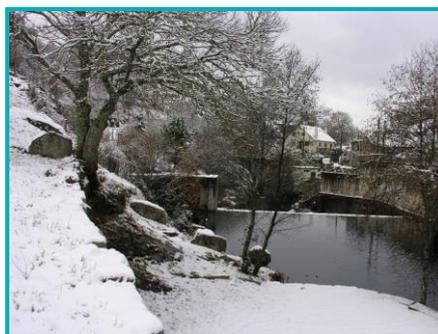
Em termos de KPI, o portfólio hídrico apresentou em 2019, uma disponibilidade energética de 99%, valor bem acima do previsto em orçamento.

PRODUÇÃO HÍDRICA MENSAL EM 2019 (GWh)



A produção mensal em 2019 seguiu a trajetória habitual, ligeiramente abaixo do ano médio nos primeiros 10 meses do ano, data a partir do qual foi claramente superior ao previsto.

O portfólio Hídrico da NOVENERGIA, parece estar perfeitamente adequado à maior concentração de precipitação, facto que o que parece estar a ocorrer com maior frequência. A resposta do portfólio à grande concentração de precipitação nos dois últimos meses do ano, designadamente a boa resposta do equipamento produtivo, parece ser prova disso.



02.2. EÓLICA



O recurso eólico observado em 2019 esteve acima do valor médio, permitindo uma produção eólica (1,1TW) 5% superior ao ano médio.

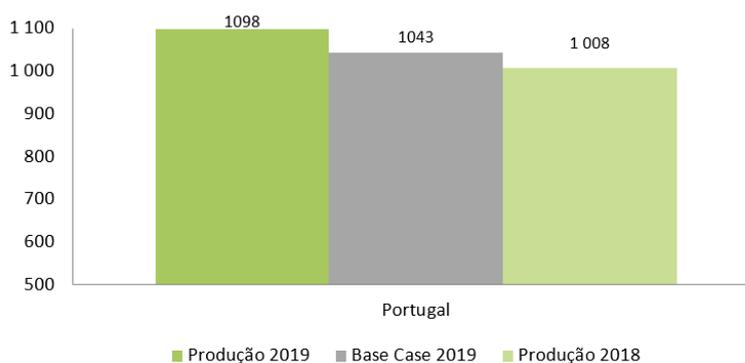
Atendendo aos excelentes níveis observados para a disponibilidade do portfólio eólico (99%) e de eficiência global de 99,1 medida sobre a forma de disponibilidade energética, acrescido de um excelente desempenho da curva de potência do portfólio (mesmo tendo em consideração que o referido portfólio em termos médios já se encontra em operação à cerca de 12 anos), este excelente desempenho não fica só a dever-se ao recurso disponível mas também ao excelente desempenho da operação destes ativos, fruto da excelência do trabalho das equipas internas de operação e a manutenção, do suporte da engenharia e da competência do asset management, bem como, das equipas de serviço dos fornecedores de turbinas : Enercon, Nordex e Vestas.

O portfólio teve o comportamento constante dos mapas seguintes.

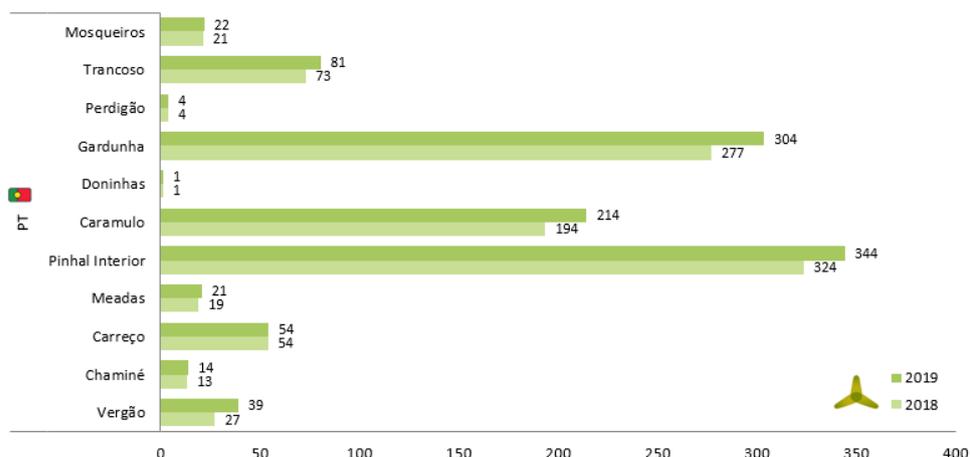
PRODUÇÃO DOS PARQUES EÓLICOS EM PORTUGAL - REAL vs ORÇAMENTO

Parque Eólico	Potência (MW)	Real (GWh)	Base Case (GWh)	Δ %
Caramulo	90,0	214,4	196,6	9,1%
Meadas	9,0	20,6	18,9	9,1%
Mosqueiros	8,0	21,9	22,5	-2,8%
Vergão	12,0	39,0	37,3	4,7%
Chaminé	6,9	14,0	14,5	-3,6%
Carreço	20,7	54,5	54,9	-0,8%
Pinhal Interior	144,0	344,3	327,3	5,2%
Doninhas	0,8	1,2	1,2	-2,9%
Gardunha	114,0	303,8	288,4	5,3%
Perdigão	2,0	3,9	4,1	-6,0%
Trancoso	28,0	80,5	77,3	4,2%
TOTAL	435,4 MW	1 098,1 GWh	1 042,9 GWh	5,3%

TOTAIS DE PRODUÇÃO EÓLICA (GWh)



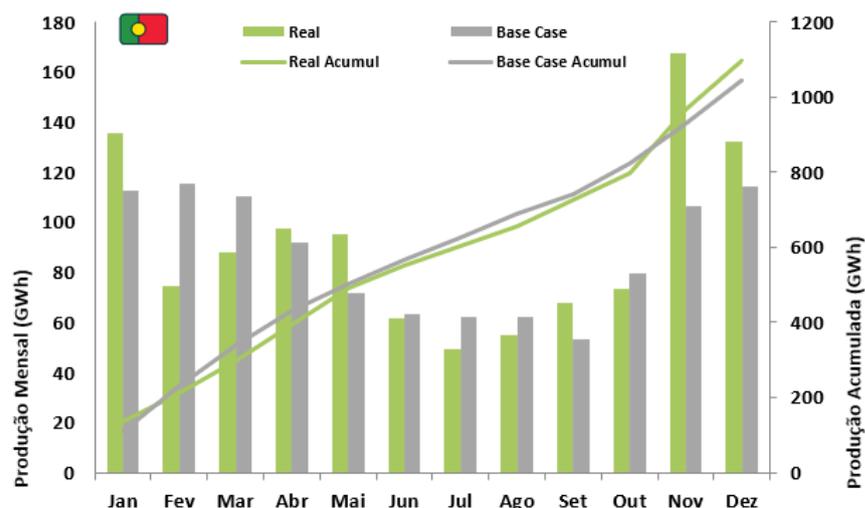
PRODUÇÃO POR PARQUE EÓLICO EM PORTUGAL (GWh)



De novo, a produção anual esteve acima do ano médio (base case) com um desvio positivo de 5%.

Os parques mais eficientes foram os de maior dimensão assim contribuindo para a boa performance global do Grupo.

2019 PORTUGAL – PRODUÇÃO EÓLICA MENSAL (GWh)



O acréscimo de produção em relação ao ano médio ocorreu sobretudo no final do exercício, felizmente logo após as ações e manutenção global previamente programadas.

O recurso eólico na Polónia e o excelente nível de performance registado no parque eólico de Gluchow (disponibilidade de 99,3%) permitiram uma produção 5,7% acima do previsto no base case.



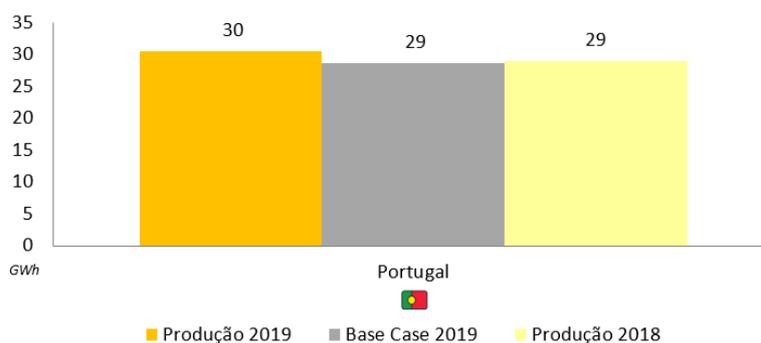


02.3. SOLAR

As centrais solares, instaladas em Portugal, iniciaram o seu 10º ano de produção e ainda assim mantiveram níveis de produção acima do esperado.

- De novo a excelência da operação permite justificar PR – Performance Ratios, de 77% (valor 1,3 pp acima do orçamentado), valor de novo obtido, devido à elevada performance obtida na eficiência, avaliada pela disponibilidade energética que foi de 99,7%.
- O principal ganho, em relação ao base case, foi obtido no primeiro trimestre do exercício.

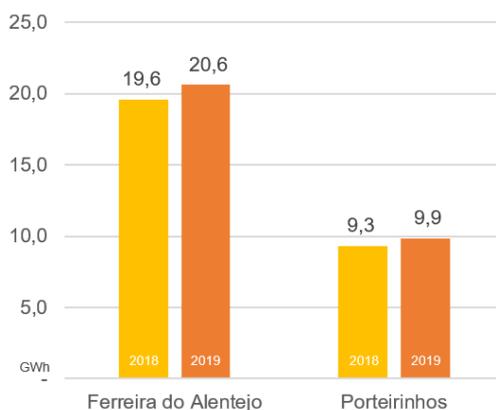
PRODUÇÃO SOLAR EM PORTUGAL (GWh)



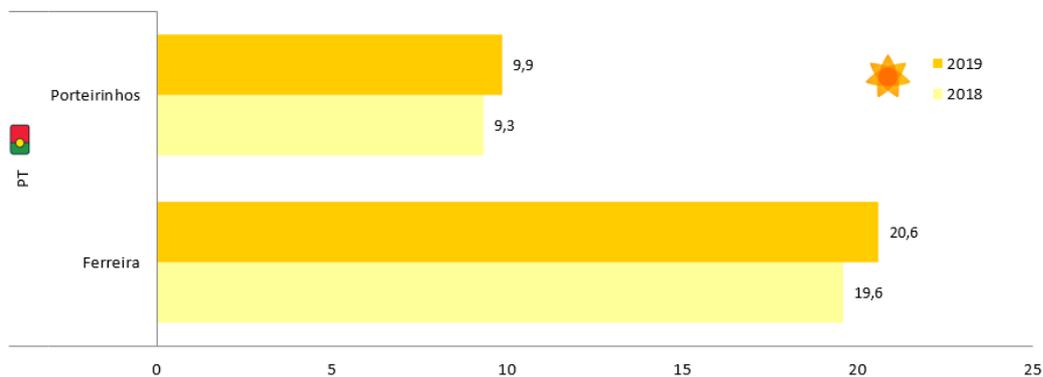
PRODUÇÃO - ORÇAMENTO VS REAL

Central Solar	País	Potência (MWp)	Real (GWh)	Base Case (GWh)	Δ %
Ferreira do Alentejo	Portugal	12,7	20,6	19,1	8,1%
Porteirinhos	Portugal	6,2	9,9	9,5	3,8%
TOTAL		18,9 MWp	30,5 GWh	28,6 GWh	6,7%

2018 vs 2019 – PRODUÇÃO ANUAL POR CENTRAL SOLAR EM PORTUGAL (GWh)

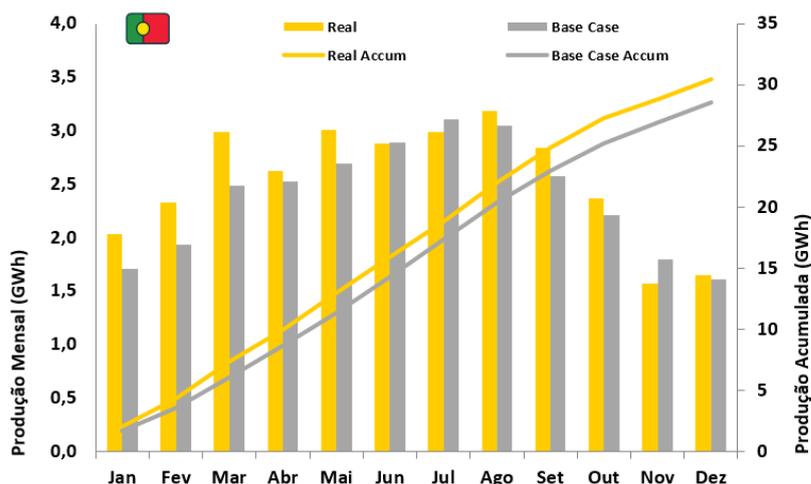


COMPARAÇÃO ANUAL DA PRODUÇÃO POR CENTRAL SOLAR (GWh)



Como já mencionado, a disponibilidade em termos de energia atingiu um valor em torno de 100% e o PR global (78%) está, sem dúvida, acima do valor orçamentado como se pode ver no gráfico seguinte:

2019 PORTUGAL - PRODUÇÃO SOLAR MENSAL (GWh)



03. EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

03.1. GENERG SGPS - INDIVIDUAL

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS DA GENERG SGPS INDIVIDUAL

<i>valores em milhares de euros</i>	2019	2018	Δ%
Volume de Negócios	1 816	1 736	4,6%
EBITDA	44 223	43 940	0,6%
Resultados Operacionais	30 158	29 875	0,9%
Resultados Financeiros	-1 470	-2 119	-30,6%
Resultado Líquido	28 969	28 152	2,9%
Ativo Líquido	386 686	390 799	-1,1%
Capitais Próprios	152 377	135 103	12,8%
Passivo	234 309	255 696	-8,4%
ROE ⁽¹⁾	19,0%	20,8%	
ROI ⁽²⁾	7,5%	7,2%	
Estrutura Financeira ⁽³⁾	1,54	1,89	
Solvabilidade ⁽⁴⁾	0,61	0,65	
Autonomia Financeira ⁽⁵⁾	39,4%	34,6%	

(1) - Resultado Líquido / Capitais Próprios

(2) - Resultado Líquido / Ativo Líquido

(3) - Passivo / Capitais Próprios

(4) - Passivo / Ativo

(5) - Capitais Próprios / Ativo Líquido

O ano de 2019 foi positivamente impactado pela maior disponibilidade de recurso hídrico e eólico, tal como mencionado na nota 2. do presente relatório, o que levou a um aumento dos ganhos imputados pelas subsidiárias cerca de 2,3%.

Apesar do acréscimo das rubricas de Fornecimentos e serviços externos (32,3%) assim como a de Custos de pessoal (9,6%) no presente ano, a empresa teve simultaneamente uma grande redução na rubrica de Outros rendimentos (-83,1%).

Como consequência dos efeitos acima referidos, a empresa apresenta um ligeiríssimo aumento do EBITDA em cerca de 0,6% face a 2018.

No que toca aos Resultados Operacionais os mesmos apresentam praticamente o mesmo aumento do EBITDA, cerca de 0,9%.

Quanto aos Resultados financeiros, os mesmos apresentam uma melhoria, fruto do aumento dos rendimentos financeiros gerados pelos suprimentos às suas participadas, como já vinha acontecendo no ano transato.

Como consequência dos aspetos supramencionados, o resultado líquido do exercício apresenta um ligeiro aumento de cerca de 0,817 milhões de euros face ao ano anterior.

O ativo líquido da GENERG SGPS teve um ligeiro decréscimo de cerca de -1,1% face ao ano anterior (-4,1 milhões de euros) essencialmente pela diminuição dos ativos financeiros.

Salienta-se que os capitais próprios registaram um aumento de cerca de 12,8% face ao ano anterior, devido, essencialmente, ao aumento das Outras reservas. Ainda sobre o capital próprio, salienta-se que a rubrica de Outras Variações de Capital Próprio apresenta um aumento de cerca de 2,3 milhões de euros motivada pela alteração de justo valor dos Swaps nas subsidiárias.

Quanto ao passivo salienta-se a redução dos financiamentos obtidos de curto prazo devido ao vencimento, no final de 2019, do empréstimo obrigacionista com maturidade de dois anos subscrito na totalidade pelas suas Empresas subsidiárias.

Nos próximos anos, a GENERG SGPS deverá manter uma estratégia de crescimento, devendo os fundos necessários ser garantidos, quer através do autofinanciamento, quer por via da dívida bancária de médio-longo prazo alocada diretamente aos projetos.

03.2. GENERG SGPS - CONSOLIDADO

DADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS DA GENERG SGPS CONSOLIDADO

<i>valores em milhares de euros</i>	2019	2018	Δ%
Vendas e Serviços Prestados	132 414	127 196	4,1%
EBITDA	101 337	101 157	0,2%
Resultados Operacional	55 212	54 924	0,5%
Resultado Financeiro	-11 557	-13 249	12,8%
Resultado Líquido	29 103	28 311	2,8%
Ativo Líquido	466 999	494 644	-5,6%
Capitais Próprios	152 568	135 398	12,7%
Passivo	314 431	359 246	-12,5%
ROE ⁽¹⁾	19,0%	20,8%	
ROI ⁽²⁾	6,2%	5,7%	
Resultado Líquido das Vendas ⁽³⁾	21,9%	22,1%	
Estrutura Financeira ⁽⁴⁾	2,06	2,65	
Autonomia Financeira ⁽⁵⁾	32,7%	27,4%	

(1) - Resultado Líquido / Capitais Próprios

(2) - Resultado Líquido / Ativo Líquido

(3) - Resultado Líquido / Vendas e Serviços Prestados

(4) - Passivo / Capitais Próprios

(5) - Capitais Próprios / Ativo Líquido

Durante 2019 registou-se um aumento de 4,1% na faturação face ao verificado em 2018, essencialmente motivado pela maior disponibilidade de recurso eólico e solar. Quanto ao OPEX verificou-se um acréscimo de 12,1% motivado essencialmente pelo incremento face ao ano anterior dos fornecimentos e serviços externos bem assim como das provisões de desmantelamento. A combinação dos efeitos anteriores levou a que o EBITDA não registe uma grande variação mantendo-se nos 101 milhões de euros no presente exercício. Esta performance, em conjunto com redução do montante das amortizações e das imparidades de investimentos depreciables levou os resultados operacionais apresentem uma variação positiva de 0,5%, para os 55,2 milhões de euros. No que diz respeito aos resultados financeiros, melhoraram cerca de 12,8% face ao ano anterior devido essencialmente à redução do montante em dívida.

Como consequência da estabilização dos valores apresentados, o resultado líquido no presente exercício é de 29,1 milhões de euros, ligeiramente superior ao do ano transato.

Os indicadores acima apresentados, demonstram uma evolução característica de uma empresa em velocidade cruzeiro, após a conclusão do investimento no respetivo portfolio. A redução do Activo é devida essencialmente à depreciação dos ativos. Quanto os capitais próprios os mesmos tiveram um acréscimo de 12,7% explicado, essencialmente, pelas outras reservas, consequência da aplicação dos resultados do ano anterior.

04. PERSPECTIVAS PARA 2020

A atividade da GENERG durante o exercício de 2020 pautar-se-á pelo desenvolvimento das seguintes vertentes:

1. Continuação do processo de integração no Grupo NOVENERGIA através da conclusão da sua reestruturação societária internacional, por forma a potenciar as sinergias existentes, com o objetivo de harmonizar funcionalmente as diversas direções e departamentos das duas entidades, conseguindo assim melhorar a eficiência e a eficácia na gestão dos interesses comuns, para além de eliminar redundâncias que não sejam justificáveis;
2. Reforço da consistência do volume de produção em Portugal, diminuindo a sua sensibilidade à flutuação dos diferentes recursos renováveis disponíveis em cada momento, através da construção da nova Central Solar do Mexeeiro, com uma potência instalada de 27,5 MWp;
3. Aumento da eficiência e requalificação do portfólio eólico situado em Portugal, nomeadamente através do sobre-equipamento dos Parques Eólicos do Caramulo, Pinhal Interior e Gardunha, num total de 53MW; bem como a preparação de novos investimentos relativos ao Parque Eólico da Gardunha II e aos sobre-equipamentos de Trancoso e Carreço/Outeiro.
4. Continuação da integração operacional no Centro de Despacho dos ativos do Grupo NOVENERGIA localizados nas geografias exteriores a Portugal, com o objetivo de poder monitorizar e controlar a curto prazo através desta infraestrutura de gestão operacional a totalidade das centrais de produção de energia em fase de exploração;
5. Implementação de novas funcionalidades do sistema ERP SAP, com o objetivo de disponibilizar, com tempos de resposta cada vez mais reduzidos, ferramentas de eficácia acrescida para suporte à gestão do negócio do Grupo.

A continuação sistemática do estudo de novos desafios num quadro estratégico de continuidade e coerência caracterizam assim o cenário prospetivado para 20120.

O ano 2020 ficará marcado pelo COVID-19 como uma pandemia a nível mundial e naturalmente as atividades do Grupo foram impactadas gradualmente nos diferentes países onde atua, essencialmente devido à obrigação de ficar em casa e trabalhar a partir daí.

Em geral, a produção de eletricidade é um setor considerado de importância estratégica e isso significa que naqueles países em que os governos decidiram interromper as atividades industriais, os ativos do Grupo não foram afetados e continuam a operar.

Atualmente, o Grupo NOVENERGIA possui:

- Vários funcionários que trabalham em casa quando as tarefas a serem executadas assim o permitem;
- Alguns funcionários que vão ao escritório em turnos para realizar atividades mínimas que aí precisam de ser realizadas;
- Outros funcionários que trabalham nos ativos (operadores), que o podem continuar fazendo, com as medidas de higiene e segurança apropriadas. Estas situações também se aplicam a entidades terceiras que trabalham nos nossos ativos.

Em geral, a Empresa não antecipa impactos financeiros nem limitações na continuidade da sua atividade.

05. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Proposta de Aplicação de Resultados bem como de distribuição de dividendos é apresentada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto na Lei e nos Estatutos da sociedade.

Uma vez que se encontra plenamente preenchido o previsto no artigo 295º do CSC, o Conselho de Administração propõe que o **Resultado Líquido positivo do exercício de 2019, no montante de 28.969.270,83 euros**, que inclui a previsão para Gratificações de Balanço de 2019 aos Administradores Executivos, seja aplicado do seguinte modo:

- **Dividendos: 21.000.000,00 euros**
- **Reservas Livres: 7.969.270,83 euros**
- **Gratificação de Balanço aos Administradores Executivos: 904.839,32 euros**

06. NOTAS FINAIS E AGRADECIMENTOS

O merecido reconhecimento a todas entidades, coletivas ou singulares, que contribuíram para os resultados da GENERG durante o exercício de 2019, é algo que julgamos não só conveniente, mas necessário, porque sem o contributo de todo o universo de stakeholders da empresa, a GENERG não poderia alcançar os resultados que de forma constante têm marcado o seu percurso durante a última década. Assim, queremos destacar algumas entidades de entre um leque necessariamente mais vasto, às quais endereçamos assim o nosso sincero e genuíno agradecimento:

1. A todas as entidades locais, nomeadamente populações, com as quais interagimos no desenvolvimento e implementação dos nossos projetos;
2. Ao Grupo EDP, pelo apoio na gestão da interligação à rede pública de distribuição e faturação dos ativos da GENERG em Portugal;
3. À REN, pela gestão exemplar da rede de transporte, essencial ao escoamento da produção da GENERG em Portugal;
4. Ao Banco Europeu de Investimento, parceiro de mais de uma década da GENERG, pela flexibilidade e compreensão demonstrada na gestão das contingências relacionadas com os contratos de financiamento em vigor, sempre no quadro das regras definidas no respetivo clausulado;
5. Aos bancos financiadores dos *portfolios* eólico, hídrico e solar da GENERG, em Portugal;
6. À ENERCON, VESTAS e NORDEX pelo profissionalismo demonstrado na operação e manutenção dos parques eólicos da GENERG;
7. À UPSOLAR e SUNTECH parceiros de longa data dos projetos solares da GENERG;
8. À DELOITTE, enquanto Fiscal Único e Auditor Externo, pela atenção e rigor com que acompanham a nossa atividade, garantindo o cumprimento dos critérios e procedimentos contabilísticos e fiscais;



9. À APREN pelo trabalho efetuado em prol da promoção e divulgação das energias renováveis em Portugal.
10. Ao acionista NOVENERGIA Holding Company pelo suporte continuado ao desenvolvimento da atividade da GENERG;
11. E finalmente aos colaboradores, que constituem a sua dedicada base de sustentação operacional e técnica.

Lisboa, 25 de março de 2020

O Conselho de Administração

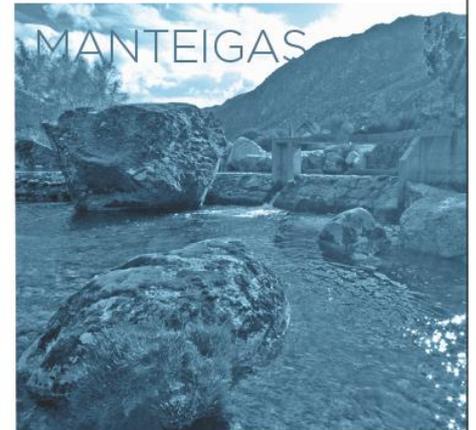
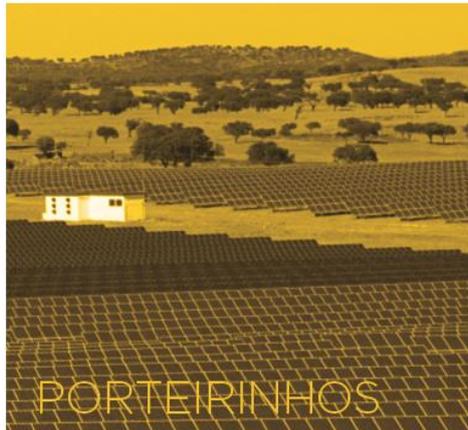
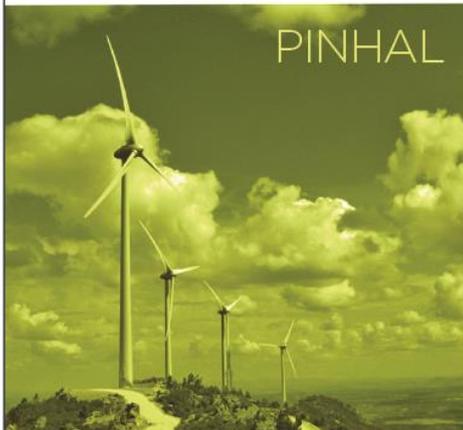
- **Presidente:** Eng. Álvaro Brandão Pinto

- **Administradores:** Eng. Hélder Serranho

Dr. Vitor Pacheco

Eng. Bernardo Lucena

Dr. Ricardo Jesus



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS GENERG SGPS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

01. BALANÇO

	Nota	31 de dezembro	
		2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Goodwill	6	130.747.692	144.629.611
Ativos intangíveis	5	1.802.348	1.986.014
Participações financeiras - MEP	6	145.365.015	114.887.144
Participações financeiras - outros métodos	7	2.174.325	2.174.325
Outros ativos financeiros	8	66.408.876	93.253.524
		346.498.256	356.930.618
Corrente			
Clientes	10	158.361	1.736.047
Estado e outros entes públicos	11	15.788	7.710
Outros créditos a receber	12	2.950.865	3.334.598
Outros ativos financeiros	8	3.625.037	3.691.547
Caixa e depósitos bancários	4	33.437.803	25.098.538
		40.187.854	33.868.441
Total do ativo		386.686.110	390.799.059
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	13	5.000.000	5.000.000
Reserva legal	14	1.000.000	1.000.000
Outras reservas	14	112.186.430	98.034.768
Outras variações no capital próprio	15	5.221.496	2.916.880
		123.407.926	106.951.648
Resultado líquido do exercício		28.969.271	28.151.662
Total do capital próprio		152.377.197	135.103.310
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos	16	229.301.016	229.704.017
		229.301.016	229.704.017
Corrente			
Financiamentos obtidos	16	2.234.544	22.495.394
Fornecedores	17	8.701	8.740
Estado e outros entes públicos	11	1.737.071	2.567.235
Outras dívidas a pagar	17	1.027.582	920.363
		5.007.898	25.991.733
Total do passivo		234.308.913	255.695.750
Total do capital próprio e do passivo		386.686.110	390.799.059

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

02. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

	Nota	Exercício	
		2019	2018
Serviços prestados	18	1.816.454	1.736.047
Ganhos / perdas imputados de subsidiárias	19	44.088.951	43.087.573
Fornecimentos e serviços externos	20	(273.178)	(206.434)
Gastos com o pessoal	21	(1.435.761)	(1.314.146)
Outros rendimentos	22	126.227	749.107
Outros gastos	22	(99.381)	(112.028)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		44.223.312	43.940.119
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(14.064.910)	(14.064.910)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		30.158.402	29.875.209
Juros e rendimentos similares obtidos	24	4.406.313	3.762.090
Juros e gastos similares suportados	24	(5.876.137)	(5.881.509)
Resultados antes de impostos		28.688.579	27.755.790
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	280.692	395.871
Resultado líquido do exercício		28.969.271	28.151.662

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

03. DEMONSTRAÇÃO DA ALTERAÇÃO DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Atribuível aos acionistas

	Notas	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total
A 1 de janeiro de 2018		5.000.000	1.000.000	96.379.763	-	(402.313)	1.655.005	103.632.455
Alterações no exercício								
Aplicação do resultado	14	-	-	1.655.005	-	-	(1.655.005)	-
Ajustamentos de conversão cambial	15	-	-	-	-	(25.108)	-	(25.108)
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15	-	-	-	-	(2.708.229)	-	(2.708.229)
Impostos diferidos	14 e 15	-	-	-	-	(1.129.712)	-	(1.129.712)
Justo valor de Swap's	14 e 15	-	-	-	-	7.377.696	-	7.377.696
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	15	-	-	-	-	(195.454)	-	(195.454)
		5.000.000	1.000.000	98.034.768	-	2.916.880	-	106.951.648
Resultado líquido do exercício							28.151.662	28.151.662
Resultado Integral								31.470.855
A 31 de dezembro de 2018		5.000.000	1.000.000	98.034.768	-	2.916.880	28.151.662	135.103.309
Alterações no exercício								
Aplicação do resultado	14	-	-	28.151.662	-	-	(28.151.662)	-
Ajustamentos de conversão cambial	15	-	-	-	-	1.586	-	1.586
Reconhecimento de subsídios ao investimento	15	-	-	-	-	(2.673.544)	-	(2.673.544)
Impostos diferidos	15	-	-	-	-	(682.286)	-	(682.286)
Justo valor de Swap's	15	-	-	-	-	5.658.860	-	5.658.860
		5.000.000	1.000.000	126.186.430	-	5.221.496	-	137.407.926
Resultado líquido do exercício							28.969.271	28.969.271
Resultado integral								31.273.888
Operações com detentores de capital no exercício								
Distribuição de reservas	14 e 25	-	-	(14.000.000)	-	-	-	(14.000.000)
A 31 de dezembro de 2019		5.000.000	1.000.000	112.186.430	-	5.221.496	28.969.271	152.377.197

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	Nota	Exercício	
		2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		3 370 071	571 941
Pagamentos de fornecedores		(353 845)	(976 132)
Pagamentos ao pessoal		(531 697)	(849 111)
Caixa gerada pelas operações		2 484 529	(1 253 301)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		874 213	777 823
Outros recebimentos/pagamentos		(1 690 901)	(605 098)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 667 841	(1 080 577)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	6	(5 600 000)	(41 165)
Outros ativos	16	(4 821 500)	(30 359 000)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	6	13 541 686	20 256 961
Outros ativos	16	23 476 756	7 766 552
Juros e rendimentos similares		-	149 100
Dividendos		310 190	15 740 699
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		26 907 132	13 513 146
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	16	(2 100 000)	(2 000 000)
Juros e gastos similares	16	(635 708)	(651 120)
Distribuição de reservas	25	(14 000 000)	-
Outras operações de financiamento	16	(3 500 000)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(20 235 708)	(2 651 120)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		8 339 265	9 781 450
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	25 098 538	15 317 089
Efeito da fusão		-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	33 437 803	25 098 538

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

05. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS GNERG SGPS INDIVIDUAL

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A GNERG SGPS, S.A. (referida neste documento como “GNERG SGPS” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, foi constituída sobre a forma de Sociedade Anónima, em 14 de dezembro de 1999 tendo por objeto social a Gestão de participações sociais noutras Sociedades. Foi objetivo dos seus acionistas concentrar numa única sociedade todas as participações financeiras noutras sociedades do Grupo, diferenciando claramente as atividades de gestão operacional das atividades de gestão financeira e estratégica.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa completou o processo de fusão por incorporação da sua Empresa-mãe, LUSENERG – Energias Renováveis, SGPS, S.A. Em consequência deste processo de fusão, a GNERG SGPS passou a ser detida pela NOVENERGIA Holding Company, S.A., com sede no Luxemburgo, sendo que a sua entidade controladora final é a Total Eren, S.A.

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, sendo esta divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

As demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2019 referem-se à atividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Apesar dos investimentos financeiros nas subsidiárias se encontrarem registados pela equivalência patrimonial, pelo qual se encontram refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa os efeitos de consolidação ao nível do resultado líquido e capitais próprios, a Empresa nos termos do n.º 3 do Artigo 7º do Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de Junho está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas dado que a Total Eren, S.A., possui a totalidade do capital da Empresa e apresenta contas consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e a da sua subsidiária.

A empresa é a empresa-mãe de um conjunto de empresas descritas na Nota 28.

É opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.2. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRA EM SUBSIDIÁRIAS

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações, com subsidiárias empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os dividendos recebidos das subsidiárias após a data de aquisição são deduzidos ao valor da participação financeira.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a qual foi determinada pelo Conselho de Administração como sendo idêntica à vida útil dos principais ativos afetos aos parques eólicos e mini-hídricas adquiridas (normalmente entre 16 e 30 anos).

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo.

Nesta categoria, incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis no curto prazo.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Em regra, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Em regra, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

A Empresa, não tem a esta data, ativos ou passivos financeiros que se enquadrem nesta categoria.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

No âmbito da sua política de gestão de riscos financeiros, nomeadamente do risco de flutuação de taxa de juro, a Empresa contrata "swaps" de taxa de juro ("Interest Rate Swap") como forma de garantir a cobertura dos seus fluxos de caixa. Não são utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de negociação (especulação).

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, em cada data de relato. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, as alterações no seu justo valor são registadas por contrapartida da

rubrica de “Outras reservas” no capital próprio, sendo transferidas para resultados quando a posição coberta afetar resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Outros ativos financeiros”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Outros passivos financeiros”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, que no caso da Empresa é o risco de taxa de juro;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, a Empresa documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objetivos e estratégia de gestão do risco e a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

3.7. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de reporte, dos recursos necessários para liquidar essas obrigações.

A Empresa constitui uma provisão, no início de cada projeto, para fazer face aos gastos a incorrer na reposição dos locais utilizados pela Empresa, nas condições iniciais de utilização. Esta provisão é registada, no momento da sua constituição inicial, por contrapartida da rubrica de “Ativos fixos tangíveis”. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir o valor presente da melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

A Empresa é tributada em IRC, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”).

Na mensuração do gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida à data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, caso existam, e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos da Empresa decorrem da prestação de serviços e são reconhecidos no exercício a que respeitam de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O rédito das prestações de serviços resulta, essencialmente, da prestação de serviços de administração às suas subsidiárias.

Os rendimentos são contabilizados no exercício a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data do seu recebimento. Os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados, sendo registado na rubrica de “Outros ativos correntes”, os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujo recebimento apenas ocorrerá em exercícios futuros, bem como as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

03.10.1. Ativos tangíveis e intangíveis – vidas úteis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócio da Empresa, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

03.10.2. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.11. ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (*“adjusting events”*) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (*“non adjusting events”*) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

4.1 CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

A Empresa não tem quaisquer elementos de caixa que não se encontrem disponíveis para uso.

4.2 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de Caixa e depósitos bancários refletido no balanço é como segue:

	2019	2019
Depósitos bancários à ordem	29.309.267	20.970.002
Depósitos bancários a prazo	4.128.536	4.128.536
Caixa e equivalentes de caixa	33.437.803	25.098.538

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foi como segue:

Entidade	1 de janeiro de 2019			Amortizações do exercício (Nota 23)	Saldo final
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido		
Generg Novos Desenvolvimentos	174	-	174	-	174
Generg Expansão	676	-	676	-	-
Hidrinveste	203.667	(101.392)	102.275	(10.227)	92.048
Hidroelétrica do Monte	35.698	(18.798)	16.900	(1.690)	15.210
Hidroelétrica de Manteigas	8.489	(3.124)	5.365	(316)	5.049
Generg Ventos de Proença	50.612	(23.029)	-	-	-
Megavento	70.637	(38.425)	32.212	(3.579)	28.633
Generg Ventos do Caramulo	516.035	(260.290)	255.745	(25.575)	230.170
Generg Ventos da Gardunha	666.612	(333.057)	333.555	(30.323)	303.232
Generventos do Pinhal Interior	964.886	(483.618)	481.268	(48.127)	433.141
Generg Ventos de Trancoso	1.460.984	(703.140)	757.844	(63.154)	694.690
	3.978.469	(1.964.873)	1.986.014	(182.990)	1.802.348

Entidade	1 de janeiro de 2018			Amortizações do exercício (Nota 23)	Saldo final
	Custo de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor líquido		
Generg Serviços	184.970	(60.784)	-	-	-
Generg Novos Desenvolvimentos	174	-	174	-	174
Generg Expansão	676	-	676	-	676
Hidrinveste	203.667	(91.165)	112.502	(10.227)	102.275
Hidroelétrica do Monte	35.698	(17.108)	18.590	(1.690)	16.900
Hidroelétrica de Manteigas	8.489	(2.808)	5.681	(316)	5.365
Generg Ventos de Proença	50.612	(23.029)	-	-	-
Megavento	70.637	(34.846)	35.791	(3.579)	32.212
Generg Ventos do Caramulo	516.035	(234.715)	281.320	(25.575)	255.745
Generg Ventos da Gardunha	666.612	(302.734)	363.878	(30.323)	333.555
Generventos do Pinhal Interior	964.886	(435.491)	529.395	(48.127)	481.268
Generg Ventos de Trancoso	1.460.984	(639.986)	820.998	(63.154)	757.844
	4.163.439	(1.842.666)	2.169.005	(182.990)	1.986.014

As amortizações dos ativos intangíveis estão reconhecidas na rubrica "Gastos / reversões de depreciação e amortização" da demonstração dos resultados pela sua totalidade, sendo as mesmas reconhecidas a partir do momento em que os ativos foram adquiridos e pelo período estimado de vida útil dos bens afetos aos ativos adquiridos.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL E GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os movimentos ocorridos nos investimentos em subsidiárias são como segue:

	2019	2018
A 1 de Janeiro	114.887.144	104.548.038
Ganhos / (Perdas)	33.548.598	32.533.221
Outros movimentos no capital	2.304.617	3.319.194
Restituição/Constituição de Partes de Capital	(7.941.686)	(20.256.961)
Anulação de mais-valias geradas internamente	10.484.352	10.484.352
Distribuições	(7.918.010)	(15.740.699)
Final do exercício	145.365.015	114.887.144

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o resumo da valorização dos investimentos financeiros nas subsidiárias é como segue:

Entidade	Custo Aquisição	Prestações suplementares	Mais-valias anuladas	Valor da participação	Equivalência Patrimonial 1 jan 2019	Restituição prestações suplementares (mov. do período)	Mais valias anuladas (mov. do período)
Generg International	20.000.000	-	-	20.000.000	1.826.995	-	-
Generg Novos Desenvolvimentos	50.000	-	-	50.000	9.671.297	-	-
Generg Portfólio	50.000	140.556.752	(108.084.666)	32.522.086	78.746.030	(7.941.686)	10.484.352
Hidrinveste	403.000	-	-	403.000	832.495	-	-
Hidroeléctrica do Monte	13.000	-	-	13.000	235.983	-	-
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos	13.000	-	-	13.000	284.230	-	-
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	166.400	-	-	166.400	242.538	-	-
Hidroeléctrica de Manteigas	51.200	-	-	51.200	285.363	-	-
Generg GPE	13.000	-	-	13.000	2.704.898	-	-
Generg Ventos de Viana	13.000	-	-	13.000	929.258	-	-
Generg Ventos de Sines	13.000	-	-	13.000	163.398	-	-
Megavento	12.969	-	-	12.969	318.728	-	-
Generg Ventos do Caramulo	13.000	-	-	13.000	3.914.755	-	-
Generg Ventos da Gardunha	13.000	-	-	13.000	5.501.533	-	-
Generventos do Pinhal Interior	13.000	-	-	13.000	6.594.235	-	-
Ventos do Seixo Amarelo	8.000	-	-	8.000	185.629	-	-
Generg Ventos de Trancoso	13.520	-	-	13.520	1.508.920	-	-
Genergreen	-	-	-	-	940.860	-	-
20.859.089	140.556.752	(108.084.666)	53.331.175	114.887.144	(7.941.686)	10.484.352	

Entidade	% Resultado Líquido	% Distribuição Dividendos	Ajust. Ativos fin. Subsídios (Nota 15)	Ajust. Ativos fin. Swap (Nota 15)	Ajust. Ativos fin. - ajustamentos conversão cambial (Nota 15)	Distribuição de Reservas Livres	Valor participação 31 dez 2019
Generg International	126.798	-	(36.273)	(4.033)	1.586	-	1.915.073
Generg Novos Desenvolvimentos	3.519.739	-	-	263.364	-	(3.759.328)	9.695.071
Generg Portfólio	18.748.630	-	(1.492.680)	3.039.786	-	-	101.584.431
Hidrinveste	129.553	-	(2.034)	1.465	-	(206.474)	755.004
Hidroeléctrica do Monte	56.484	-	(1.961)	2.462	-	(86.255)	206.714
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos	36.266	-	(3.483)	2.306	-	(107.818)	211.501
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	1.748	-	(5.314)	2.404	-	(41.560)	199.816
Hidroeléctrica de Manteigas	121.327	(144.806)	-	1.263	-	(71.450)	191.697
Generg GPE	210.906	-	(6.712)	8.975	-	(517.528)	2.400.538
Generg Ventos de Viana	476.967	-	(26.075)	54.664	-	(258.764)	1.176.050
Generg Ventos de Sines	78.911	-	(11.453)	16.461	-	(107.818)	139.500
Megavento	201.375	-	(12.950)	19.495	-	(280.328)	246.320
Generg Ventos do Caramulo	2.142.669	-	(100.777)	211.352	-	(388.146)	5.779.853
Generg Ventos da Gardunha	2.744.102	-	(143.417)	325.342	-	(819.420)	7.608.141
Generventos do Pinhal Interior	3.328.401	-	(169.835)	297.437	-	(409.710)	9.640.527
Ventos do Seixo Amarelo	93.101	(109.384)	(4.785)	19.118	-	(70.128)	113.550
Generg Ventos de Trancoso	697.167	-	(32.668)	92.551	-	(539.092)	1.726.878
Genergreen	834.455	-	(963)	-	-	-	1.774.352
33.548.598	(254.190)	(2.051.381)	4.354.412	1.586	(7.663.820)	145.365.015	

Entidade	Custo Aquisição	Prestações suplementares	Mais-valias anuladas	Valor da participação	Equivalência Patrimonial 1 jan 2018	Restituição prestações suplementares (mov. do período)	Mais valias anuladas (mov. do período)
Generg International	20.000.000	-	-	20.000.000	2.162.007	-	-
Generg Novos Desenvolvimentos	50.000	-	-	50.000	7.846.939	-	-
Generg Portfólio	50.000	159.582.752	(118.569.018)	41.063.734	80.590.449	(19.026.000)	10.484.352
Hidrinveste	403.000	-	-	403.000	626.152	-	-
Hidroeléctrica do Monte	13.000	-	-	13.000	97.675	-	-
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos	13.000	-	-	13.000	158.893	-	-
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	166.400	-	-	166.400	200.384	-	-
Hidroeléctrica de Manteigas	51.200	430.961	-	482.161	621.185	(430.961)	-
Generg GPE	13.000	-	-	13.000	2.343.469	-	-
Generg Ventos de Viana	13.000	-	-	13.000	423.444	-	-
Generg Ventos de Sines	13.000	-	-	13.000	81.486	-	-
Megavento	12.969	-	-	12.969	140.806	-	-
Generg Ventos do Caramulo	13.000	-	-	13.000	1.829.445	-	-
Generg Ventos da Gardunha	13.000	-	-	13.000	2.663.977	-	-
Generventos do Pinhal Interior	13.000	-	-	13.000	3.131.524	-	-
Ventos do Seixo Amarelo	8.000	800.000	-	808.000	855.674	(800.000)	-
Generg Ventos de Trancoso	13.520	-	-	13.520	708.935	-	-
Genergreen	-	-	-	-	65.594	-	-
20.859.089	160.813.713	(118.569.018)	63.103.784	104.548.038	(20.256.961)	10.484.352	

Entidade	% Resultado Líquido	% Distribuição Dividendos	Ajust. Ativos fin. Subsídios	Ajust. Ativos fin. Swap	Ajust. Ativos fin. - ajustamentos conversão cambial	Distribuição de Reservas Livres	Valor participação 31 dez 2018
Generg International	(81.079)	-	(36.580)	3.204	(25.108)	-	1.826.995
Generg Novos Desenvolvimentos	2.820.548	(1.300.000)	-	303.842	-	-	9.671.297
Generg Portfólio	18.639.950 (*)	-	(1.478.068)	3.924.589	-	(14.389.237)	78.746.030
Hidrinveste	206.474	-	(2.168)	2.037	-	-	832.495
Hidroeléctrica do Monte	137.031	-	(2.198)	3.474	-	-	235.983
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos	126.453	-	(4.353)	3.204	-	-	284.230
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	43.747	-	(3.586)	1.992	-	-	242.538
Hidroeléctrica de Manteigas	144.806	(51.462)	-	1.796	-	-	285.363
Generg GPE	355.745	-	(6.795)	12.478	-	-	2.704.898
Generg Ventos de Viana	464.013	-	(26.075)	67.877	-	-	929.258
Generg Ventos de Sines	72.414	-	(11.453)	20.949	-	-	163.398
Megavento	166.038	-	(12.950)	24.834	-	-	318.728
Generg Ventos do Caramulo	1.921.536	-	(96.048)	259.823	-	-	3.914.755
Generg Ventos da Gardunha	2.551.712	-	(143.417)	429.262	-	-	5.501.533
Generventos do Pinhal Interior	3.247.994	-	(169.835)	384.552	-	-	6.594.235
Ventos do Seixo Amarelo	109.384	-	(4.785)	25.356	-	-	185.629
Generg Ventos de Trancoso	708.345	-	(32.668)	124.307	-	-	1.508.920
Genergreen	898.108	-	(22.842)	-	-	-	940.860
	32.533.221	(1.351.462)	(2.053.820)	5.593.576	(25.108)	(14.389.237)	114.887.144

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se verificou qualquer aquisição de qualquer participação financeira pela Empresa.

O detalhe dos montantes de ganhos/perdas do exercício e dos movimentos reconhecidos diretamente nos capitais próprios das subsidiárias, detalham-se, pelo seu reconhecimento nos investimentos financeiros ou provisão, como segue:

Entidade	Ganhos / (Perdas)		Outros movimentos no capital		
	% Resultado Líquido	Ajust. Ativos fin.	Ajust. Ativos fin.	Outros	Total
	Investimentos financeiros	Investimentos financeiros	Investimentos financeiros	Investimentos financeiros	Investimentos financeiros
Generg International	126.798	(36.273)	(4.033)	1.586	(38.720)
Generg Novos Desenvolvimentos	3.519.739	-	263.364	-	263.364
Generg Portfólio	18.748.630	(1.492.680)	3.039.786	-	1.547.105
Hidrinveste	129.553	(2.034)	1.465	-	(569)
Hidroeléctrica do Monte	56.484	(1.961)	2.462	-	501
Soc.Exploradora Recursos Energéticos	36.266	(3.483)	2.306	-	(1.177)
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	1.748	(5.314)	2.404	-	(2.910)
Hidroeléctrica de Manteigas	121.327	-	1.263	-	1.263
Generg GPE	210.906	(6.712)	8.975	-	2.263
Generg Ventos de Viana	476.967	(26.075)	54.664	-	28.589
Generg Ventos de Sines	78.911	(11.453)	16.461	-	5.009
Megavento	201.375	(12.950)	19.495	-	6.546
Generg Ventos do Caramulo	2.142.669	(100.777)	211.352	-	110.575
Generg Ventos da Gardunha	2.744.102	(143.417)	325.342	-	181.925
Generventos do Pinhal Interior	3.328.401	(169.835)	297.437	-	127.601
Ventos do Seixo Amarelo	93.101	(4.785)	19.118	-	14.333
Generg Ventos de Trancoso	697.167	(32.668)	92.551	-	59.883
Genergreen	834.455	(963)	-	-	(963)
	33.548.598	(2.051.381)	4.354.412	1.586	2.304.617
	33.548.598	(2.051.381)	4.354.412	1.586	2.304.617

O montante dos dividendos recebidos e restituição de prestações suplementares em 31 de dezembro de 2019 e 2018 ascendeu a 7.918.010 Euros e 15.810.699 Euros, respetivamente.

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados em 31 de dezembro de 2019, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, antes da anulação das mais-valias suspensas, são como segue:

Os ativos e passivos, os rendimentos e gastos gerados em 31 de dezembro de 2018, conforme reconhecido nas demonstrações financeiras individuais das empresas subsidiárias, antes da anulação das mais-valias suspensas, são como segue:

Entidade	Participação Direta	Participação Indireta	Ativos	Passivos	Capital Próprio 31 dez 2019	Rendimentos	Gastos	Resultado exercício 2019
Generg International, S.A.	10%	10%	83.126.861	63.976.118	19.150.743	4.868.387	3.653.362	1.267.988
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	100%	100%	11.144.664	1.449.593	9.695.071	3.701.137	179.657	3.519.739
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	100%	100%	214.485.990	15.194.493	199.291.497	30.865.050	12.116.336	18.748.630
Hidrinveste, Lda.	26%	100%	3.533.902	630.040	2.903.862	1.255.592	609.121	498.280
Hidroelétrica do Monte, Lda.	26%	100%	1.687.466	892.413	795.052	596.312	313.902	217.248
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	26%	100%	1.646.849	833.384	813.464	573.452	391.179	139.483
Sociedade Hidroelétrica da Grela, Lda.	26%	100%	1.392.574	624.049	768.525	322.229	315.016	6.724
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	16%	90%	2.309.521	1.111.418	1.198.104	1.420.332	455.362	758.291
Generg - Gestão de Projectos de Energia, S.A.	26%	100%	4.849.434	3.106.889	1.742.545	2.215.385	1.188.772	811.176
Generg Ventos de Viana, S.A.	26%	100%	15.072.214	10.548.947	4.523.268	5.813.056	3.380.468	1.834.488
Generg Ventos de Sines, S.A.	26%	100%	5.018.088	4.481.551	536.537	1.592.105	1.191.075	303.504
Megavento, S.A.	26%	100%	5.404.085	4.456.699	947.385	2.266.245	1.314.181	774.519
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	26%	100%	72.451.568	50.221.366	22.230.202	24.813.728	13.638.697	8.241.033
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	26%	100%	116.461.612	87.199.532	29.262.079	34.203.781	19.958.665	10.554.238
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	26%	100%	107.359.277	70.280.329	37.078.948	38.383.645	21.110.213	12.801.541
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	16%	90%	11.902.133	11.192.444	709.689	2.500.527	1.712.324	581.884
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	26%	100%	37.023.083	30.381.244	6.641.838	8.985.276	5.439.215	2.681.413
Genergreen, SGPS, S.A.	100%	100%	6.358.625	4.584.273	1.774.352	1.391.870	572.797	834.455

Entidade	Participação Direta	Participação Indireta	Ativos	Passivos	Capital Próprio 31 dez 2018	Rendimentos	Gastos	Resultado exercício 2018
Generg International, S.A.	10%	10%	82.376.183	64.106.230	18.269.953	2.992.169	3.811.659	(810.786)
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	100%	100%	9.693.986	22.690	9.671.297	2.853.633	12.270	2.820.548
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	100%	100%	199.054.641	12.117.193	186.937.448	29.835.226	11.088.524	18.746.702
Hidrinveste, Lda.	26%	100%	5.033.424	1.831.519	3.201.904	1.607.337	582.650	794.132
Hidroelétrica do Monte, Lda.	26%	100%	2.380.415	1.472.788	907.627	1.074.468	392.627	527.044
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	26%	100%	2.563.971	1.470.777	1.093.194	937.386	309.828	486.358
Sociedade Hidroelétrica da Grela, Lda.	26%	100%	1.997.756	1.064.917	932.839	485.973	270.237	168.258
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	16%	90%	3.414.737	1.631.218	1.783.520	1.664.189	517.741	905.036
Generg - Gestão de Projectos de Energia, S.A.	26%	100%	8.478.637	5.565.479	2.913.158	2.924.858	1.183.323	1.368.252
Generg Ventos de Viana, S.A.	26%	100%	17.269.075	13.695.006	3.574.068	5.706.426	3.368.759	1.784.664
Generg Ventos de Sines, S.A.	26%	100%	5.783.675	5.155.221	628.455	1.544.681	1.185.065	278.517
Megavento, S.A.	26%	100%	7.249.297	6.023.422	1.225.875	2.163.251	1.337.041	638.609
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	26%	100%	76.909.152	61.852.403	15.056.749	23.000.922	13.071.008	7.390.522
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	26%	100%	124.251.808	103.092.063	21.159.745	32.415.201	19.553.236	9.814.277
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	26%	100%	109.787.971	84.425.530	25.362.440	37.446.029	20.824.562	12.492.283
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	16%	90%	13.484.080	12.323.899	1.160.181	2.514.304	1.635.278	683.652
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	26%	100%	40.506.277	34.702.741	5.803.537	8.621.681	5.116.943	2.724.405
Genergreen, SGPS, S.A.	100%	100%	18.502.210	17.561.351	940.860	1.545.057	656.166	898.108

O movimento ocorrido na rubrica "Goodwill", bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi como segue:

	2019	2018
Ativo		
Saldo inicial	193.365.865	193.365.865
Saldo final	193.365.865	193.365.865
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	(48.736.254)	(34.854.334)
Amortizações do exercício (Nota 23)	(13.881.920)	(13.881.920)
Saldo final	(62.618.173)	(48.736.254)
Ativo líquido	130.747.692	144.629.611

O "Goodwill" registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 diz respeito ao Goodwill que foi gerado no momento da fusão por incorporação da LUSENERG – Energias Renováveis, SGPS, S.A. (Empresa-mãe) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este Goodwill será amortizado de acordo com a vida útil de cada centro electroprodutor detido pelas subsidiárias sobre as quais foi gerado o respetivo Goodwill no momento da sua aquisição.

7. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Em 31 de dezembro de 2019, o montante registado na rubrica "Participações financeiras – Outros métodos", diz respeito essencialmente à participação financeira detida na sociedade Eólica da Boneca – Empreendimentos Eólicos, S.A., a qual se encontra registada pelo custo de aquisição, uma vez que a Empresa não tem o controlo da sociedade e detém uma participação de 35%.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica “Outros ativos financeiros”, é como segue:

Entidade	2019			2018		
	Não Corrente (Nota 29)	Corrente (Nota 29)	Total	Não Corrente (Nota 29)	Corrente (Nota 29)	Total
Corrente:						
Generg International, S.A.	60.855.706	3.118.638	63.974.344	61.090.509	3.013.697	64.104.206
Genergreen SGPS, S.A.	4.103.702	478.797	4.582.499	16.913.015	646.686	17.559.702
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	1.418.546	27.531	1.446.078		242	242
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	5.875	13	5.888	2.897.500	5.875	2.903.375
Generg Ventos De Trancoso, S.A.	3.865	9	3.874	1.906.250	3.865	1.910.115
Gestão e Projectos de Energia, S.A.	3.711	8	3.719	1.830.000	3.711	1.833.711
Generventos do Pinhal Interior, S.A.	2.938	7	2.944	1.448.750	2.938	1.451.688
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	2.783	6	2.789	1.372.500	2.783	1.375.283
Megavento, S.A.	2.010	5	2.014	991.250	2.010	993.260
Hidrinveste, Lda.	2.010	5	2.014	991.250	2.010	993.260
Generg Ventos De Viana, Lda.	1.855	4	1.860	915.000	1.855	916.855
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	1.855	4	1.860	915.000	1.855	916.855
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	1.082	2	1.085	533.750	1.082	534.832
Sociedade Hidroelétrica Da Grela, S.A.	773	2	775	381.250	773	382.023
Generg Ventos de Sines, S.A.	773	2	775	381.250	773	382.023
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	773	2	775	381.250	773	382.023
Hidroelétrica do Monte, Lda.	618	1	620	305.000	618	305.618
Total Outros ativos financeiros (Nota 29)	66.408.876	3.625.037	70.033.913	93.253.524	3.691.547	96.945.071

Os financiamentos concedidos a subsidiárias são remunerados a taxas de juro de mercado. Estes juros encontram-se classificados como corrente. Os financiamentos concedidos não têm plano de reembolso definido, sendo entendimento do Conselho de Administração que a maturidade do mesmo é superior a 12 meses da data do balanço, pelo que os valores do capital financiado se encontram classificados como não corrente.

A variação ocorrida no exercício foi em parte realizada através do encontro de contas com o Empréstimo Obrigacionista – Grupo (Nota 16).

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do art.º 87º A do CIRC às seguintes taxas: i) entre 1,5 milhões e 7,5 milhões de euros - 3% sobre o lucro tributável que exceda os 1,5 milhões Euros; e ii) entre 7,5 milhões Euros e 35 milhões Euros - 5% sobre o valor entre os 7,5 milhões Euros até 35 milhões Euros e taxa adicional de 9% sobre o valor que exceda os 35 milhões Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em vigor até 31 de dezembro de 2019, a Empresa encontra-se sujeita a tributações autónomas sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

A Empresa encontra-se a ser tributada em sede de IRC ao abrigo do RETGS nos termos dos artigos 69º a 71º do Código do IRC e do qual é a Empresa dominante.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades. De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa de 2016 a 2019 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O gasto com imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	(280.692)	(395.871)
Imposto sobre o rendimento	(280.692)	(395.871)

A reconciliação numérica entre o gasto de imposto e o produto tributável pela taxa de imposto é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultado antes de imposto	28.688.579	27.755.790
Taxa de Imposto	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%
Derrama estadual - 1º nível	3,0%	3,0%
Derrama estadual - 2º nível	5,0%	5,0%
Derrama estadual - 3º nível	7,0%	7,0%
	<u>7.270.588</u>	<u>7.032.727</u>
Gastos / rendimentos não aceites fiscalmente	2.356.134	2.266.106
Gastos / rendimentos com associadas	(9.920.014)	(9.694.704)
	<u>(293.292)</u>	<u>(395.871)</u>
Imposto sobre o rendimento corrente	(280.692)	(395.871)
Imposto sobre o rendimento	(280.692)	(395.871)
Taxa efetiva de imposto	-1,0%	-1,4%

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante registado em “Gastos/rendimentos não aceites fiscalmente” respeita essencialmente à amortização do Goodwill gerado no momento da fusão por incorporação da LUSENERG – Energias Renováveis, SGPS, S.A.

10. CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a decomposição da rubrica de Clientes, é como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Clientes - Grupo (Nota 28)	158.361	1.736.047
Total clientes	158.361	1.736.047

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor a receber é relativo a management fees faturados a Empresas do Grupo NOVENERGIA.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos da rubrica de “Estado e outros entes públicos” detalha-se como segue:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	1.700.887	-	2.532.896
Impostos s/ rendimento - IRS	-	21.748	-	20.905
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	15.788	-	7.710	-
Contribuições p/ segurança social	-	14.436	-	13.434
	15.788	1.737.071	7.710	2.567.235

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de “Impostos s/ rendimento – IRC” tem a seguinte decomposição:

	2019	2018
Pagamentos por conta	10.720.042	9.262.508
Pagamento especial por conta	4.000	9.100
Pagamento adicional por conta	1.273.033	1.049.679
Retenções na fonte	5.401	6.650
Estimativa de IRC - GENERG SGPS, S.A. (Nota 10)	280.692	395.871
Estimativa de IRC - Subsidiárias incluídas no RETGS	(14.183.271)	(13.485.070)
IRC a recuperar	199.216	228.366
Total	(1.700.887)	(2.532.896)

A Empresa é a entidade dominante do RETGS do Grupo. Por este motivo, o montante relativo à estimativa de imposto do exercício das suas subsidiárias encontra-se reconhecido como uma conta a receber pela GENERG, SGPS, S.A. (Nota 12). A partir do exercício de 2012, em resultado de todas as empresas do Grupo passarem a integrar o RETGS, é a Empresa que efetua os pagamentos por conta das mesmas.

12. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Devedores por acréscimos		
Devedores por acréscimos de rendimentos	4.734	22.474
Devedores por acréscimos de rendimentos - Grupo (Nota 28)	33.990	-
	<u>38.724</u>	<u>22.474</u>
Outros Devedores		
IRC - Consolidado das participadas (Nota 28)	2.879.263	3.285.223
Outros créditos a receber - Grupo (Nota 28)	23.604	9.459
Outros	9.275	17.442
	<u>2.912.141</u>	<u>3.312.124</u>
Total Outros Créditos a Receber	2.950.865	3.334.598

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de “Outros créditos a receber – IRC – Consolidado das participadas” reflete o montante relativo à estimativa de imposto do exercício das suas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de “Outros créditos a receber – Grupo” reflete os montantes devidos pelas subsidiárias da GENERG SGPS, relativos à prestação de serviços de administração, respetivamente.

13. CAPITAL

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital encontra-se integralmente subscrito, realizado no montante de 5.000.000 Euros e é detido em 100% pela NOVENERGIA Holding Company, S.A.

14. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reservas legais

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Os movimentos refletidos na rubrica "Outras reservas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são como se apresenta em seguida:

	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2018	96.379.763
Aplicação do resultado líquido: transferência para a rubrica de "Reservas livres"	1.655.005
A 31 de dezembro de 2018	98.034.768
Aplicação do resultado líquido: transferência para a rubrica de "Reservas livres"	28.151.662
Distribuição de Reservas livres (Nota 25)	(14.000.000)
A 31 de dezembro de 2019	112.186.430

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de novembro de 2019 foi aprovada a distribuição de Reservas livres no montante de 14.000.000 Euros (Nota 25).

Aplicação de Resultados

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 31 de maio de 2019, a aplicação de resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 teve a seguinte aplicação:

- Reservas livres: 28.151.662 Euros

15. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” reflete as alterações nos capitais próprios das subsidiárias, incluindo o efeito nos impostos diferidos. A movimentação da rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como se apresenta:

	Outras variações no capital próprio
1 de janeiro de 2018	(402.313)
Alterações justo valor do SWAP das subsidiárias	7.377.696
Impostos diferidos das alterações justo valor do SWAP das subsidiárias	(1.784.121)
Reconhecimento do rendimento do exercício do subsídio não reembolsável das subsidiárias	(2.708.229)
Impostos diferidos do reconhecimento do rendimento do exercício do subsídio não reembolsável das subsidiárias	654.408
Ajustamentos de conversão cambial	(25.108)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(195.454)
A 31 de dezembro de 2018	2.916.880
Alterações justo valor do SWAP das subsidiárias (Nota 6)	5.658.860
Impostos diferidos das alterações justo valor do SWAP das subsidiárias (Nota 6)	(1.304.449)
	4.354.412
Reconhecimento do rendimento do exercício do subsídio não reembolsável das subsidiárias (Nota 6)	(2.673.544)
Impostos diferidos do reconhecimento do rendimento do exercício do subsídio não reembolsável das subsidiárias (Nota 6)	622.163
	(2.051.381)
Ajustamentos de conversão cambial (Nota 6)	1.586
A 31 de dezembro de 2019	5.221.496

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os rendimentos e outras variações patrimoniais reconhecidas em consequência da utilização do método da equivalência patrimonial apenas relevam para poderem ser distribuídos aos sócios quando sejam realizados. Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa reconheceu rendimentos e outras variações patrimoniais não realizadas, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, no montante de 35.853.215 Euros. Em 31 de dezembro de 2019 o montante total acumulado de rendimentos e outras variações patrimoniais desta natureza reconhecidos não distribuíveis ascendia a 107.441.174 Euros.

A legislação vigente em Portugal estabelece ainda que a diferença entre o resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial e o montante de dividendos pagos ou deliberados referentes às mesmas participações seja equiparada a reservas legais.

16. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos “Financiamentos obtidos” quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, é como segue:

	2019			2018		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimo obrigacionista - Grupo (Nota 28)	-	210.267.385	210.267.385	20.152.083	205.069.444	225.221.528
Empréstimo obrigacionista	2.100.000	18.800.000	20.900.000	2.100.000	20.900.000	23.000.000
Financiamento de partes relacionadas (Nota 28)	-	-	-	-	3.500.000	3.500.000
	<u>2.100.000</u>	<u>229.067.385</u>	<u>231.167.385</u>	<u>22.252.083</u>	<u>229.469.444</u>	<u>251.721.528</u>
Juros a pagar - empréstimo obrigacionista - Grupo (Nota 28)	-	233.630	233.630	-	234.572	234.572
Juros a pagar - empréstimo obrigacionista	134.544	-	134.544	148.063	-	148.063
Juros a pagar - especialização grupo (Nota 28)	-	-	-	95.249	-	95.249
	<u>134.544</u>	<u>233.630</u>	<u>368.174</u>	<u>243.311</u>	<u>234.572</u>	<u>477.883</u>
	<u>2.234.544</u>	<u>229.301.016</u>	<u>231.535.559</u>	<u>22.495.394</u>	<u>229.704.017</u>	<u>252.199.411</u>

Reconciliação de pagamentos e recebimentos da atividade de financiamento:

Varição Outros Ativos Financeiros	26.911.159
Varição Empréstimo obrigacionista Grupo	(14.954.143)
Encontro de contas - dividendos recebidos (Nota 6)	3.904.491
Outros recebimentos/pagamentos non-cash - capitalização de juros exercício anterior	3.173.712
Outros recebimentos/pagamentos cash	(379.964)
Recebimentos provenientes de atividades investimento	18.655.256
Pagamentos referentes a Juros e gastos similares	(635.708)
Outros recebimentos/pagamentos cash - juros exercício anterior	109.810
Juros de empréstimos bancários, Swaps, e empréstimo obrigacionista (Nota 24)	525.898

O montante de “Outros recebimentos/pagamentos non-cash” dizem respeito a recebimentos e pagamentos que foram efetuados através de encontro de contas entre Empresas do Grupo NOVENERGIA.

Empréstimo obrigacionista - Grupo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa emitiu dois empréstimos obrigacionistas subscritos na totalidade pelas suas Empresas subsidiárias, com maturidades a dois e cinco anos. A subscrição destes empréstimos obrigacionistas foi realizada, essencialmente por meio da conversão dos créditos que as Empresas subsidiárias detinham sobre a Empresa, e que estavam registados na rubrica de “Financiamentos de subsidiárias”.

Em 15 de Dezembro de 2019, foi reembolsado o capital investido e respetivos juros associados ao empréstimo com maturidade de 2 anos. O montante reembolsado foi de 20.305.323 Euros e foi liquidado através de encontro de contas com a suas Empresas subsidiárias, 15.992.588 Euros, através da distribuição de reservas livres das suas Empresas subsidiárias, 3.904.491 Euros (nota 7), e adicionalmente através de numerário, 408.244 Euros.

Empréstimo obrigacionista

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Empresa subscreveu 250 Obrigações, com o valor unitário de 100.000 Euros e global de 25.000.000 Euros. Estas Obrigações têm um prazo de maturidade de sete anos, ou seja, em 20 de setembro de 2024, sendo que o primeiro reembolso ocorreu em 20 de setembro de 2018, no montante de 2.000.000 Euros por redução do valor nominal.

Financiamento de partes relacionadas

A rubrica de “Financiamento de partes relacionadas”, em 31 de dezembro de 2019 reflete o empréstimo obtido pela Empresa junto da sua Empresa mãe.

Entidade	2019			2018		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Novenergia Holding Company, S.A. (Nota 28)	-	-	-	3.500.000	95.249	3.595.249
	-	-	-	3.500.000	95.249	3.595.249

17. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe da rubrica de “Outras dívidas a pagar” tinha a seguinte composição:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fornecedores		
Grupo (Nota 28)	8.701	8.700
Gerais	-	40
	<u>8.701</u>	<u>8.740</u>
Credores por acréscimos de gastos		
Gastos com pessoal	1.016.943	755.978
Fornecimentos e Serviços Externos	-	4.364
Outros - Grupo (Nota 28)	10.639	-
Outros	-	3.500
	<u>1.027.582</u>	<u>763.842</u>
Credores diversos		
IRC - Consolidado das participadas (Nota 28)	-	112.526
Outros - Grupo (Nota 28)	-	41.295
Outros	-	2.700
	<u>-</u>	<u>156.521</u>
Total Outras dívidas a pagar	<u>1.036.283</u>	<u>929.103</u>

18. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As “Prestações de serviços” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fee de gestão e administração (Nota 28)	1.782.464	1.736.047
Projetos em Desenvolvimento (Nota 28)	33.990	-
Total serviços prestados	<u>1.816.454</u>	<u>1.736.047</u>

Estas prestações de serviços ocorrem na totalidade em território nacional, e correspondem aos serviços prestados pela Empresa às suas subsidiárias no âmbito da gestão e administração das mesmas.

19. GANHOS / PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

O detalhe dos ganhos/ (perdas) na valorização das participações financeiras em subsidiárias é como segue:

Entidade	Participação Direta	Participação Total	% Resultado exercício 2019		% Resultado exercício 2018	
			Ganhos	Perdas	Ganhos	Perdas
Generg International	10%	10%	126.798	-	-	(81.079)
Generg Serviços	100%	100%	-	-	-	-
Generg Novos Desenvolvimentos	100%	100%	3.519.739	-	2.820.548	-
Generg Portfólio	100%	100%	18.748.630	-	18.639.950	-
Hidrinveste	26%	100%	129.553	-	206.474	-
Hidroeléctrica do Monte	26%	100%	56.484	-	137.031	-
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos	26%	100%	36.266	-	126.453	-
Sociedade Hidroeléctrica da Grela	26%	100%	1.748	-	43.747	-
Hidroeléctrica de Manteigas	16%	90%	121.327	-	144.806	-
Generg GPE	26%	100%	210.906	-	355.745	-
Generg Ventos de Proença	26%	100%	-	-	-	-
Generg Ventos de Viana	26%	100%	476.967	-	464.013	-
Generg Ventos de Sines	26%	100%	78.911	-	72.414	-
Megavento	26%	100%	201.375	-	166.038	-
Generg Ventos do Caramulo	26%	100%	2.142.669	-	1.921.536	-
Generg Ventos da Gardunha	26%	100%	2.744.102	-	2.551.712	-
Generventos do Pinhal Interior	26%	100%	3.328.401	-	3.247.994	-
Ventos do Seixo Amarelo	16%	90%	93.101	-	109.384	-
Generg Ventos de Trancoso	26%	100%	697.167	-	708.345	-
Genergreen	100%	100%	834.455	-	898.108	-
Mais-valias geradas internamente			10.484.352	-	10.484.352	-
Outros rendimentos / perdas imputados de subsidiárias			56.000	-	70.000	-
			44.088.951	-	43.168.651	(81.079)
Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias			44.088.951	-	43.087.573	

O saldo da rubrica “Mais-valias geradas internamente” resulta do reconhecimento das mais-valias geradas pela venda de participações sociais das subsidiárias acima divulgadas à GENERG Portfólio SGPS, S.A. ocorrida em 2008.

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2019	2018
Fees Grupo	6.926	29.564
Trabalhos especializados	208.508	128.338
Contencioso	19.195	11.429
Outros	38.549	37.103
Fornecimentos e serviços externos	273.178	206.434

Os montantes registados na rubrica de “Fees Grupo” dizem respeito a serviços de gestão, serviços gestão administrativa geral, com a GENERG Serviços, S.A. (Nota 28).

21. GASTOS COM PESSOAL

Os “Gastos com pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remunerações		
- Vencimentos (Nota 28)	658.794	650.134
- Prêmios de desempenho (Nota 28)	504.725	403.609
	<u>1.163.519</u>	<u>1.053.743</u>
Encargos Sociais	<u>136.262</u>	<u>137.248</u>
Outros Gastos com Pessoal		
- Benefícios Pós-Emprego	97.564	96.602
- Seguros	38.416	26.553
	<u>135.979</u>	<u>123.155</u>
Gastos com Pessoal	<u>1.435.761</u>	<u>1.314.146</u>

Durante os exercícios 2019 e 2018, a Empresa teve em média 4 colaboradores ao seu serviço.

22. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

A rubrica de “Outros rendimentos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Outros - Grupo (Nota 28)	82.804	77.857
Outros - Não Grupo	43.423	671.250
Outros rendimentos	<u>126.227</u>	<u>749.107</u>

O montante de “Outros – Não Grupo” no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 deveu-se essencialmente à correção relativa à dedutibilidade dos prejuízos fiscais da LUSENERG, acerto de IRC.

A rubrica de “Outros gastos”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Insuficiência Estimativa Imposto	-	3.000
Quotizações	28.000	28.500
Outros	71.381	80.528
Outros gastos	<u>99.381</u>	<u>112.028</u>

23. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A rubrica de “Gastos/Reversões de depreciação e amortização”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Ativos intangíveis (Nota 6)	182.990	182.990
Goodwill (Nota 7)	13.881.920	13.881.920
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	<u>14.064.910</u>	<u>14.064.910</u>

24. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

O detalhe dos “Juros e rendimentos similares” e dos “Juros e gastos similares” dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos de financiamentos concedidos - Grupo (Nota 28)	4.385.601	3.732.713
Juros obtidos de aplicações financeiras	20.708	25.948
Outros Rendimentos	4	3.430
	4.406.313	3.762.090
Juros e gastos similares		
Juros pagos de financiamentos obtidos - Grupo (Nota 16 e 28)	14.729	95.249
Juros pagos de financiamentos obtidos - Empréstimo obrigacionista - Grupo (Nota 28)	5.350.239	5.227.211
Juros pagos de financiamentos obtidos - Empréstimo obrigacionista (Nota 16)	511.169	559.000
Outros	-	49
	5.876.137	5.881.509

A rubrica de “Juros obtidos de financiamentos concedidos – Grupo” respeita aos rendimentos obtidos de financiamentos concedidos pela Empresa às suas subsidiárias. Estes financiamentos são remunerados a taxas de mercado.

A rubrica de “Juros pagos de financiamentos obtidos – Empréstimos bancários” inclui os encargos financeiros suportados com o financiamento contratado em 2008 pelo Grupo GENERG no âmbito do *Project finance* / refinanciamento. Este montante inclui os juros corridos dos financiamentos obtidos.

A rubrica de “Juros pagos de financiamentos obtidos – Empréstimo obrigacionista” respeita aos juros suportados relativos aos Empréstimos obrigacionistas emitidos pela Empresa e detalhados na Nota 16.

25. DIVIDENDOS

No decurso do exercício de 2019, a Empresa distribuiu a título de dividendos, o montante de 14.000.000 Euros conforme deliberado na Assembleia Geral realizadas em 15 de novembro de 2019.

26. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a GENERG SGPS não apresenta nas suas demonstrações financeiras quaisquer montantes de carácter recorrente e que consubstanciem, resultando de compromissos assumidos a esta data, responsabilidades futuras.

27. CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes

Os centros electroprodutores da GENERG têm beneficiado de remunerações garantidas pelo fornecimento de energia entregue à rede (*feed-in-tariff*), e, cumulativamente, receberam no passado, através de fundos públicos, apoios à promoção e ao desenvolvimento de energia renováveis.

Por via da Portaria nº 268-B/2016 de 13 de outubro, o Governo veio dizer que, “de forma não prevista, nem condizente com o cálculo económico da referida remuneração”, esses centros electroprodutores acumularam dois tipos de apoios financeiros públicos, existindo, por isso “valores recebidos em excesso”.

Em consequência o Secretário de Estado da Energia na altura, definiu o dever de dedução pelo Comercializador de Último Recurso (CUR), do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos em excesso pelos centros electroprodutores.

O Governo reconhecendo que a referida Portaria violava o princípio da precedência de Lei, por se imiscuir em matéria de reserva de Lei, veio posteriormente, através do artigo 171º n.º 4 da Lei n.º 42/2016 de 28 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado), tentar habilitar retroativamente a Portaria 268-B/2016 de 13 de Outubro. Sendo tal habilitação retroativa proibida, e já depois do encerramento do exercício de 2016, a mencionada Portaria 268-B/2016 foi revogada e substituída por outra com termos essencialmente semelhantes, a Portaria 69/2017 de 16 de Fevereiro.

O referido atrás indicia desde já fragilidades jurídico-formais deste processo, mas tais fragilidades são também, e sobretudo, jurídico-materiais, destacando-se a violação de diversas normas do Código do Procedimento Administrativo e, entre outros, dos princípios constitucionais da boa-fé, da proporcionalidade, da separação de poderes, da segurança jurídica e proteção da confiança.

O último desenvolvimento ocorrido neste processo remonta já a Outubro de 2018, altura em que a IGF solicitou um conjunto de esclarecimentos relativamente a várias sociedades que receberam este tipo de ajudas, solicitação essa que foi oportunamente respondida.

É entendimento do Conselho de Administração, baseada em pareceres jurídicos, com referência a 31 de dezembro de 2019 que o desfecho será favorável à Empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa tem processos fiscais em fase de contestação, sendo entendimento do Conselho de Administração que os montantes que constam das notificações não são devidos.

À data destas demonstrações financeiras, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer outros eventos passados que possam resultar, com impacto material, em encargos futuros para a Empresa.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Empresa apresenta os seguintes passivos contingentes, decorrentes de garantias bancárias prestadas:

Promotor	Beneficiário	Objeto	2019	2018
Generg SGPS	DGI Lisboa	Garantia de execução fiscal (IRC)	2.011.282	2.011.282
Generg SGPS	AT Unidade Grandes Contribuintes	Garantia de execução fiscal (IRC)	1.613.589	-
Generg SGPS	DGI Lisboa	Garantia de execução fiscal (IRC)	1.218.801	-
Generg SGPS	DGI Lisboa	Garantia de execução fiscal (IRC)	665.188	665.188
Generg SGPS	DGGE	Garantia de conclusão de obras	412.000	412.000
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IRC)	255.410	255.410
Generg SGPS	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal (IRC)	114.075	114.075
Generg SGPS	Petrogal, SA	Cartões de Combustível	25.000	25.000
Generg SGPS	Segurança Social	Garantia de execução fiscal (SS)	20.662	-
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IMI)	5.898	5.898
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IMI)	964	964
Generg SGPS	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal (IRC)	628	628
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	298.304
Generg SGPS	DGI Lisboa	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	243.164
Generg SGPS	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	142.243
Generg SGPS	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	69.207
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	66.643
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	49.356
Generg SGPS	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal (IRC)	-	47.517
			6.343.498	4.406.879

A Empresa tem diversas garantias prestadas à Direção Geral dos Impostos com a finalidade de garantir a suspensão dos processos de execução fiscal, para liquidação de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa prestou mais duas garantias desta natureza no montante de 1.613.589 Euros e 1.218.801 e uma garantia adicional relativa à Segurança Social no valor de 20.662 Euros. O Conselho de Administração entende que a Empresa não terá de suportar nenhuma perda resultante destes processos.

À data destas demonstrações financeiras, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer outros eventos passados que possam resultar, com impacto material, em encargos futuros para a Empresa.

Ativos contingentes

À data de divulgação das presentes demonstrações financeiras, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer eventos passados que possam resultar, com impacto material, em benefícios económicos futuros para a Empresa.

28. PARTES RELACIONADAS

28.1 TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionista:

NOVENERGIA Holding Company, S.A. – o relacionamento entre a GENERG SGPS e a NOVENERGIA Holding Company resulta essencialmente da distribuição de resultados via dividendos da primeira e da concessão e obtenção de financiamentos acionistas.

Subsidiárias e outras partes relacionadas:

Consideram-se igualmente, e de acordo com a NCRF 5, partes relacionadas, as seguintes:

i) Empresas controladas diretamente:

Pela presença maioritária de membros dos seus órgãos sociais no Conselho de Administração ou Gerência das entidades abaixo listadas e nas quais detém participações financeiras, considera-se que a GENERG SGPS possui controlo das mesmas de forma direta:

Empresas subsidiárias	Sede
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	Portugal
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	Portugal
Generg Ventos da Gardunha - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos de Sines - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos de Trancoso - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos de Viana do Castelo - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos do Caramulo - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generventos do Pinhal Interior - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Ventos do Seixo Amarelo - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg - Gestão e Projectos de Energia, S.A.	Portugal
Hidrinveste - Investimentos Energéticos, Lda.	Portugal
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	Portugal
Hidroelétrica do Monte, Lda.	Portugal
Megavento - Produção de Electricidade, S.A.	Portugal
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	Portugal
Sociedade Hidroelétrica da Grela, Lda.	Portugal
Genergreen, SGPS, S.A.	Portugal

O relacionamento entre a GENERG SGPS e as entidades apresentadas resulta da concessão e obtenção de financiamentos acionistas por parte da primeira. Deriva, igualmente, do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades sendo, neste último caso, a Empresa definida como dominante.

ii) Empresas controladas indiretamente:

Pela presença maioritária de membros dos seus órgãos sociais nos conselhos de administração ou gerência das entidades abaixo listadas e nas quais não detém participações financeiras, considera-se que a GENERG SGPS possui o controlo das mesmas de forma indireta:

Empresas	Sede
Generg Sol do Alentejo - Energias Renováveis, Soc. Unipessoal, Lda.	Portugal
Generg Sol do Alentejo 2 - Energias Renováveis, Soc. Unipessoal, Lda.	Portugal
Generg Sol da Beira-Baixa - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos de Proença-a-Nova - Energias Renováveis, S.A.	Portugal
Generg Ventos do Pinhal Interior Sobre Equipamento, S.A.	Portugal
Generg Ventos da Gardunha Sobre Equipamento, S.A.	Portugal
Generg Ventos do Caramulo Sobre Equipamento, S.A.	Portugal
Sol do Sorraia, S.A.	Portugal

iii) **Empresas controladas conjuntamente de modo indireto:**

É ainda parte relacionada a Empresa detida pela NOVENERGIA Holding Company:

Empresa	Sede
Generg International, S.A.	Portugal

O relacionamento entre a GENERG SGPS e as entidades apresentadas inclui apenas a participação no Conselho de Administração da GENERG Internacional.

iv) **Empresas do Grupo em que não existe controle**

Empresa	Sede
Generg Serviços, S.A.	Portugal

v) **Pessoal chave da gestão da entidade**

O relacionamento entre o pessoal apresentado e a Empresa é resultante da sua participação, integral, nos órgãos sociais daquela, nomeadamente o conselho de administração e, neste âmbito, das remunerações por si auferidas.

A remuneração dos órgãos sociais em 2019 e 2018 foi como segue:

	2019	2018
Vencimentos (Nota 21)	658.794	650.134
Prémios de desempenho (Nota 21)	504.725	403.609
	1.163.519	1.053.743

(b) **transações e saldos pendentes**

Durante o período, a Empresa apresenta as seguintes transações com aquelas entidades:

Prestação de Serviços, juros e rendimentos similares obtidos e outros rendimentos

	2019			2018		
	Prestação de serviços (Nota 18)	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 24)	Outros rendimentos (Nota 22)	Prestação de serviços (Nota 18)	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 24)	Outros rendimentos (Nota 22)
Novenergia Holding Company, S.A.	1.816.454	-	-	1.736.047	-	-
Generg International, S.A.	-	3.118.638	-	-	3.013.697	-
Genergreen SGPS, S.A.	-	478.797	-	-	646.686	-
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	-	141.105	20.898	-	18.225	19.211
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	-	92.832	5.896	-	3.865	6.746
Generg Gestão de Projectos de Energia, S.A.	-	89.119	-	-	3.711	-
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	-	70.553	21.590	-	19.404	16.095
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	-	66.839	11.168	-	15.133	11.138
Megavento, S.A.	-	48.273	75	-	2.010	1.569
Hidrinveste, Lda.	-	48.273	-	-	2.010	-
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	-	45.508	-	-	242	-
Generg Ventos de Viana, S.A.	-	44.559	3.222	-	1.855	2.465
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	-	44.559	5.784	-	1.855	5.361
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	-	25.993	-	-	1.082	-
Generg Ventos de Sines, S.A.	-	18.566	1.104	-	773	766
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	-	18.566	-	-	773	-
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	-	18.566	-	-	773	-
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	-	14.853	-	-	618	-
Generg Sol do Alentejo, Lda.	-	-	6.020	-	-	5.220
Sol do Sorraia, S.A.	-	-	5.393	-	-	7.902
Generg Ventos de Proença-a-Nova, S.A.	-	-	1.425	-	-	1.155
Generg Serviços de Gestão, S.A.	-	-	229	-	-	228
	1.816.454	4.385.601	82.804	1.736.047	3.732.713	77.857

Fornecimentos e serviços externos, juros e gastos similares

	2019		2018	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 24)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 24)
Generg Serviços de Gestão, S.A.	188.371	-	103.066	-
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	-	1.719.047,05	-	1.678.306
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	-	1.314.848,70	-	1.283.222
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	-	1.053.930,28	-	1.028.707
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	-	590.724,11	-	577.275
Generg Ventos de Viana, S.A.	-	268.977,16	-	262.882
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	-	190.921,42	-	186.756
Megavento, S.A.	-	87.579,71	-	86.015
Generg Ventos de Sines, S.A.	-	81.718,81	-	79.930
Generg Gestão de Projectos de Energia, S.A.	-	17.582,70	-	18.256
Novenergia Holding Company, S.A.	-	14.729,17	-	95.249
Hidrinveste, Lda.	-	9.523,96	-	9.889
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	-	3.663,06	-	3.803
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	-	3.663,06	-	3.803
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	-	2.930,45	-	3.043
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	-	5.128,28	-	5.325
	188.371	5.364.968	103.066	5.322.460

Saldos devedores e credores

No final do exercício de 2019 e 2018, os saldos resultantes de transações efetuadas com as partes relacionadas são como segue:

	2019					2018				
	Não corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Não corrente	Corrente	Corrente	Corrente	Corrente
	Outros ativos financeiros (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 12)	Devedores por acréscimos (Nota 12)	Clientes (Nota 10)	Outros ativos financeiros (Nota 8)	Outros ativos financeiros (Nota 8)	Outros créditos a receber (Nota 12)	Devedores por acréscimos (Nota 12)	Clientes (Nota 10)	Outros ativos financeiros (Nota 8)
Generg Internacional, S.A.	60.855.706	(52.963)	-	-	3.118.638	61.090.509	-	-	-	3.013.697
Genergreen SGPS, S.A.	4.103.702	(14.923)	-	-	478.797,24	16.913.015	(9.217)	-	-	646.686
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	1.418.546	1.742	-	-	27.531,28	-	20.799	-	-	242
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	5.875	1.181.486	-	3.482	13,27	2.897.500	361.348	-	-	5.875
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	3.865	108.226	-	819	8,73	1.906.250	265.955	-	-	3.865
Generg Gestão de Projectos de Energia, S.A.	3.711	(138.034)	-	-	8	1.830.000	217.727	-	-	3.711
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	2.938	719.769	-	3.585	6,64	1.448.750	835.436	-	-	2.938
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	2.783	666.738	-	-	6,28	1.372.500	808.169	-	-	2.783
Hidrinveste, Lda.	2.010	(56.165)	-	-	4,54	991.250	183.477	-	-	2.010
Megavento, S.A.	2.010	31.213	-	-	4,54	991.250	72.936	-	-	2.010
Generg Ventos de Viana, S.A.	1.855	128.074	-	-	4,19	915.000	203.089	-	-	1.855
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	1.855	40.281	-	-	4,19	915.000	97.214	-	-	1.855
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	1.082	(21.325)	-	-	2,45	533.750	158.556	-	-	1.082
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	618	(72.087)	-	-	1,4	305.000	124.022	-	-	618
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	773	(82.574)	-	-	1,75	381.250	135.267	-	-	773
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	773	(40.406)	-	-	1,75	381.250	36.986	-	-	773
Generg Ventos de Sines, S.A.	773	31.624	-	205	2	381.250	26.764	-	-	773
Sol do Sorraia, S.A.	-	(1.571)	-	-	-	-	7.902	-	-	-
Generg Sol da Beira-Baixa, S.A.	-	(1.437)	-	-	-	-	(1.403)	-	-	-
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	-	84	-	-	-	-	(1.420)	-	-	-
Gardunha - SE	-	(1.546)	-	-	-	-	(1.641)	-	-	-
Pinhal Interior - SE	-	(1.546)	-	-	-	-	(1.641)	-	-	-
Caramulo - SE	-	(1.546)	-	-	-	-	(1.641)	-	-	-
Generg Sol do Alentejo 2, Lda.	-	(94.709)	-	-	-	-	(2.455)	-	-	-
Generg Sol do Alentejo, Lda.	-	161.968	-	-	-	-	(32.671)	-	-	-
Generg Serviços de Gestão, S.A.	-	63.872	-	-	-	-	(63.221)	-	-	-
Generg Ventos de Proença-a-Nova, S.A.	-	348.623	-	-	-	-	(143.772)	-	-	-
Novenergia Holding Company, S.A.	-	-	33.990	150.270	-	-	-	-	1.736.047	-
Power and Sol, S.A.	-	-	-	-	-	-	(1.882)	-	-	-
	66.408.876	2.902.867	33.990	158.361	3.625.037	93.253.524	3.294.682	-	1.736.047	3.691.547

	Saldos credores						
	2019			2018			
	Financiamentos obtidos (Nota 16)	Fornecedores (Nota 17)	Credores por acréscimos de gastos (Nota 17)	Financiamentos obtidos (Nota 16)	Outras dívidas a pagar - "IRC" (Nota 17)	Fornecedores (Nota 17)	Financiamentos obtidos (Nota 16)
Generg Ventos da Gardunha, S.A.	68.412.830,09	-	-	70.551.794	-	-	-
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	52.625.253,91	-	-	53.239.411	-	-	-
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	42.100.203,12	-	-	42.873.752	-	-	-
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	23.155.111,69	-	-	25.102.553	60.139	-	-
Generg Ventos de Viana, S.A.	10.525.050,78	-	-	11.474.393	-	-	-
Ventos do Seixo Amarelo, S.A.	7.367.535,51	-	-	8.394.933	-	-	-
Megavento, S.A.	3.157.515,26	-	-	4.389.782	-	-	-
Novenergia Holding Company, S.A.	-	-	-	3.595.249	-	-	-
Generg Ventos de Sines, S.A.	3.157.515,24	-	-	3.583.430	-	-	-
Generg Gestão de Projectos de Energia, S.A.	-	-	-	2.419.056	-	-	-
Hidrinveste, Lda.	-	-	-	1.310.322	-	-	-
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	-	-	-	705.558	-	-	-
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	-	-	-	503.970	-	-	-
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	-	-	-	503.970	-	-	-
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	-	-	-	403.176	-	-	-
Generg Serviços de Gestão, S.A.	-	8.701	10.639	-	52.387	8.700	130
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	41.165
	210.501.015	8.701	10.639	229.051.349	112.526	8.700	41.295

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos primeiros meses de 2020 a Organização Mundial de Saúde qualificou a doença COVID-19 como uma pandemia internacional. O efeito prático desta doença reflete-se em toda a economia mundial.

O objeto desta empresa é a gestão de participações de empresas que produzem energia através de fontes renováveis, a administração não registou impactos nem estima que os venha a ter quer na continuidade dos investimentos previstos quer na operacionalidade dos ativos.

O Grupo colocou em prática um plano de contingência no âmbito da infeção pelo novo COVID-19, de forma a dotar metodologias que garantam a continuidade da prestação dos seus serviços, a promoção da saúde e do bem-estar de todos os seus trabalhadores, dos parceiros externos e, em geral, de toda a comunidade onde se insere.



GENERG SGPS

novenergia
holding company



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS GENERG SGPS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
MONTANTES EXPRESSOS EM EUROS

01. BALANÇO CONSOLIDADO

	Nota	31 de dezembro	
		2019	2018
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	140.566.600	170.539.757
Goodwill	7	130.747.692	144.629.611
Ativos intangíveis	8	33.201.121	32.405.660
Participações financeiras	9	4.089.399	4.001.320
Outros ativos financeiros	10	60.855.706	61.090.509
Ativos por impostos diferidos	11	7.779.250	8.717.839
		377.239.768	421.384.697
Corrente			
Clientes	12	15.488.869	12.778.589
Estado e outros entes públicos	13	463.142	2.957.435
Outros créditos a receber	14	625.046	2.350.816
Diferimentos	15	2.712.446	1.646.401
Outros ativos financeiros	10	12.263.904	11.715.286
Caixa e depósitos bancários	5	58.205.336	41.810.359
		89.758.745	73.258.886
Total do Ativo		466.998.513	494.643.583
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	16	5.000.000	5.000.000
Reserva legal	17	1.000.000	1.000.000
Outras reservas	17	93.466.740	74.956.637
Resultados transitados	17	15.535.620	15.535.620
Outras variações no capital próprio	18	7.360.688	9.375.796
Ajustamentos em ativos financeiros		1.044.880	1.083.597
		123.407.926	106.951.648
Resultado líquido do exercício		28.969.271	28.151.662
Interesses que não controlam	19	190.779	294.370
Total do capital próprio		152.567.977	135.397.681
Passivo			
Não corrente			
Provisões	20	10.414.699	9.628.514
Financiamentos obtidos	21	210.465.112	254.810.155
Passivos por impostos diferidos	11	2.435.376	3.056.406
Outros passivos financeiros	22	23.908.668	29.588.825
		247.223.855	297.083.899
Corrente			
Fornecedores	23	4.211.306	1.041.741
Estado e outros entes públicos	13	7.585.330	6.658.707
Financiamentos obtidos	21	51.271.288	48.816.769
Outras dívidas a pagar	24	3.150.216	4.514.340
Diferimentos	15	645.766	753.279
Outros passivos financeiros	22	342.774	377.167
		67.206.681	62.162.004
Total do passivo		314.430.536	359.245.903
Total do capital próprio e do passivo		466.998.513	494.643.583

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

02. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS CONSOLIDADA

	Nota	Exercício	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	25	132.414.221	127.196.348
Ganhos / perdas imputados de Subsidiárias e de Associadas	9	511.363	(11.078)
Fornecimentos e serviços externos	26	(30.226.740)	(28.687.526)
Gastos com o pessoal	27	(1.437.361)	(1.315.746)
Provisões (aumentos/ reduções)	20	(936.185)	(617.160)
Outros rendimentos	28	3.030.428	4.866.112
Outros gastos	28	(2.019.132)	(273.983)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		101.336.594	101.156.966
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	29	(46.124.525)	(46.233.357)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		55.212.069	54.923.609
Juros e rendimentos similares obtidos	30	3.172.815	3.050.452
Juros e gastos similares suportados	30	(14.729.712)	(16.299.819)
Resultados antes de impostos		43.655.171	41.674.242
Imposto sobre o rendimento do exercício	11	(14.551.882)	(13.363.711)
Resultado líquido do exercício		29.103.289	28.310.530
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		28.969.271	28.151.662
Interesses que não controlam	19	134.017	158.869
		29.103.289	28.310.530
Resultado por acção:			
- básico		28,97	28,15

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

03. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

Generg Sociedade Gestora de Participações Sociais (SGPS), S.A. e subsidiárias
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
(Montantes expressos em euros)

Nota	Atribuível aos accionistas									
	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em Ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do exercício	Total Empresa Mãe	Interesses que não controlam	Total
A 31 de dezembro de 2017	5.000.000	1.000.000	67.711.262	15.535.620	1.337.533	11.393.036	1.655.005	103.632.455	201.571	103.834.026
Alterações no exercício										
Aplicação do resultado	17	-	-	1.655.005	-	-	(1.655.005)	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	9, 17	-	-	-	(25.108)	-	-	(25.108)	-	(25.108)
Outras alterações ocorridas nos capitais próprios das subsidiárias		-	-	-	(195.453)	-	-	(195.453)	-	(195.453)
Justo valor dos SWAPs	17, 19	-	-	7.373.740	3.955	-	-	7.377.696	21.738	7.399.434
Reconhecimento dos subsídios ao investimento	18, 19	-	-	-	(45.161)	(2.663.068)	-	(2.708.229)	(3.834)	(2.712.064)
Impostos diferidos	17, 18, 19	-	-	(1.783.369)	7.829	645.828	-	(1.129.712)	(3.925)	(1.133.637)
		-	-	7.245.377	(253.938)	(2.017.240)	(1.655.005)	3.319.193	13.979	3.333.172
Resultado líquido do exercício							28.151.662	28.151.662	158.869	28.310.531
Resultado integral	5.000.000	1.000.000	74.956.637	15.535.620	1.083.597	9.375.796	28.151.662	135.103.311	374.419	135.477.729
Operações com detentores de capital no exercício										
Restituição prestações suplementares		-	-	-	-	-	-	-	(47.885)	(47.885)
Distribuições	17, 31	-	-	-	-	-	-	-	(32.164)	(32.164)
		-	-	-	-	-	-	-	(80.049)	(80.049)
A 31 de dezembro de 2018	5.000.000	1.000.000	74.956.637	15.535.620	1.083.597	9.375.796	28.151.662	135.103.311	294.370	135.397.681
Alterações no exercício										
Aplicação do resultado	17	-	-	28.151.662	-	-	(28.151.662)	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial	9, 17	-	-	-	1.586	-	-	1.586	-	1.586
Justo valor dos SWAPs	9, 17, 19	-	-	5.663.839	(4.978)	-	-	5.658.861	16.318	5.675.178
Reconhecimento dos subsídios ao investimento	9, 18, 19	-	-	-	(44.781)	(2.628.763)	-	(2.673.544)	(3.834)	(2.677.378)
Impostos diferidos	9, 17, 18, 19	-	-	(1.305.394)	9.454	613.655	-	(682.286)	(2.736)	(685.022)
		-	-	32.510.107	(38.719)	(2.015.108)	(28.151.662)	2.304.617	9.747	2.314.364
Resultado líquido do exercício							28.969.271	28.969.271	134.017	29.103.289
Resultado integral	5.000.000	1.000.000	107.466.740	15.535.620	1.044.880	7.360.688	28.969.271	166.377.197	438.134	166.815.332
Operações com detentores de capital no exercício										
Distribuições	17, 31	-	-	(14.000.000)	-	-	-	(14.000.000)	(247.355)	(14.247.355)
		-	-	(14.000.000)	-	-	-	(14.000.000)	(247.355)	(14.247.355)
A 31 de dezembro de 2019	5.000.000	1.000.000	93.466.740	15.535.620	1.044.880	7.360.688	28.969.271	152.377.197	190.779	152.567.977

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

04. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

	Nota	EXERCÍCIOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		159.847.038	170.088.046
Pagamentos a fornecedores		(35.542.630)	(36.236.968)
Pagamentos ao pessoal		(535.697)	(850.311)
Caixa gerada pelas operações		123.768.711	133.000.767
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(14.819.113)	(8.343.535)
Outros recebimentos/pagamentos		(21.983.747)	(23.375.490)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		86.965.852	101.281.742
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		(943.767)	(17.831.432)
Aplicações financeiras		(3.523.137)	(19.183.065)
Outros Ativos (Apoio tesouraria)		(16.316.466)	-
Recebimentos provenientes de:			
Dividendos	9	56.000	70.000
Aplicações financeiras		367.394	18.621.725
Outros Ativos		20.235.746	3.500.000
Juros e rendimentos similares		33.400	19.586
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(90.831)	(14.803.186)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	21	10.600.001	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	21	(49.164.344)	(46.586.314)
Juros e gastos similares		(14.131.602)	(15.853.344)
Distribuição de reservas livres	17, 31	(14.000.000)	-
Dividendos	19, 31	(158.871)	(32.164)
Outras operações de financiamento		(3.500.000)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(70.354.816)	(62.471.822)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		16.520.204	24.006.735
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	5	41.810.359	17.803.625
Alterações no perímetro de consolidação	4	(125.230)	-
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	5	58.205.336	41.810.359

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

05. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS GENERG SGPS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A GENERG Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“GENERG SGPS” ou “Empresa”), com sede em Lisboa, foi constituída sobre a forma de Sociedade Anónima, em 14 de dezembro de 1999 tendo por objeto social a gestão de participações sociais noutras Sociedades. Foi objetivo dos seus acionistas concentrar numa única sociedade todas as participações financeiras noutras sociedades do Grupo, diferenciando claramente as atividades de gestão operacional das atividades de gestão financeira e estratégica.

A Empresa é detida integralmente pela NOVENERGIA Holding Company, S.A., sendo que a sua entidade controladora final em 31 de dezembro de 2019 é a Total Eren, S.A.

A GENERG SGPS é a empresa-mãe do Grupo GENERG (“Grupo”) o qual detém um conjunto de empresas descritas na Nota 35.

A atividade do Grupo é exclusivamente dedicada ao desenvolvimento de projetos de aproveitamento de energia de origem renovável. O seu desenvolvimento iniciou-se com os projetos de centrais hidroelétricas, na sequência da publicação do Decreto-lei 189/ 88 de 27 de maio, que veio permitir a entrada no setor de produção de eletricidade a entidades independentes. O referido Decreto-lei estabeleceu um preço para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, atribuiu a essa atividade o estatuto de interesse público e regulamentou as condições técnicas de ligação à Rede Elétrica Pública.

Com a vertente hidroelétrica em velocidade de cruzeiro e atenta ao grande desenvolvimento tecnológico verificado, a partir de 1997, o Grupo começou a preparar a sua entrada no domínio da produção de eletricidade com base em aproveitamentos eólicos. Desde a data acima mencionada que quase toda a sua atividade de desenvolvimento foi concentrada neste seu objetivo estratégico.

No contexto dos projetos de aproveitamento de energia eólica, em consequência da publicação em 28 de fevereiro de 2013 do Decreto-Lei nº 35/2013, o Grupo aderiu a um dos regimes remuneratórios previstos, o qual se traduz num período adicional de 7 anos após o término do período definido no Decreto-Lei nº 35-A/2005. Como contrapartida da adesão a este regime, o Grupo irá pagar um montante anual correspondente a 5.800 euros por MW instalado, entre 2013 e 2020. O valor a pagar por MW de capacidade instalada será anualmente revisto de acordo com a inflação que se venha a verificar.

Nos últimos anos, o Grupo tem vindo a explorar novas vertentes como a energia solar fotovoltaica, onde adquiriu e atualmente consolida um *know how* relevante.

No seu conjunto, o Grupo possui nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 uma capacidade instalada de 487,5 MW dos quais, 33,2 MW em aproveitamentos hidroelétricos, 435,4 MW em parques eólicos e 18,9 MW em centrais solares.

No contexto dos projetos de aproveitamento de energia eólica, no decurso do exercício de 2013, em consequência da publicação em 28 de fevereiro de 2013 do Decreto-Lei nº 35/2013 na obtenção de uma tarifa garantida dentro de uma banda, o Grupo aderiu a um dos regimes remuneratórios previstos, o qual se irá traduzir num período adicional de 7 anos após o término do período definido no Decreto-Lei nº 35-A/2005. Como contrapartida da adesão a este regime o Grupo irá pagar um montante anual correspondente a 5.800 Euros por MW instalado, entre 2013 e 2020. O valor a pagar por MW de capacidade instalada será anualmente revisto de acordo com a inflação que se venha a verificar.

Na sequência da publicação do Decreto-Lei nº 35/2013 de 28 de fevereiro de 2013, aplicável às empresas hídricas, que veio introduzir alterações ao regime remuneratório e duração do período em que o mesmo vigora, a Empresa interpôs ação judicial visando obter a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo contido no artigo 3.º, n.ºs 1, alínea a), e 2 do Decreto-Lei n.º 35/2013, de 28 de fevereiro, o qual encurta de 35 para 25 anos o prazo atribuído à Empresa, e a todas as demais titulares de pequenas centrais hídricas (“PCH”) destinatárias do mesmo ato, para beneficiar do regime remuneratório anterior ao Decreto-Lei n.º 33-A/2005, alegando a inconstitucionalidade do ato e o facto deste ser ilegal e lesivo dos direitos e interesses legalmente protegidos da Empresa.

Foi interposta ação judicial pela Empresa, sendo que em todos os processos o Supremo Tribunal Administrativo (“STA”) apresentou a recusa em analisar a matéria da ação, optando por uma decisão meramente formal, alegando ser incompetente para conhecer a ação judicial por estar em causa um ato legislativo e não um ato administrativo.

As empresas do GRUPO GENERG recorreram para o Tribunal Constitucional desta decisão, tendo este recusado o recurso apresentado.

Embora o STA tenha recusado analisar a substância da questão optando por decisões meramente formais foi reconhecido expressamente que as sociedades veículo detentoras de PCH têm assegurado o direito de ação para, no tempo oportuno, no momento em que se concretizar a eventual lesão decorrente da lei, ou seja aquando da transição para o regime remuneratório de mercado, exigir judicialmente o preço subsidiado a que se julga com direito e promover, por essa via mediata, o controlo incidental e concreto da constitucionalidade do ato jurídico legislativo impugnado.

Com a transição para o regime de mercado de diversas PCH, e em coerência com o entendimento acima expresso por parte do STA, foram sendo interpostas ações judiciais contra o Estado Português com vista ao ressarcimento dos prejuízos causados e que deram origem aos seguintes processos:

- a) PCH de Fráguas (GENERG – Gestão e Projetos de Energia S.A.): Processo 572/18.3BEVIS do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, Unidade Orgânica 1;
- b) PCH de Vale Soeiro (GENERG – Gestão e Projetos de Energia S.A.): Processo 134/19.8BEVIS do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, Unidade Orgânica 1;
- c) PCH de Paus (Hidrinveste – Investimentos Energéticos S.A.): Processo 1796/19.1BELSB do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, Unidade Orgânica 5;
- d) PCH de Talhadas (GENERG – Gestão e Projetos de Energia S.A.): Processo 399/17.0BELSB do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, Unidade Orgânica 1;

Dos processos acima descritos foram, entretanto, emitidas duas sentenças, ambas desfavoráveis, nos processos referidos nas alíneas a) e b), que correm termos no mesmo tribunal e com a mesma juíza, em relação às quais foi interposto recurso, já no exercício de 2020.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o a GENERG SGPS alienou a sua participação na empresa Power & Sol – Energias Renováveis, S.A, com efeito a 30 de junho de 2019, à Total Solar (Nota 4).

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, sendo esta divisa igualmente a moeda funcional do Grupo, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que o Grupo opera.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de maio de 2020. Contudo, as mesmas ainda estão sujeitas a aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

02.1. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho republicado pelo Decreto-Lei nº98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

03.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

03.2. CONCENTRAÇÕES DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS E PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas (as suas subsidiárias). Entende-se existir controlo quando a Empresa tem o poder de definir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, de forma a obter benefícios derivados das suas atividades, normalmente associado ao controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

As subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral, desde a data em que a Empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais e até ao momento em que esse controlo cessa.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício e consideradas no perímetro deste consolidado (Nota 35) são incluídos na demonstração dos resultados consolidada desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, ou na data em que se verifica a aquisição controlo ou perda do mesmo, se diferente.

Todas as transações e saldos entre as subsidiárias incluídas neste consolidado e entre a Empresa e aquelas subsidiárias, assim como os rendimentos e gastos resultantes das referidas transações e saldos são integralmente anulados no processo de consolidação. Ganhos ou perdas não realizados são também eliminados, sendo estas últimas consideradas como um indicador de imparidade para o ativo transferido.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias incluídas neste perímetro de consolidação correspondente a interesses de terceiros (minoritários) nas mesmas são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica "Interesses minoritários".

Os interesses minoritários são inicialmente mensurados pela correspondente quota-parte no justo valor dos ativos líquidos adquiridos. Subsequentemente, são ajustados pela correspondente quota-parte nas variações subsequentes no capital próprio e resultados das subsidiárias.

Quando os prejuízos aplicáveis aos interesses minoritários excedem os correspondentes interesses no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os interesses minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir tais prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

b) Investimentos financeiros em empresas conjuntamente controladas

O controlo conjunto de uma entidade resulta de uma forma particular de empreendimento conjunto, o qual se traduz na criação de uma entidade que, por via contratual, é conjuntamente controlada pelos vários empreendedores.

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método os ativos, passivos, rendimentos e gastos destas empresas foram integrados, nas demonstrações financeiras consolidadas, rubrica a rubrica na proporção do controlo atribuído ao Grupo, por participação direta de capital ou acordo entre os acionistas.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto e exigem a unanimidade das decisões.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis adquiridos, quando relacionados com parques eólicos, centrais hidroelétricas ou parques fotovoltaicos são tratados como um ativo intangível e amortizados de acordo com o período de vida útil daqueles ativos. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

As transações, os saldos e os dividendos distribuídos, entre empresas conjuntamente controladas e outras empresas do Grupo são eliminados, no processo de consolidação, na proporção do controlo atribuído ao Grupo.

As entidades controladas conjuntamente encontram-se discriminadas na Nota 36.

c) Concentrações de atividades empresariais

As aquisições de subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e de negócios são registadas utilizando o método da compra. O correspondente custo da concentração é determinado como o agregado, na data da aquisição, de: (a) justo valor dos ativos entregues ou a entregar; (b) justo valor de responsabilidades incorridas ou assumidas; (c) justo valor de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da obtenção de controlo sobre a subsidiária; e (d) gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

Os ativos, passivos e responsabilidades contingentes da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou negócio adquirido que satisfazem as condições de reconhecimento definidas na NCRF 14 são reconhecidos ao seu justo valor na data da aquisição. O excesso do custo da concentração relativamente ao justo valor da participação da Empresa nos ativos líquidos adquiridos, quando relacionados com parques eólicos, centrais hidroelétricas ou parques fotovoltaicos são tratados como um ativo intangível e amortizados de acordo com o período de vida útil daqueles ativos. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados consolidadas.

Na eventualidade da contabilização inicial de uma aquisição não estar concluída no final do período de relato em que a mesma ocorreu, o Grupo relata montantes provisórios para os itens cuja contabilização não está concluída. Tais montantes provisórios são passíveis de ajustamento durante um prazo de 12 meses a contar da data da aquisição.

03.3. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

A participação financeira na GENERG International é apresentada nestas demonstrações financeiras como "Participações financeiras em subsidiárias".

As participações em subsidiárias são registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados do Grupo incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, o Grupo retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações, com subsidiárias empresas conjuntamente controladas e associadas, são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

Os dividendos recebidos das subsidiárias após a data de aquisição são deduzidos ao valor da participação financeira.

03.4. GOODWILL

O excesso do custo de aquisição de participações registadas pelo método da equivalência patrimonial face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill, sendo este apresentado numa linha separada do balanço. Este Goodwill é amortizado de acordo com a vida útil de cada centro electroprodutor detido pelas subsidiárias sobre as quais foi gerado o respetivo Goodwill no momento da sua aquisição.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos investimentos da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade e se os mesmos devem ser sujeitos a teste de imparidade.

03.5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos de desmantelamento para fazer face a despesas a incorrer na reposição pelo Grupo para as condições de utilização iniciais dos locais utilizados, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra, quaisquer custos diretamente atribuídos às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida deduzidas de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os gastos de financiamento incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis são reconhecidos como parte do custo da construção do ativo.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimados:

	Anos
Edifícios e outras construções	30 anos
Equipamento básico	16 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Ferramentas	3 a 6 anos
Equipamento administrativo	3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes), que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais, são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa a que respeita e, quando necessário, são reconhecidas perdas por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido de encargos com a venda e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

03.6. LOCAÇÕES

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gasto do período em que são incorridas.

03.7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de utilização de *software*, direitos de concessão resultantes da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão às centrais hidroelétricas e diferenças de compra resultantes das aquisições de participações em parques eólicos, fotovoltaicos e centrais hidroelétricas.

Os ativos intangíveis são registados ao custo, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

Programas de computador

O Grupo GENERG regista na rubrica de “Programas de computador” os gastos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e de *upgrade*. Estes ativos são amortizados entre 3 e 5 anos.

Direitos de concessão

O grupo regista como direitos de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento do aproveitamento hídrico atribuído.

Atendendo à tipologia da Concessão e ao seu englobamento legal, o Grupo veio a enquadrar, no âmbito da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços (“IFRIC 12”), a sua Concessão atendendo ao modelo do Ativo Intangível.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o concedente controla (regula):

- Os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- Quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

Desta forma, e atendendo ao acima descrito a concessão atribuída ao Grupo, encontra-se abrangida no âmbito da IFRIC 12 pelas seguintes razões:

- O Grupo possui alvarás emitidos pela Direção Geral dos Recursos Naturais (“Concedente”) e por um período pré-definido;
- O Grupo efetua a prestação do serviço de construção/aquisição das infraestruturas necessárias ao estabelecimento do aproveitamento hídrico, que troca pelo direito de explorar a produção de eletricidade da central atribuída;
- O concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados;
- Os diversos ativos utilizados para a prestação de serviços revertem para o concedente no final do contrato de concessão.

Atendendo à tipologia da concessão do Grupo, nomeadamente no que respeita ao enquadramento legal que abrange a sua concessão, foi entendimento do Grupo que o modelo que melhor se adequa à sua realidade em concreto é o modelo intangível.

Os ativos intangíveis registados no balanço referem-se a direitos de concessão resultantes da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de serviço de concessão às centrais hidroelétricas.

Estes são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

O Grupo regista como direitos de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento do aproveitamento hídrico atribuído. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de serviço de concessão’, o Grupo presta o serviço de construção/aquisição das infraestruturas necessárias ao estabelecimento do aproveitamento hídrico, que troca pelo direito de explorar a produção de eletricidade da central atribuída. Uma vez que todos os ativos investidos revertem gratuitamente para o Estado no final do prazo do alvará, não existe qualquer valor a receber a registar.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da produção, em conformidade com a produção estimada para cada uma das centrais até ao fim da concessão.

Diferenças de compra

Os ativos intangíveis que compreendem, as diferenças de compra entre o valor pago pela aquisição da participação em parques eólicos, centrais hidroelétricas e parque fotovoltaicos e os correspondentes capitais próprios com vidas úteis definidas, são registadas ao custo deduzidos de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis, a qual foi determinada pelo Conselho de Administração como sendo idêntica à vida útil dos principais ativos afetos aos parques eólicos, centrais hidroelétricas e parques fotovoltaicos adquiridos (normalmente entre 16 e 30 anos) por serem estes os geradores das receitas das subsidiárias.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada.

	Anos
Programas de computador	3 a 5 anos
Direitos de concessão	33 anos
Ramais	5 anos
Diferenças de compra	16 e 30 anos

03.8. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido de custos para vender; e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

03.9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

O Grupo GENERG detém uma participação onde é minoritária e não detém qualquer controlo ou influência significativa. Esta participação é mensurada pelo método do custo, tendo um tratamento contabilístico semelhante ao dos restantes ativos financeiros do Grupo (Nota 3.10).

03.10. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado; e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo.

Nesta categoria, incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outros créditos a receber

Os saldos de clientes e de outros créditos a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Outros ativos financeiros

Os saldos da rubrica de outros ativos financeiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de doze meses.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Em regra, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Fornecedores e outras dívidas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a pagar são registados ao custo amortizado. Em regra, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O Grupo desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

O Grupo desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

No âmbito da sua política de gestão de riscos financeiros, nomeadamente do risco de flutuação de taxa de juro, o Grupo contrata *swaps* de taxa de juro (“*Interest Rate Swap*”) como forma de garantir a cobertura dos seus fluxos de caixa. Não são utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de negociação (especulação).

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente pelo seu justo valor na data em que são contratados e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, em cada data de relato. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas de imediato em resultados, salvo se tais instrumentos forem designados como instrumentos de cobertura. Quando forem designados como instrumento de cobertura, as alterações no seu justo valor são registadas por contrapartida da rubrica de “Outras reservas” no capital próprio, sendo transferidas para resultados quando a posição coberta afetar resultados.

Um instrumento financeiro derivado com um justo valor positivo é reconhecido como um ativo financeiro na rubrica “Outros ativos financeiros”. Um instrumento financeiro derivado com um justo valor negativo é reconhecido como um passivo financeiro na rubrica “Outros passivos financeiros”.

Um instrumento financeiro derivado é apresentado como não corrente se a sua maturidade remanescente for superior a 12 meses e não for expectável a sua realização ou liquidação no prazo de 12 meses.

Os critérios para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura são os seguintes:

- Adequada documentação da operação de cobertura;
- O risco a cobrir é um dos riscos descritos na NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, que no caso do Grupo é o risco de taxa de juro;
- É esperado que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa do item coberto, atribuíveis ao risco a cobrir, sejam praticamente compensadas pelas alterações no justo valor do instrumento de cobertura.

No início da operação da cobertura, o Grupo documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o item coberto, os seus objetivos e estratégia de gestão do risco e a sua avaliação da eficácia do instrumento de cobertura a compensar variações nos justos valores e fluxos de caixa do item coberto.

03.12. ENCARGOS FINANCEIROS COM FINANCIAMENTOS

Os encargos financeiros com financiamentos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Os encargos financeiros de financiamentos obtidos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de ativos fixos tangíveis e intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer ganhos financeiros gerados por financiamentos obtidos antecipadamente e correspondentes a um investimento específico, são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

03.13. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de reporte, dos recursos necessários para liquidar essas obrigações.

O Grupo constitui uma provisão, no início de cada projeto, para fazer face aos gastos a incorrer na reposição dos locais utilizados pelo Grupo, para as condições iniciais de utilização. Esta provisão é registada, no momento da sua constituição inicial, por contrapartida da rubrica de “Ativos fixos tangíveis”. As provisões são revistas na data de cada relato e são ajustadas de modo a refletir o valor presente da melhor estimativa a essa data. Anualmente, o montante da provisão é atualizado, pelo efeito da passagem temporal e pela inflação, sendo o montante correspondente reconhecido por contrapartida da demonstração dos resultados.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

03.14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do exercício inclui o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida à data do balanço.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, caso existam, e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

03.15. SUBSÍDIOS E APOIOS DO GOVERNO

O Grupo reconhece os subsídios do Estado, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o Grupo irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações no capital próprio”, sendo subseqüentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

03.16. RÉDITO

Os rendimentos do Grupo decorrem da venda de energia eólica, hídrica, solar e outros serviços. O rédito é reconhecido líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos, sendo que os rendimentos são reconhecidos no exercício a que respeitam de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Os riscos e vantagens significativos associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- O Grupo não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Grupo.

Centrais hidroelétricas

O rédito corresponde ao valor dos serviços de produção de eletricidade prestados ao sistema elétrico dos países onde as empresas do grupo operam e faturados à empresa distribuidora, conforme o “Contrato de compra de energia elétrica” assinado e de acordo com os preços estabelecidos em legislação própria. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos. O rédito é reconhecido mensalmente com base na energia medida em contador no ponto de interligação da central com a rede de distribuição de eletricidade.

Relativamente aos serviços de construção/expansão/requalificação prestados no âmbito da atribuição do alvará para a central hidroelétrica, o rédito é reconhecido à medida que o investimento é efetuado por contrapartida de ativos intangíveis.

O rédito dos serviços de construção resulta do estudo de viabilidade e financeiro acordado entre as empresas detentoras de centrais hidroelétricas e a entidade concedente do alvará, relativamente aos investimentos a efetuar no estabelecimento do aproveitamento hídrico (a central).

Ativos eólicos e solares

O rédito corresponde ao valor dos serviços de produção de eletricidade prestados ao sistema elétrico dos países onde as empresas do grupo operam e faturados à empresa distribuidora, conforme o “Contrato de compra de energia elétrica” assinado e de acordo com os preços estabelecidos em legislação própria. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos. O rédito é reconhecido mensalmente com base na energia medida em contador no ponto de interligação do parque com a rede de distribuição de eletricidade.

Outros serviços

Os outros serviços prestados são reconhecidos como rédito de acordo com o método da percentagem de acabamento.

Estes serviços são prestados tanto em território nacional como nos países onde o Grupo opera.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

03.17. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Serão reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que o Grupo tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

Em relação aos encargos de carácter ambiental, o Grupo poderá incorrer, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como gasto nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pelo Grupo, são capitalizados.

03.18. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS APRESENTADOS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e utilizadas estimativas e diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram os seguintes:

03.16.1. Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer por outros acontecimentos não controlados pelo Grupo.

03.16.2. Ativos tangíveis e intangíveis – vidas úteis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócio do Grupo, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

03.16.3. Ativos tangíveis e intangíveis – Provisão de desmantelamento

O Grupo reconhece no seu balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção. Também a vida útil associada ao parque, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados do Grupo tem por base o julgamento da Administração. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional. Esta provisão destina-se ao desmantelamento do parque no final da sua vida útil, sendo que a mesma incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos para as suas condições iniciais). O Grupo utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverá vir a incorrer no final do período de exploração. Esta provisão foi reconhecida nas demonstrações consolidadas do Grupo pelo valor presente do desmantelamento constituindo-se por incremento do ativo, sendo reconhecida anualmente a respetiva depreciação.

03.16.4. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

03.16.5. Valorização do *Interest Rate Swap* de cobertura

O Grupo valoriza os “*Interest Rate Swap*” que contratou para cobertura do risco associado aos *cash flows* do financiamento ao seu justo valor, através do método do “*marked-to-market*”. A aplicação do mesmo implica a utilização de taxas futuras estimadas. É entendimento do Conselho de Administração que as taxas utilizadas à data de balanço são as que se apresentam mais fidedignas e comumente aceites pelos mercados.

03.19. ESPECIALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO

O Grupo regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

03.20. ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas, se forem considerados materiais.

4. EFEITO DAS ALTERAÇÕES DE PERÍMETRO

Em 25 de julho de 2019 o Grupo vendeu à Total Solar 100% das ações e créditos que detinha sobre a subsidiária Power & Sol – Energias Renováveis, S.A. pelo montante total de 367.394 euros às ações da subsidiária. Desta operação resultou uma mais-valia de 328.564 euros (Nota 9), a qual resulta da (i) diferença entre o preço de venda das ações (367.394 euros) e o valor contabilístico da participação financeira à data da transação (38.830 euros).

Os principais efeitos destas operações nas demonstrações financeiras consolidadas em 2019 foram os seguintes:

	Power & Sol - Energias Renováveis, S.A.
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	(188.389)
Valor bruto	(188.389)
Depreciações	-
Ativos intangíveis (Nota 8)	(799.172)
Valor bruto	(799.172)
Depreciações	-
Ativos por impostos diferidos (Nota 11)	(295)
Financiamentos bancários	1.089.835
Caixa e depósitos bancários	(125.230)
Outros ativos e passivos	(15.579)
Capital próprio data da alienação	38.830

5. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

05.1. DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo da rubrica de “Caixa e depósitos bancários” é detalhado conforme se segue:

	2019	2018
Depósitos Bancários		
- Depósitos à ordem	54 076 800	37 681 823
- Depósitos a prazo	4 128 536	4 128 536
Depósitos disponíveis para uso	58 205 336	41 810 359
Caixa e equivalentes de caixa	58 205 336	41 810 359

O montante de “Depósitos disponíveis para uso” respeita a depósitos bancários, efetuados por curto prazo, os quais são imediatamente convertíveis em dinheiro e encontram-se sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

A Empresa é ainda titular de depósitos bancários de utilização restrita, detalhados na Nota 10

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o movimento ocorrido na rubrica de ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2019

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Equipamento administrativo	Investimento em curso	Total
1 de janeiro de 2019								
Custo de aquisição	326 123	43 487 828	484 732 229	2 699	351 898	815 024	772 639	530 488 440
Depreciações acumuladas	-	(17 223 649)	(341 652 480)	(2 699)	(314 264)	(755 594)	-	(359 948 686)
Valor líquido	326 123	26 264 179	143 079 749	-	37 634	59 430	772 639	170 539 757
31 de dezembro de 2019								
Adições	73 108	-	-	-	-	8 661	816 058	897 827
Reduções - alterações no perímetro de consolidação (Nota 4)	-	-	-	-	-	-	(188 389)	(188 389)
Depreciação - exercício (Nota 29)	-	(1 452 430)	(29 180 609)	-	(11 709)	(37 847)	-	(30 682 595)
Valor líquido	399 231	24 811 749	113 899 140	-	25 925	30 244	1 400 308	140 566 600
31 de dezembro de 2018								
Custo de aquisição	399 231	43 487 828	484 732 229	2 699	351 898	823 685	1 400 308	531 197 878
Depreciações acumuladas	-	(18 676 079)	(370 833 089)	(2 699)	(325 973)	(793 441)	-	(390 631 281)
Valor líquido	399 231	24 811 749	113 899 140	-	25 925	30 244	1 400 308	140 566 600

As adições da rubrica “Terrenos” referem-se sobretudo à subsidiária Sol do Sorraia, a qual durante o exercício de 2019 adquiriu um terreno para o projeto Mexeeiro.

O aumento verificado na rubrica “Investimento em curso” respeita essencialmente, a despesas incorridas para a obtenção de licença de produção e respetiva licença de exploração relativas ao projeto da Central Solar do Mexeeiro (714.624 euros). Destacam-se ainda a capitalização de juros incorridos com financiamentos junto da GENERGreen SGPS, SA nas subsidiárias GENERG Ventos do Caramulo Sobre Equipamento, S.A., GENERG Ventos da Gardunha Sobre Equipamento, S.A. e GENERG Sol da Beira Baixa – Energias Renováveis, S.A.

Foram ainda desconhecidos os montantes relativos a investimentos em curso da Power & Sol – Energias Renováveis, SA, alienada durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2019 (Nota 4).

Em 31 de dezembro de 2019, não existe qualquer indício de imparidade dos ativos fixos tangíveis do Grupo.

Movimentos nos ativos fixos tangíveis em 2018

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Equipamento administrativo	Investimento em curso	Total
1 de Janeiro de 2018								
Custo de aquisição	323 623	44 006 221	481 620 885	50 174	351 898	815 024	576 025	527 743 850
Perdas por imparidade	-	(264 957)	(655 739)	-	-	-	-	(920 696)
Depreciações acumuladas	-	(16 012 669)	(321 597 299)	(50 174)	(301 640)	(714 008)	-	(338 675 790)
Valor líquido	323 623	27 728 595	159 367 847	-	50 258	101 016	576 025	188 147 365
31 de Dezembro de 2018								
Adições	-	-	13 310 000	-	-	-	199 114	13 509 114
Alienações	-	-	-	(47 475)	-	-	-	(47 475)
Transferências e abates	2 500	(518 393)	(10 198 656)	-	-	-	(2 500)	(10 717 049)
Depreciação - exercício (Nota 29)	-	(1 464 297)	(29 208 949)	-	(12 624)	(41 586)	-	(30 727 456)
Depreciação - alienações	-	253 317	9 153 768	47 475	-	-	-	9 454 560
Perdas por imparidade	-	264 956	655 739	-	-	-	-	920 695
Valor líquido	326 123	26 264 179	143 079 749	-	37 634	59 430	772 639	170 539 757
31 de Dezembro de 2018								
Custo de aquisição	326 123	43 487 828	484 732 229	2 699	351 898	815 024	772 639	530 488 440
Depreciações acumuladas	-	(17 223 649)	(341 652 480)	(2 699)	(314 264)	(755 594)	-	(359 948 686)
Valor líquido	326 123	26 264 179	143 079 749	-	37 634	59 430	772 639	170 539 757

As adições da rubrica “Equipamento básico” referem-se sobretudo à subsidiária Proença-a-Nova, a qual durante o exercício de 2018 procedeu à substituição dos seus equipamentos de produção de energia eólica, bem como respetiva provisão de desmantelamento.

O aumento verificado na rubrica de “Investimento em curso – adições” refere-se, essencialmente ao investimento realizado pela subsidiária Power & Sol na aquisição de terrenos para a construção do seu parque solar.

Transferências e abates nas rubricas “Edifícios e outras construções” e “Equipamento básico” referem-se, essencialmente, aos abates ocorridos na subsidiária Proença-a-Nova, como resultado da substituição dos equipamentos de produção de energia eólica e respetiva provisão de desmantelamento.

Em 2018, a Empresa finalizou o repowering do parque eólico do Vergão, que consistiu em desmantelar 10 aerogeradores eólicos modelo N62 e montar 5 aerogeradores N117.

Dos ativos fixos tangíveis classificados na rubrica de “Equipamento básico” constam, essencialmente, os equipamentos de produção de energia elétrica dos aproveitamentos eólicos e solares fotovoltaicos das empresas do Grupo.

O montante apresentado na rubrica de “Edifícios e outras construções” resulta das obras realizadas no quadro da construção e entrada em funcionamento dos aproveitamentos energéticos das empresas de produção do Grupo.

Não se verificou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, qualquer reavaliação de ativos fixos tangíveis das empresas do Grupo GENERG.

7. GOODWILL

O movimento ocorrido na rubrica “Goodwill”, bem como nas respetivas amortizações, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi como segue:

2019

	<u>Goodwill</u>
1 de janeiro de 2019	
Custo de aquisição	172 393 451
Depreciações acumuladas	<u>(27 763 839)</u>
Valor líquido	<u>144 629 612</u>
31 de dezembro de 2019	
Amortizações do exercício (Nota 29)	<u>(13 881 920)</u>
Valor líquido	<u>(13 881 920)</u>
31 de dezembro de 2019	
Custo de aquisição	172 393 451
Depreciações acumuladas	<u>(41 645 759)</u>
Valor líquido	<u>130 747 692</u>

2018

	<u>Goodwill</u>
1 de janeiro de 2018	
Custo de aquisição	172 393 451
Depreciações acumuladas	<u>(13 881 920)</u>
Valor líquido	<u>158 511 531</u>
31 de dezembro de 2018	
Amortizações do exercício (Nota 29)	<u>(13 881 920)</u>
Valor líquido	<u>(13 881 920)</u>
31 de dezembro de 2018	
Custo de aquisição	172 393 451
Depreciações acumuladas	<u>(27 763 839)</u>
Valor líquido	<u>144 629 612</u>

O “Goodwill” registado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 diz respeito ao Goodwill que foi gerado no momento da fusão por incorporação da LUSENERG – Energias Renováveis, SGPS, S.A. (Empresa-mãe) no exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Este Goodwill será amortizado de acordo com a vida útil de cada centro electroprodutor detido pelas subsidiárias sobre as quais foi gerado o respetivo Goodwill no momento da sua aquisição.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como segue:

Movimentos nos ativos intangíveis em 2019

	Propriedade industrial	Estudos e projetos	Programas computador	Diferenças de compra	Investimento em curso	Total
1 de janeiro de 2019						
Custo de aquisição	72 888 187	11 828 244	61 175	15 411 298	16 404 071	116 592 975
Amortizações acumuladas	(64 582 865)	(11 759 041)	(61 175)	(7 784 234)	-	(84 187 315)
Valor líquido	8 305 322	69 203	-	7 627 064	16 404 071	32 405 660
31 de dezembro de 2019						
Adições	-	-	-	-	3 154 644	3 154 644
Reduções - alterações no perímetro de consolidação (Nota 4)	-	-	-	-	(799 172)	(799 172)
Amortização - exercício (Nota 29)	(855 311)	(3 549)	-	(701 150)	-	(1 560 011)
Valor líquido	7 450 011	65 654	-	6 925 914	18 759 543	33 201 121
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	72 888 187	11 828 244	61 175	15 411 298	18 759 543	118 948 447
Amortizações acumuladas	(65 438 176)	(11 762 590)	(61 175)	(8 485 384)	-	(85 747 325)
Valor líquido	7 450 011	65 654	-	6 925 914	18 759 543	33 201 121

O valor dos ativos intangíveis refere-se, essencialmente, a: (i) equipamentos de produção de energia elétrica das centrais hidroelétricas associados à atividade concessionada, que se encontram registadas ao abrigo da IFRIC 12; (ii) ao gasto suportado com a construção dos ramais necessários ao fornecimento da energia elétrica produzida e a gastos incorridos com estudos e projetos; e (iii) diferenças de compra entre o valor pago pela aquisição de participações em parques eólicos, centrais hidroelétricas e parques fotovoltaicos e os correspondentes capitais próprios, com vidas úteis definidas.

O montante de 3.024.222 euros registado nas adições de “Investimento em curso” inclui: (i) 520.337 euros referentes ao desenvolvimento de novos projetos de aproveitamento solar e eólico; e (ii) 2.503.885 euros referente aos pagamentos para o regime remuneratório, conforme explicado no parágrafo abaixo.

Foram ainda desconhecidos os montantes relativos a investimentos em curso da Power & Sol – Energias Renováveis, SA (668.750 euros), alienada durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o Grupo aderiu ao regime remuneratório referido na Nota Introdutória, o qual prevê o pagamento de uma quantia anual entre 2013 e 2020 (sendo que o valor em cada exercício económico será sujeito a atualização). Nesse âmbito, no decurso do exercício de 2019, o Grupo procedeu ao pagamento de 2.503.885 euros (2.511.159 euros em 2018), tendo o mesmo sido reconhecido como um ativo intangível em curso. Estes montantes serão transferidos para a rubrica de “Ativos Intangíveis” no momento em que termine o regime remuneratório da eletricidade previsto no Decreto-Lei nº 35-A/2005, passando este ativo a ser amortizado por um período de 7 anos. Em 31 de dezembro de 2019 o valor acumulado destes pagamentos ascende a 17.503.755 euros.

Movimentos nos ativos intangíveis em 2018

	Propriedade industrial	Estudos e projectos	Programas computador	Diferenças de compra	Investimento em curso	Total
1 de janeiro de 2018						
Custo de aquisição	72.888.187	11.757.267	61.175	15.596.268	13.156.610	113.459.507
Depreciações acumuladas	(63.661.806)	(11.757.267)	(61.175)	(7.268.054)	-	(82.748.302)
Valor líquido	9.226.381	-	-	8.328.214	13.156.610	30.711.206
31 de dezembro de 2018						
Adições	-	4.850	-	-	3.313.588	3.318.438
Transferências e abates	-	66.127	-	(184.970)	(66.127)	(184.970)
Amortização - exercício (Nota 29)	(921.059)	(1.774)	-	(701.150)	-	(1.623.983)
Amortização- transf., abates e alienações	-	-	-	184.970	-	184.970
Valor líquido	8.305.322	69.203	-	7.627.065	16.404.071	32.405.660
31 de dezembro de 2018						
Custo de aquisição	72.888.187	11.828.244	61.175	15.411.298	16.404.071	116.592.975
Depreciações acumuladas	(64.582.865)	(11.759.041)	(61.175)	(7.784.234)	-	(84.187.315)
Valor líquido	8.305.322	69.203	-	7.627.065	16.404.071	32.405.660

O montante de 3.313.588 euros registado nas adições de “Investimento em curso” inclui: (i) 802.429 euros referentes ao desenvolvimento de novos projetos de aproveitamento solar e eólico; e (ii) 2.511.159 euros referente aos pagamentos para o regime remuneratório.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não existe qualquer indício de imparidade dos ativos intangíveis do Grupo.

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica “Participações financeiras” detalha-se como segue:

Entidade	% detida 31-12-2019	Custo de aquisição	Contabilização	2019	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido
Generg International	10%	20.000.000	Equivalência patrimonial	1.915.073	83.126.861	63.976.118	19.150.743	1.621.402	(58.266)	1.267.988
Eólica da Boneca	35%	2.174.326	Método do custo	2.174.326	2.932.128	485.845	2.446.284	1.782.781	(509.839)	767.594
				4.089.399	86.058.990	64.461.963	21.597.027	3.404.183	(568.105)	2.035.582

Entidade	% detida 31-12-2018	Custo de aquisição	Contabilização	2018	Ativo	Passivo	Capital Próprio	Rendimentos	Gastos	Resultado líquido
Generg International	10%	20.000.000	Equivalência patrimonial	1.826.994	82.376.183	64.106.230	18.269.953	-	(644.805)	(810.786)
Eólica da Boneca	35%	2.174.326	Método do custo	2.174.326	2.921.692	1.059.106	1.862.586	1.623.435	(480.694)	662.864
				4.001.320	85.297.875	65.165.336	20.132.539	1.623.435	(1.125.499)	(147.922)

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não se verificou qualquer aquisição de qualquer participação financeira pela Empresa.

O movimento registado na participação financeira da GENERG International foi o seguinte:

	2019	2018
Saldo inicial	1.826.995	2.162.011
Movimentos do exercício		
- Apropriação do resultado líquido	126.798	(81.078)
- Alienações	-	-
- Apropriação de outros efeitos nos capitais próprios:	(38.719)	(253.938)
(i) Subsídios	(44.781)	(45.161)
(ii) Instrumentos de cobertura	(4.978)	3.955
(iii) Impostos diferidos associados aos Subsídios e Instrumentos de cobertura	9.454	7.829
(iv) Ajustamentos de conversão cambial	1.586	(25.108)
(v) Outras variações nos capitais próprios	-	(195.453)
Saldo final	1.915.073	1.826.995

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Ganhos / perdas imputadas de Subsidiárias e de Associadas” é decomposta da seguinte forma:

	2019	2018
Apropriação do resultado líquido Generg International	126.798	(81.078)
Mais-valia venda Power & Sol (Nota 4)	328.564	-
Dividendos Eólica da Boneca	56.000	70.000
	511.363	(11.078)

De acordo com as avaliações efetuadas às participadas a 31 de dezembro de 2019 não existem indícios de imparidade.

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os outros ativos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são detalhados como segue:

	2019	2018
Não corrente		
Financiamentos concedidos (Nota 36)	60 855 706	61 090 509
Total não corrente	60 855 706	61 090 509
Corrente		
Financiamentos concedidos (Nota 36)	3 118 638	3 013 697
Aplicações financeiras de uso restrito	9 145 266	8 701 589
Total corrente	12 263 904	11 715 286
Outros ativos financeiros	73 119 610	72 805 795

O saldo da rubrica “Financiamentos concedidos- não corrente” em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 respeita ao financiamento concedido à GENERG International, o qual é remunerado a taxas de mercado.

O saldo da rubrica “Financiamentos concedidos – corrente” em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 refere-se aos juros acrescidos do empréstimo concedido à GENERG International.

Os valores apresentados na rubrica “Aplicações financeiras de uso restrito – corrente” respeitam, essencialmente, a aplicações financeiras de prazo definido que se encontram restringidas para uso, podendo o mesmo ser exercido no cumprimento de condições contratualmente definidas com as entidades em que aqueles se encontram depositados.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

	Total	
	2019	2018
Imposto corrente	14.742.757	13.264.551
Imposto diferido	(190.874)	99.161
	14.551.882	13.363.711

A reconciliação numérica entre o gasto de imposto e o produto tributável pela taxa de imposto é como segue:

	Total	
	2019	2018
Resultado consolidado antes de imposto	43 655 171	41 674 242
Gastos não dedutíveis/Rendimentos não tributáveis	10 799 929	16 083 420
Rendimento tributável	54 455 100	57 757 662
Taxa de imposto - IRC normal	21,5%	20,2%
	11 692 109	11 656 940
Derrama estadual	2 451 075	1 463 021
Gastos / rendimentos não aceites fiscalmente:		
CESE	318 984	-
Diferença entre amortização fiscal e contabilística	(855 597)	-
Liquidação adicional de IRC 2012/2011	945 311	243 750
	14 551 882	13 363 711
Imposto sobre o rendimento corrente	14 742 757	13 264 550
Imposto sobre o rendimento diferido	(190 874)	99 161
	14 551 882	13 363 711
Taxa efetiva de imposto	26,7%	23,1%

A rubrica “Gastos não dedutíveis/Rendimentos não tributáveis” inclui essencialmente: (i) o efeito da equivalência patrimonial reconhecido na demonstração dos resultados; (ii) o efeito das amortizações do Goodwill (Nota 29), as quais não são aceites fiscalmente como prejuízo do exercício; (iii) o efeito da mais valia da venda da participação da Power & Sol – Nota 9.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Empresa efetuou o pagamento à Autoridade Tributária de acerto da liquidação adicional de IRC relativamente ao exercício de 2012, tendo o mesmo acerto sido integralmente recuperado no imposto corrente do exercício de 2019.

Impostos diferidos

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos (saldo líquido) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Impacto no capital próprio		
Ativos por impostos diferidos	(1 122 635)	(1 788 137)
Passivos por impostos diferidos	614 242	646 671
	<u>(508 393)</u>	<u>(1 141 466)</u>
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos	184 342	(103 099)
Passivos por impostos diferidos	6 532	3 938
	<u>190 874</u>	<u>(99 161)</u>
Impacto líquido dos impostos diferidos	<u>(317 519)</u>	<u>(1 240 626)</u>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram como segue:

Ativos por impostos diferidos

	Prejuízos fiscais	Custos desmantelamento	Swap	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	1.707	1.219.945	7.148.561	347.631	8.717.839
Exercício findo em 31 de dezembro					
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 4) - saídas	(295)	-	-	-	(295)
Constituição/reversão por capital	-	-	(1.308.262)	185.627	(1.122.635)
Constituição / reversão por resultados	-	257.597	-	(73.255)	184.342
Movimento do exercício	(295)	257.597	(1.308.262)	112.372	(938.589)
A 31 de dezembro de 2019	1.412	1.477.542	5.840.299	460.003	7.779.250
A 1 de janeiro de 2018					
A 1 de janeiro de 2018	1 354	1 110 605	8 936 698	340 667	10 389 321
Exercício findo em 31 de dezembro					
Constituição/reversão por capital	-	-	(1 788 137)	-	(1 788 137)
Constituição / reversão por resultados	353	109 340	-	(212 792)	(103 099)
Outros	-	-	-	219 756	219 756
Movimento do exercício	353	109 340	(1 788 137)	6 964	(1 671 481)
A 31 de dezembro de 2018	1 707	1 219 945	7 148 561	347 631	8 717 839

Os saldos e movimentos refletidos na coluna "Outros" respeitam, essencialmente, ao imposto diferido registado resultante da correção efetuada pela Autoridade Tributária às depreciações do ramal das subsidiárias Trancoso e Seixo, referente aos exercícios de 2009 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a 945.470 euros e 904.025 euros, respetivamente. O Grupo apenas reconhece ativos por impostos diferidos para os prejuízos fiscais que estima recuperar no futuro, cujo valor do imposto diferido em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de 1.412 euros e de 1.707 euros, respetivamente, diminuição por via da alienação da subsidiária Power & Sol (Nota 4).

A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é conforme segue:

Data limite de utilização	Gerados em 2016	Gerados em 2017	Gerados em 2018	Gerados em 2019	Total 2019	Total 2018
2022	-	1.406	-	-	1.406	1.406
2023	-	-	1.679	-	1.679	1.679
2024	-	-	-	35.202	35.202	-
2028	900.940	-	-	-	900.940	900.940
	900.940	1.406	1.679	35.202	939.227	904.025

Passivos por impostos diferidos

	Subsídios	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2019	2.999.506	56.899	3.056.406
Exercício findo em 31 de dezembro			
Constituição/reversão por capital	(614.498)	-	(614.498)
Constituição/reversão por resultados	-	(6.532)	(6.532)
Movimentos do exercício	(614.498)	(6.532)	(621.030)
A 31 de dezembro de 2019	2.385.008	50.368	2.435.376

	Subsídios	Outros	Total
A 1 de janeiro de 2018	3.646.177	60.837	3.707.016
Exercício findo em 31 de dezembro			
Constituição/reversão por capital	(646.671)	-	(646.671)
Constituição/reversão por resultados	-	(3.938)	(3.938)
Movimentos do exercício	(646.671)	(3.938)	(650.609)
A 31 de dezembro de 2018	2.999.506	56.899	3.056.406

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Clientes" detalha-se como segue:

	2019	2018
Corrente		
Clientes - não Grupo	15 338 599	11 042 542
Clientes - Grupo (Nota 36)	150 270	1 736 047
	15 488 869	12 778 589

Os valores apresentados resultam, essencialmente, das vendas de energia elétrica à rede pública de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2019 o valor a receber é essencialmente relativo à venda de energia produzida dos últimos 30 a 90 dias, consoante a empresa. Em 31 de dezembro de 2018 o valor a receber é relativo à venda de energia produzida no mês de dezembro 2018.

Não existe, à data de balanço, qualquer indício de imparidade dos saldos a receber.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das sociedades do Grupo GENERG, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais das empresas pertencentes ao Grupo GENERG poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os saldos da rubrica de “Estado e outros entes públicos” detalham-se como segue:

	2019		2018	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento	27 988	1 769 049	36 970	2 777 937
Impostos retidos	64 470	77 890	64 470	82 999
Imposto s/ valor acrescentado	370 684	5 723 956	2 855 994	3 784 338
Contribuições p/ segurança social	-	14 436	-	13 434
	463 142	7 585 330	2 957 435	6 658 707

Para os períodos apresentados o saldo da rubrica “Imposto sobre o rendimento – IRC” tem a seguinte composição:

	Total	
	2019	2018
Pagamentos por conta	11 993 075	10 321 287
Retenções na fonte	5 560	6 650
Estimativa de imposto	(13 902 579)	(13 089 199)
Imposto sobre o rendimento a pagar	(68 162)	(245 041)
Imposto sobre o rendimento a receber	231 045	265 337
Total	(1 741 061)	(2 740 967)

A GENERG, SGPS, S.A. tem diversas empresas portuguesas a efetuar as suas prestações de imposto sobre o rendimento através do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). A GENERG, SGPS, S.A. é a entidade dominante do consolidado fiscal português. Desta forma, o seu saldo de IRC reflete os valores a pagar e/ou receber relativos a todas as entidades que fazem parte deste regime fiscal.

A reconciliação entre o saldo da rubrica e o valor apresentado na estimativa de imposto é como se segue:

	2019
Imposto por liquidar	(13 902 579)
Liquidação IRC 2012	(945 311)
Imposto Generg Serviços e Generg International	66 923
Outros	38 210
Estimativa imposto corrente (Nota 11)	(14 742 757)

14. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de “Outros créditos a receber” detalha-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Corrente		
Adiantamentos a fornecedores	71.710	1.102.604
Devedores diversos	361.099	1.089.302
Devedores por acréscimo de rendimentos (Nota 36)	38.788	138.780
Partes relacionadas (Nota 36)	153.449	20.130
Outros créditos a receber	<u>625.046</u>	<u>2.350.816</u>

Os montantes registados nas rubricas de “Devedores diversos” em 31 de dezembro de 2018 respeitam essencialmente a valores a receber de seguradoras devido a sinistros ocorridos em aproveitamentos hídricos, cujos montantes já foram totalmente recebidos durante 2019. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os valores registados nesta rubrica respeitam essencialmente a valores a receber da Power & Sol (64.000 euros) e valores a receber da seguradora referente a um sinistro no parque eólico do Pinhal no final de 2019.

A rubrica “Adiantamentos a fornecedores” em 31 de Dezembro de 2018 inclui o valor de 1.074.887 euros a adiantamentos efetuados ao fornecedor Nordex, o qual é responsável pela substituição dos equipamentos de produção do parque eólico da subsidiária Proença-a-Nova.

A rubrica “Devedores por acréscimo de rendimentos” em 31 de Dezembro de 2019 inclui 33.990 euros com a parte relacionado NOVENERGIA Holding Company.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

15. DIFERIMENTOS ATIVOS E PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as rubricas de “Diferimentos ativos e passivos” detalham-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Diferimentos ativos		
Operação e manutenção	1 972 283	901 774
Rendas e direitos de superfície	737 663	744 627
Outros	2 500	-
Total	<u>2 712 446</u>	<u>1 646 401</u>
Diferimentos passivos		
Rendimentos a reconhecer - cedência de infraestruturas	645 766	753 279
Total	<u>645 766</u>	<u>753 279</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, na rubrica “Operação e manutenção” encontram-se registados montantes relativos ao diferimento de gastos com manutenções dos ativos do Grupo. O aumento registado nesta rubrica é superior ao ano anterior tendo em conta o momento temporal da receção da faturação dos custos de manutenção contratualizada.

A rubrica outro serviço inclui, essencialmente, diferimento de direitos superfície.

O montante registado na rubrica de “Rendimentos a reconhecer – cedência de infraestruturas” respeita ao montante faturado pela cedência de utilização das infraestruturas (linhas internas) a empresas detidas pela GENEOP, S.A que resultam da cisão em 2016 do Grupo Eneop, o qual se encontra a ser diferido por um período de 20 anos, em concordância com o período de amortização dos respetivos ativos.

16. CAPITAL

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital encontra-se integralmente subscrito e realizado.

	Nº de Ações	Valor Nominal	% capital social	Valor
Novenergia Holding Company, S.A.	1 000 000	5	100,00%	5 000 000
	1 000 000	5	100,00%	5 000 000

17. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Outras reservas

Os movimentos ocorridos na rubrica de “Outras reservas” em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram como se apresenta em seguida:

	Outras reservas
A 1 de janeiro de 2018	67.711.262
Aplicação do resultado	1.655.005
Reconhecimento da variação do justo valor de Sw aps de cobertura	7.373.740
Reconhecimento da variação de impostos diferidos sobre o justo valor de Sw aps de cobertura	(1.783.369)
A 31 de dezembro de 2018	74.956.637
Aplicação do resultado	28.151.662
Reconhecimento da variação do justo valor de Sw aps de cobertura	5.663.839
Reconhecimento da variação de impostos diferidos sobre o justo valor de Sw aps de cobertura	(1.305.394)
Distribuição de reservas livres	(14.000.000)
A 31 de dezembro de 2019	93.466.740

Nesta rubrica são considerados os resultados apurados em anos anteriores. É ainda refletido nesta rubrica a reserva de cobertura associada à contabilização dos instrumentos financeiros derivados e os impostos diferidos associados na correspondente percentagem atribuível aos detentores do capital da empresa mãe.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram distribuídos 14.000.000 euros relativos a reservas livres.

Resultados transitados

A rubrica de “Resultados transitados” registou os seguintes movimentos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Resultados transitados
A 1 de janeiro de 2018	15.535.620
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-
A 31 de dezembro de 2018	15.535.620
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-
A 31 de dezembro de 2019	15.535.620

18. OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A rubrica “Outras variações no capital próprio” reflete essencialmente os subsídios ao investimento não reembolsáveis na percentagem correspondente, atribuível aos detentores do capital da empresa mãe. A movimentação da rubrica em 2019 e 2018 é como se apresenta:

	Outras variações no capital próprio
A 1 de janeiro de 2018	11 393 036
Reconhecimento dos subsídios nos resultados do exercício	(2 663 068)
Ajustamentos por impostos diferidos	645 828
A 31 de dezembro de 2018	9 375 796
Reconhecimento dos subsídios nos resultados do exercício	(2 628 763)
Ajustamentos por impostos diferidos	613 655
A 31 de dezembro de 2019	7 360 688

19. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

O movimento ocorrido nos interesses minoritários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi como segue:

Empresas	2018								
	Saldo Inicial	Outras reservas - Swaps	Outras variações - Subsídios	Impostos diferidos	Prestações suplementares	Resultado Líquido	Reservas livres	Dividendos	Saldo final
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	166.773	1.421	-	(298)	(47.885)	90.504	-	(32.164)	178.351
Ventos do Seixo Amarelo, Lda.	34.798	20.317	(3.834)	(3.626)	-	68.365	-	-	116.020
	201.571	21.738	(3.834)	(3.925)	(47.885)	158.869	-	(32.164)	294.370

Empresas	2019								
	Saldo Inicial	Outras reservas - Swaps	Outras variações - Subsídios	Impostos diferidos	Prestações suplementares	Resultado líquido	Reservas livres	Dividendos	Saldo final
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	178.351	999	-	(210)	-	75.829	(44.654)	(90.505)	119.810
Ventos do Seixo Amarelo, Lda.	116.020	15.319	(3.834)	(2.526)	-	58.188	(43.830)	(68.366)	70.970
	294.370	16.318	(3.834)	(2.736)	-	134.017	(88.484)	(158.871)	190.779

20. PROVISÕES

O Grupo reconhece nas suas demonstrações financeiras consolidadas dois tipos de provisões:

- i) as relativas a gastos de desmantelamento a incorrer pelas empresas subsidiárias de produção de energia elétrica no final do período de exploração dos aproveitamentos, e;
- ii) as relativas a processos judiciais em curso.

O detalhe e evolução das provisões reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Provisão		Outros	Total
	desmantelamento	judiciais		
A 1 de janeiro de 2019	9 478 514	150 000	-	9 628 514
Constituição de provisão	-	-	45 839	45 839
Dotação	890 346	-	-	890 346
Utilizações	-	(150 000)	-	(150 000)
A 31 de dezembro de 2019	10 368 860	-	45 839	10 414 699

	Provisão		Outros	Total
	desmantelamento	judiciais		
A 1 de janeiro de 2018	9.221.072	100.000	-	9.321.072
Constituição de provisão desmantelamento	129.432	-	-	129.432
Dotação	567.160	50.000	-	617.160
Utilizações	(439.150)	-	-	(439.150)
A 31 de dezembro de 2018	9.478.514	150.000	-	9.628.514

Os montantes das dotações efetuadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 decorrem da atualização financeira da provisão para desmantelamento e da atualização com base no Índice Preços do Consumidor.

Foi ainda constituída uma provisão no valor de 45.839 euros contabilizado em “Outros” e que respeita a gastos relativos à especialização da *fee* do Banif de 2016 a 2018 da subsidiária GENERG Sol do Alentejo 2, Lda.

O montante em processos judiciais em 31 de dezembro de 2018 na rubrica “Processos judiciais” decorre do processo judicial pelo proprietário do terreno do Parque Eólico das Meadas, referente à subsidiária Megavento – Produção de Electricidade, S.A., instaurado em 2007 e para o qual a Empresa registou uma provisão em 2015 (100.000 Euros). Em 2018, com o desenvolvimento do processo e negociações entre as partes, chegou-se a acordo de indemnização de 150.000 Euros que foram pagos aquando da assinatura do contrato de arrendamento da propriedade em 2019.

21. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe dos Financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de financiamento, no final dos exercícios de 2019 e de 2018, é como segue:

	2019		
	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	49 385 266	192 930 460	242 315 726
Empréstimos obrigacionistas	2 100 000	18 800 000	20 900 000
Juros a pagar - especialização - Empréstimos bancários	311 373	-	311 373
Gastos com montagem de refinanciamento	(525 350)	(1 265 348)	(1 790 699)
	51 271 288	210 465 112	261 736 400

	2018		
	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	46 864 719	231 915 350	278 780 069
Empréstimos obrigacionistas	2 100 000	20 900 000	23 000 000
Juros a pagar - especialização - Empréstimos bancários	327 755	-	327 755
Gastos com montagem de refinanciamento	(570 953)	(1 505 195)	(2 076 149)
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 36)	95 249	3 500 000	3 595 249
	48 816 769	254 810 155	303 626 924

Empréstimos bancários

O detalhe destes financiamentos é como segue:

2019

Empréstimos - 2019		Data Contratação	Data último Reembolso	Até 1 Ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Empréstimos bancários - BEI	(a), (b), (c)	nov-08	dez-26	17.843.159	51.743.390	16.702.033	86.288.583
Empréstimos bancários Grupo - Consórcio - Tranche 3	(a), (b)	nov-08	dez-26	26.990.399	78.279.976	25.269.260	130.539.635
Empréstimos bancários Generg Sol - Consórcio	(b), (c), (d) e (e)	jul-09	jun-24	1.840.849	8.711.927	-	10.552.776
Empréstimos bancários Generg Sol 2 - Consórcio	(b), (d) e (e)	nov-10	jun-25	1.534.706	2.929.892	69.759	4.534.357
Empréstimos bancários - Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL	(b), (e)	mai-19	dez-29	1.176.153	6.259.726	2.964.495	10.400.375
Total				49.385.266	147.924.912	45.005.547	242.315.726

Em Maio de 2019 foi fechado pela GV Proença um financiamento de 10,6 milhões com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Os fundos contratados foram utilizados no reembolso dos suprimentos que suportaram o investimento no *repowering* do parque eólico do Vergão.

2018

Empréstimos - 2018

		Data Contratação	Data último Reembolso	Até 1 Ano	Entre 2 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total
Empréstimos bancários - BEI	(a), (b), (c)	nov-08	dez-26	16 759 291	56 553 161	29 735 421	103 047 874
Empréstimos bancários Grupo - Consórcio - Tranche 3	(a)	nov-08	dez-26	25 349 621	85 555 139	44 984 494	155 889 254
Empréstimos bancários Generg Sol - Consórcio	(b), (c), (d) e (e)	jul-09	jun-24	3 360 620	10 552 776	-	13 913 397
Empréstimos bancários Generg Sol 2 - Consórcio	(b), (d) e (e)	nov-10	jun-25	1 395 187	3 697 245	837 112	5 929 544
Total				46 864 719	156 358 322	75 557 028	278 780 069

(a) Estes montantes correspondem a um rácio de acordo com a percentagem detida pelo grupo

(b) Este financiamento tem um covenant "Anual Debt Service Coverage Ratio": Cash disponível para pagamento financiamento / Serviço da dívida curto prazo

(c) Este financiamento tem um covenant "Loan Life Coverage Ratio": NPV do cash disponível para pagamento financiamento / NPV do serviço da dívida

(d) Este financiamento tem um covenant "Debt to equity cover ratio": Capital próprio / Passivo financeiro

(e) Como garantia deste empréstimo foi constituído penhor sobre as ações do capital social das subsidiárias

Empréstimo obrigacionista

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 o Grupo subscreveu 250 Obrigações, com o valor unitário de 100.000 Euros e global de 25.000.000 Euros. Estas Obrigações têm um prazo de maturidade de sete anos, ou seja, em 20 de setembro de 2024, sendo que o primeiro reembolso ocorreu em 20 de setembro de 2018, no montante de 2.000.000 Euros por redução do valor nominal. Em 2019 procedeu-se ao reembolso de 2.100.000 euros por redução do valor nominal.

Gastos com montagem de financiamento

Os gastos incorridos com a contratação dos financiamentos do Grupo são reconhecidos ao longo da duração do contrato de financiamento, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Derivados de cobertura

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2019	2018
Justo valor dos sw aps taxa de juro – não corrente	23.908.668	29.588.825
Outros passivos financeiros não correntes	23.908.668	29.588.825
Juros corridos / realizados	342.774	377.167
Outros passivos financeiros correntes	342.774	377.167
Total Outros passivos financeiros	24.251.442	29.965.992

A informação detalhada das características e valor dos *swaps* contratados é como se detalha em seguida:

Entidade	Valor de referência	Período de pagamento	Taxas a Receber/ a pagar	Justo valor em 31.12.2019	Justo valor em 31.12.2018
Grupo GENERG	22.719.779	28-Nov-2008 a 15-Jun-2026	Eur 6M/ 4,01%	(3.150.323)	(3.872.156)
Grupo GENERG	45.682.654	28-Nov-2008 a 15-Jun-2026	Eur 6M/ 4,01%	(3.137.719)	(3.827.987)
Grupo GENERG	35.796.829	28-Nov-2008 a 15-Jun-2026	Eur 6M/ 4,01%	(4.934.694)	(6.090.253)
Grupo GENERG	34.079.668	28-Nov-2008 a 15-Jun-2026	Eur 6M/ 4,01%	(4.721.251)	(5.810.160)
Grupo GENERG	54.287.094	28-Nov-2008 a 15-Jun-2026	Eur 6M/ 4,01%	(7.515.509)	(9.244.227)
Grupo GENERG	1.898.061	15-Jun-2015 a 16-Dez-2024	Eur 6M/ 3,57%	(136.665)	(193.458)
Grupo GENERG	7.035.184	15-Jun-2015 a 15-Jun-2023	Eur 6M/ 2,80%	(655.281)	(927.751)
	201.499.269			(24.251.442)	(29.965.992)

O justo valor do *swap* foi, à data de cada balanço, determinado por avaliação efetuada pela entidade bancária com a qual esse derivado foi contratado. A determinação do justo valor deste instrumento financeiro teve por base a atualização para a data de relato dos *cash flows* futuros correspondentes à diferença entre a taxa de juro a pagar pelo Grupo à contraparte do derivado e a taxa de juro variável a receber pelo Grupo da contraparte do derivado sendo que esta taxa de juro variável corresponde à taxa de juro indexante contratada com a entidade que concedeu o financiamento.

Foram adicionalmente efetuados, por entidade externa, testes ao justo valor deste instrumento financeiro derivado, no sentido de revalidar o justo valor determinado por aquela entidade.

O justo valor destes *swap* de taxa de juro, foi registado no passivo a crédito da rubrica "Outros passivos financeiros" por contrapartida da rubrica de "Outras reservas" no capital próprio, por cumprir com as regras definidas para efeitos de contabilidade de cobertura, tendo sido considerado também o efeito dos impostos diferidos associados cujo montante ascende em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a 5.840.299 euros e 7.148.561 euros (Nota 11), respetivamente.

23. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de "Fornecedores" detalha-se como segue:

	2019	2018
Corrente		
Fornecedores - não Grupo	2.590.468	481.747
Fornecedores - Grupo (Nota 36)	1.620.838	559.994
	4.211.306	1.041.741

O aumento verificado na rubrica "Fornecedores – não grupo" deve-se às faturas de fornecedores de manutenção, as quais são normalmente diferidas pelos períodos seguintes, sendo que este facto originou também um aumento dos diferimentos ativos (Nota 15). Em 31 de dezembro de 2018 verificou-se um atraso no recebimento destas faturas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, esta rubrica regista os montantes por liquidar aos municípios no quadro das contrapartidas devidas. Em 31 de dezembro de 2018, estes montantes estavam acrescidos na rubrica "Outras dívidas a pagar" (Nota 24).

24. OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica de “Outras dívidas a pagar” detalha-se como segue:

	2019	2018
- Fornecedores de investimentos	254 443	1 184 444
Credores por acréscimos de gastos		
- Pessoal	1 016 943	755 978
- Manutenção e conservação	358 400	388 165
- Rendas e alugueres	-	7 788
- Contrapartidas Municipais	-	623 988
- Grupo (Nota 36)	1 103 437	1 046 886
- Outros	32 964	201 908
	2 511 745	3 024 713
- Facturas em receção e conferência	212 881	107 546
- Credores Grupo (Nota 36)	82 661	197 637
- Credores diversos	88 486	-
Outras dívidas a pagar	3 150 216	4 514 340

A diminuição verificada em “Fornecedores de investimentos” é explicada pelo facto de, a 31 de dezembro de 2018, se encontrar em aberto um fatura do fornecedor Nordex referente ao contrato de *repowering* do parque eólico do Vergão, o que já não se verificou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos – remunerações e prémios” respeita, essencialmente, às férias e subsídio de férias a pagar aos órgãos sociais, bem como os respetivos prémios anuais que serão pagos no decorrer do exercício de 2020. O aumento da rubrica é explicado pelo aumento dos prémios a pagar aos órgãos sociais.

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da rubrica de “Contrapartidas municipais” refere-se, essencialmente, a montantes por liquidar no quadro das contrapartidas devidas, por imposição legal ou protocolar, aos municípios onde se encontram instalados os equipamentos de produção do Grupo. Em 31 de dezembro de 2019 esses valores encontram-se registados na rubrica “Fornecedores” (Nota 23).

O saldo da rubrica de “Credores por acréscimos de gastos – manutenção e conservação” respeita, essencialmente, aos gastos incorridos e não faturados dos contratos de prestação de serviços de manutenção e conservação dos equipamentos de produção dos parques eólicos.

A natureza dos saldos é, na totalidade, corrente, uma vez que o desembolso destes passivos deverá ocorrer no início do exercício subsequente.

25. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O montante das vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados consolidada, é detalhado como segue:

	2019	2018
Vendas de electricidade		
- Aproveitamentos eólicos	113 831 264	107 640 214
- Aproveitamentos hídricos	6 217 392	7 857 748
- Aproveitamentos solares	10 531 642	9 976 325
- Energia reactiva	(16 304)	(35 971)
	130 563 993	125 438 317
Prestação de serviços		
- Outras prestações de serviços (Nota 36)	1 850 228	1 758 031
	132 414 221	127 196 348

O aumento observado face ao exercício anterior decorre, essencialmente, do facto do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 ter sido um ano com um índice eólico superior ao verificado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apesar da quebra no índice hídrico.

As “Outras prestações de serviços” resultam, essencialmente, de serviços de gestão prestados pela GENERG SGPS a outras empresas do Grupo NOVENERGIA, as quais não estão incluídas no perímetro de consolidação destas demonstrações financeiras.

26. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” é como segue:

	2019	2018
- Conservação e reparação	12.331.076	11.322.954
- Honorários Grupo (nota 36)	10.296.597	10.228.592
- Contrapartidas	2.930.574	2.803.772
- Rendas e alugueres	1.528.687	1.520.809
- Trabalhos especializados	1.412.270	1.091.581
- Seguros	1.272.503	1.213.682
- Outros	455.034	506.138
Fornecimentos e serviços externos	30.226.740	28.687.526

O saldo da rubrica de “Conservação e reparação” inclui os gastos incorridos com os serviços de manutenção dos equipamentos de produção de energia em atividade.

O montante registado em “Honorários Grupo” refere-se a honorários cobrados por empresas do Grupo NOVENERGIA no âmbito da prestação de serviços de gestão, serviços de suporte e serviços técnicos (Nota 36).

O montante registado na rubrica de “Contrapartidas” respeita aos montantes devidos aos municípios nos quais se encontram instalados os equipamentos de produção, em função da faturação de energia nos períodos apresentados.

O montante registado na rubrica de “Rendas e alugueres” respeita aos gastos incorridos com a ocupação dos terrenos onde estão instalados os equipamentos de produção do Grupo.

O saldo da rubrica de “Seguros” respeita aos gastos incorridos com o seguro dos equipamentos de produção em atividade, responsabilidade civil do Grupo e perdas de exploração e também aos gastos com seguros de viaturas do Grupo.

A rubrica de “Trabalhos especializados” em 2019 inclui serviços prestados por partes relacionadas tal como mencionado na Nota 36.

27. GASTOS COM PESSOAL

O detalhe dos “Gastos com pessoal” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Remunerações regulares		
- Vencimentos dos órgãos sociais	1 165 119	1 055 343
	1 165 119	1 055 343
Prémios e outros benefícios		
- Prémios atribuídos aos órgãos sociais	97 564	96 602
	97 564	96 602
Encargos sociais	136 262	137 248
Outros gastos		
- Seguros	6 091	6 091
- Outros	32 325	20 462
	38 416	26 553
Gastos com pessoal	1 437 361	1 315 746

O aumento verificado na rubrica “Gastos com pessoal” é explicado pelo aumento dos gastos relativos a vencimentos dos órgãos sociais.

28. OUTROS RENDIMENTOS E OUTROS GASTOS

As rubricas de “Outros rendimentos” e de “Outros gastos” em 31 de dezembro de 2019 e 2018, detalham-se como segue:

	2019	2018
Outros rendimentos		
Reconhecimento de subsídios ao investimento	2 632 597	2 666 903
Alienação de investimentos fíxos	-	22 695
Outros rendimentos	397 831	2 176 515
	3 030 428	4 866 112
Outros gastos		
Impostos e taxas	1 551 168	76 804
Donativos	-	10 000
Alienações e abates de ativos fixos	-	9 886
Outros	467 964	177 293
	2 019 132	273 983

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Outros rendimentos” inclui cerca de 866.000 euros referente a compensações a receber devido a perdas de exploração geradas no exercício de 2018. Esta rubrica inclui ainda em 2018 aproximadamente 1.163.000 euros referentes a correções relativas aos exercícios anteriores, resultantes, sobretudo, de um excesso no cálculo da estimativa de imposto em 634.195 euros e de um reembolso de IMI pelo montante de 322.000 euros, o que não se verificou no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em virtude das alterações introduzidas pela Lei nº 71/2018 de 31 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado), ao regime da CESE, a sociedade, deixou de beneficiar de uma isenção que, até 31 de dezembro de 2018, lhe era aplicável.

Assim a sociedade foi obrigada a autoliquidar a CESE relativa ao exercício de 2019 no montante de 1.486.534 euros, valor esse expresso na rubrica “Impostos e taxas”, efetuando o respetivo pagamento.

A administração da sociedade entende que a autoliquidação efetuada e o regime que a suporta são ilegais e inconstitucionais pelo que a impugnará, no decurso do exercício de 2020, quer administrativamente quer, se necessário, judicialmente, com o propósito de tal autoliquidação ser anulada e o montante pago ser reembolsado com o pagamento de juros indemnizatórios.

29. AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as amortizações do exercício detalham-se como segue:

	2019	2018
Amortizações do exercício - ativos fixos tangíveis (Nota 6)	30 682 595	30 727 455
Amortizações do exercício - ativos intangíveis (Nota 8)	1 560 011	1 623 983
Amortizações do exercício - Goodwill (Nota 7)	13 881 920	13 881 920
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	46 124 525	46 233 357

30. JUROS E RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

O detalhe dos juros e rendimentos e gastos similares dos exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

	2019	2018
Juros e rendimentos similares		
Juros obtidos - financiamentos concedidos (Nota 36)	3.151.405	3.013.697
Juros obtidos - aplicações financeiras e depósitos	21.406	32.955
Outros rendimentos financeiros	4	3.800
	3.172.815	3.050.452
Juros e gastos similares		
Juros suportados - derivados de cobertura	8.749.737	10.287.478
Juros suportados - financiamentos bancários	4.412.936	4.550.265
Juros suportados - empréstimos obrigacionistas	511.169	559.000
Juros suportados - partes relacionadas (Nota 36)	14.729	95.249
Montagem de refinanciamento	603.502	676.311
Juros de descobertos bancários	238.394	85.186
Outros juros e gastos similares	199.244	46.332
	14.729.712	16.299.819

O saldo da rubrica de “Juros suportados – derivados de cobertura” refere-se aos juros incorridos de *swaps* de cobertura de risco de *cash flow* associado ao risco de taxa variável dos financiamentos referidos no parágrafo acima.

O saldo da rubrica de “Juros suportados – Financiamentos bancários” inclui os gastos suportados com os diversos financiamentos que o Grupo GENERG contratou junto da banca, nomeadamente:

- *Project finance* / refinanciamento do Grupo GENERG, englobando as empresas hídricas e eólicas do Grupo;
- *Project finance* da GENERG Sol do Alentejo;
- *Project finance* da GENERG Sol do Alentejo 2;
- Repowering Parque Eólico do Vergão – GENERG Ventos de Proença-a-Nova;

O montante considerado na rubrica de “Montagem de refinanciamento” reflete o reconhecimento nos resultados do exercício dos gastos incorridos aquando da contratação dos financiamentos referidos nos parágrafos anteriores. De acordo com as políticas contabilísticas já apresentadas, estes gastos são mantidos no balanço e reconhecidos durante o período de vigência dos financiamentos, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

A rubrica “Juros suportados – empréstimos obrigacionistas” regista os juros suportados no âmbito do contrato de empréstimo obrigacionista celebrado no decorrer do exercício de 2017, conforme explicado na Nota 21.

31. DIVIDENDOS

No decurso do exercício de 2019 o Grupo distribuiu, a título de dividendos, o montante total de 158.871 euros, através de *cash*, aos seus acionistas minoritários bem como 14.000.000 euros a título de reservas livres ao acionista maioritário. Adicionalmente, foram distribuídas reservas livres aos acionistas minoritários no valor de 88.486 euros através de encontro de contas. Já em 2018 o Grupo distribuiu dividendos no montante de 32.164 euros.

32. COMPROMISSOS

Em 2019, o Grupo apresenta, na rubrica de “Fornecimentos e serviços externos”, um montante que ascende a aproximadamente 18,1 milhões de euros (16,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018), sendo estes montantes de carácter recorrente. Estes gastos fixos resultam de responsabilidades assumidas com contratos de Manutenção, Seguros, Direitos de Superfície e Contrapartidas (imposição legal), que foram estabelecidos, na sua maioria, para a duração da exploração, e nos quais o Grupo incorrerá anualmente, durante o período de exploração dos ativos.

O Grupo espera que este valor, constituído por componentes fixas e variáveis, dos compromissos assumidos e imposições legais, e cuja evolução depende de diversos fatores produtivos (incluindo, mas não se limitando, ao nível de atividade do parque) se vença anualmente por valores similares, atualizados por valores próximos do IPC.

33. CONTINGÊNCIAS

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo apresenta os seguintes passivos contingentes, decorrentes de garantias bancárias prestadas:

Por conta da Empresa	Beneficiário	Objecto	2019	2018
Generg SGPS	DGI Lisboa	Garantia de execução fiscal	2 521 941	2 919 634
Generg Ventos da Beira Baixa	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Capacidade de cumprimento da obrigação Lote 3	625 000	625 000
Generg Sol do Sorraia	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Garantia de conclusão de obras	412 000	-
Generg Sol da Beira Baixa	EDP - Distribuição Energia, SA	Portaria 133/2015	125 000	125 000
Generg SGPS	Petrogal, SA	Cartões de Combustível	27 494	25 000
Generg Ventos do Seixo Amarelo	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal	628	628
Megavento	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal	-	170 378
Generg Ventos do Caramulo	DGI Viseu	Garantia de execução fiscal	-	553 714
Generg Ventos do Trancoso	DGI Guarda	Garantia de execução fiscal	-	325 525
			3 712 063	4 744 878

Os centros electroprodutores da GENERG têm beneficiado de remunerações garantidas pelo fornecimento de energia entregue à rede (*feed-in-tariff*), e, cumulativamente, receberam no passado, através de fundos públicos, apoios à promoção e ao desenvolvimento de energia renováveis.

Por via da Portaria nº 268-B/2016 de 13 de outubro, o Governo veio dizer que, “de forma não prevista, nem condizente com o cálculo económico da referida remuneração”, esses centros electroprodutores acumularam dois tipos de apoios financeiros públicos, existindo, por isso “valores recebidos em excesso”.

Em consequência o Secretário de Estado da Energia na altura, definiu o dever de dedução pelo Comercializador de Último Recurso (CUR), do Sistema Elétrico Nacional da energia elétrica produzida em regime especial que beneficia de remuneração garantida, dos valores recebidos em excesso pelos centros electroprodutores.

O Governo reconhecendo que a referida Portaria violava o principio da precedência de Lei, por se imiscuir em matéria de reserva de Lei, veio posteriormente, através do artigo 171º nº 4 da Lei nº 42/2016 de 28 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado), tentar habilitar retroativamente a Portaria 268-B/2016 de 13 de Outubro. Sendo tal habilitação retroativa proibida, e já depois do encerramento do exercício de 2016, a mencionada Portaria 268-B/2016 foi revogada e substituída por outra com termos essencialmente semelhantes, a Portaria 69/2017 de 16 de Fevereiro.

O referido atrás indicia desde já fragilidades jurídico-formais deste processo, mas tais fragilidades são também, e sobretudo, jurídico-materiais, destacando-se a violação de diversas normas do Código do Procedimento Administrativo e, entre outros, dos princípios constitucionais da boa-fé, da proporcionalidade, da separação de poderes, da segurança jurídica e proteção da confiança.

O último desenvolvimento ocorrido neste processo remonta já a Outubro de 2018, altura em que a IGF solicitou um conjunto de esclarecimentos relativamente a várias sociedades que receberam este tipo de ajudas, solicitação essa que foi oportunamente respondida.

Relativamente à subsidiária GENERG Ventos de Proença-a-Nova – Energias Renováveis, S.A., resultante do contrato de financiamento bancário com a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo de 16 de Maio de 2019, é constituída a hipoteca sobre os direitos de superfície constituídos sobre os terrenos que a empresa utiliza para efeitos de desenvolvimento do projeto.

É entendimento do Conselho de Administração, baseada em pareceres jurídicos, com referência a 31 de dezembro de 2019 que o desfecho será favorável à Empresa, pelo que não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer outros eventos passados, que possam resultar, com impacto material, em encargos futuros para o Grupo, à data da divulgação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Ativos contingentes

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer outros eventos passados, que possam resultar, com impacto material, em benefícios económicos futuros para o Grupo, à data da divulgação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

34. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não foram atribuídos ao Grupo quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

Não foram também reconhecidos nesses períodos quaisquer rendimentos ou gastos relacionados com estas matérias.

O Grupo não tem refletido nas suas contas quaisquer ativos ou passivos, nem é conhecedora de quaisquer ativos ou passivos contingentes que possam vir a afetar as contas do Grupo em exercícios futuros.

35. EMPRESAS CONSOLIDADAS

Foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas, pelo método da consolidação integral a Empresa-mãe, GENERG, SGPS, S.A. e todas as suas subsidiárias detidas direta ou indiretamente.

Em 2019 e em 2018 nenhuma participação foi consolidada pelo método proporcional.

As Empresas do Grupo GENERG incluídas na consolidação à data de 31 de dezembro de 2019 e 2018 são as seguintes:

2019

Entidade	Participação	Consolidação	Ativo	Passivo	Capital Próprio 31 Dez 2019	Rendimentos	Gastos	Resultado exercício 2019
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	100%	Integral	11 144 664	1 449 593	9 695 071	3 588 208	66 728	3 519 739
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	100%	Integral	83 126 861	63 976 118	19 150 743	4 655 068	3 440 042	1 267 988
Hidrinveste, Lda.	100%	Integral	3 533 902	711 197	2 822 705	1 255 592	609 121	498 280
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	100%	Integral	1 674 370	961 548	712 822	596 312	313 902	217 248
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	100%	Integral	1 631 936	943 107	688 829	573 452	391 179	139 483
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	100%	Integral	1 392 574	702 694	689 880	322 229	315 016	6 724
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	90%	Integral	2 277 650	1 079 546	1 198 104	1 420 332	455 362	758 291
Generg - Gestão de Projectos de Energia, S.A.	100%	Integral	4 848 604	3 353 322	1 495 283	2 215 385	1 188 772	811 176
Generg Ventos de Proença-a-Nova, S.A.	100%	Integral	15 855 309	13 488 992	2 366 318	3 506 140	2 233 114	973 685
Generg Ventos de Viana, Lda.	100%	Integral	15 072 214	10 792 150	4 280 064	5 813 056	3 380 468	1 834 488
Generg Ventos de Sines, Lda.	100%	Integral	5 018 088	4 615 726	402 362	1 592 105	1 191 075	303 504
Megavento, S.A.	100%	Integral	5 403 626	4 626 543	777 083	2 266 245	1 314 181	774 519
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	100%	Integral	72 323 867	51 762 350	20 561 517	24 813 728	13 638 697	8 241 033
Generg Ventos da Gardunha, Lda.	100%	Integral	116 461 612	90 297 146	26 164 466	34 203 781	19 958 665	10 554 238
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	100%	Integral	107 359 277	73 103 864	34 255 413	38 383 645	21 110 213	12 801 541
Ventos do Seixo Amarelo, Lda.	90%	Integral	11 902 133	11 396 570	505 563	2 500 527	1 712 324	581 884
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	100%	Integral	37 000 789	31 156 937	5 843 853	8 985 276	5 439 215	2 681 413
Generg Sol do Alentejo, Soc. Unipessoal, Lda.	100%	Integral	18 524 017	11 836 768	6 687 249	7 183 898	4 641 063	1 902 090
Generg Sol do Alentejo 2, Soc. Unipessoal, Lda.	100%	Integral	8 462 632	5 382 042	3 080 591	3 386 996	1 879 221	1 313 405
Generg Sol da Beira-Baixa Energias Renováveis, S.A.	100%	Integral	1 046 145	911 116	135 028	698	7 541	(5 406)
Power & Sol - Energias Renováveis, S.A.	100%	Integral	1 249 676	1 210 845	38 830	0	3 769	(2 978)
Genergreen SGPS, S.A.	100%	Integral	6 358 625	4 584 273	1 774 352	1 391 870	572 797	834 455
Generg Ventos do Pinhal Interior Sobre Equipamento, SA.	100%	Integral	260 487	224 119	36 367	-	7 364	(5 818)
Generg Ventos do Caramulo Sobre Equipamento, S.A.	100%	Integral	328 318	291 927	36 391	-	7 364	(5 818)
Generg Ventos da Gardunha Sobre Equipamento, S.A.	100%	Integral	282 614	246 223	36 391	-	7 364	(5 818)
Sol do Sorraia, S.A.	100%	Integral	1 419 961	1 377 197	42 764	-	7 481	(5 910)

(a) Dados a 30 de junho de 2019, data em que a GENERG SGPS vendeu a sua participação à Total Solar

2018

Entidade	Participação	Consolidação	Ativo	Passivo	Capital Próprio 31 Dez 2018	Rendimentos	Gastos	Resultado exercício 2018
Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.	100%	Integral	12 241 350	2 570 053	9 671 297	2 853 633	12 270	2 820 548
Generg Portfólio, SGPS, S.A.	100%	Integral	221 486 749	34 549 301	186 937 448	29 835 226	11 088 254	18 746 702
Hidrinveste, Lda.	100%	Integral	5 033 424	1 922 773	3 110 651	1 607 337	582 650	794 132
Hidroeléctrica do Monte, Lda.	100%	Integral	2 380 415	1 564 752	815 663	1 074 468	392 627	527 044
Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.	100%	Integral	2 497 185	1 545 912	951 273	937 386	309 828	486 358
Sociedade Hidroeléctrica da Grela, Lda.	100%	Integral	1 997 756	1 161 567	836 188	485 973	270 237	168 258
Hidroeléctrica de Manteigas, Lda.	90%	Integral	3 414 737	1 631 218	1 783 520	1 664 189	517 741	905 036
Generg - Gestão de Projectos de Energia, S.A.	100%	Integral	8 477 807	5 845 302	2 632 505	2 924 858	1 183 323	1 368 252
Generg Ventos de Proença-a-Nova, S.A.	100%	Integral	18 769 675	17 386 067	1 383 608	2 818 894	1 675 647	955 943
Generg Ventos de Viana, Lda.	100%	Integral	17 266 102	14 065 653	3 200 450	5 706 426	3 368 759	1 784 664
Generg Ventos de Sines, Lda.	100%	Integral	5 783 675	5 346 233	437 443	1 544 681	1 185 065	278 517
Megavento, S.A.	100%	Integral	7 248 838	6 257 532	991 306	2 163 251	1 337 041	638 609
Generg Ventos do Caramulo, S.A.	100%	Integral	76 856 044	63 962 445	12 893 599	23 000 922	13 071 008	7 390 522
Generg Ventos da Gardunha, Lda.	100%	Integral	124 251 808	106 918 252	17 333 556	32 415 201	19 553 236	9 814 277
Generg Ventos do Pinhal Interior, S.A.	100%	Integral	109 787 186	88 116 685	21 670 502	37 446 029	20 824 562	12 492 283
Ventos do Seixo Amarelo, Lda.	90%	Integral	13 484 080	12 566 368	917 712	2 514 304	1 635 278	683 652
Generg Ventos de Trancoso, S.A.	100%	Integral	40 580 969	35 736 978	4 843 991	8 621 681	5 116 943	2 724 405
Generg Sol do Alentejo, Soc. Unipessoal, Lda.	100%	Integral	20 406 212	15 626 940	4 779 273	6 841 541	4 566 506	1 721 225
Generg Sol do Alentejo 2, Soc. Unipessoal, Lda.	100%	Integral	8 907 122	6 575 245	2 331 877	3 160 486	1 811 849	1 036 034
Generg Sol da Beira-Baixa Energias Renováveis, S.A.	100%	Integral	979 107	838 673	140 434	3 912	9 854	(4 698)
Pow er & Sol - Energias Renováveis, S.A.	100%	Integral	975 563	933 754	41 808	101 698	110 661	(7 081)
Genergreen SGPS, S.A.	100%	Integral	18 502 210	17 561 351	940 860	1 545 057	656 166	898 108
Generg Ventos do Pinhal Interior Sobre Equipamento, SA.	100%	Integral	134 321	92 136	42 185	28	7 814	(6 145)
Generg Ventos do Caramulo Sobre Equipamento, S.A.	100%	Integral	175 907	133 698	42 209	-	7 814	(6 173)
Generg Ventos da Gardunha Sobre Equipamento, S.A.	100%	Integral	120 964	78 755	42 209	28	7 814	(6 145)
Sol do Sorraia, S.A.	100%	Integral	322 755	274 081	48 674	-	1 679	(1 326)

36. PARTES RELACIONADAS

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

i) Entidade controladora final do Grupo

Total Eren, S.A.

ii) Acionistas

NOVENERGIA Holding Company, S.A.

iii) Subsidiárias e outras partes relacionadas

Consideram-se, igualmente, partes relacionadas, as seguintes:

- **Empresas controladas diretamente:**

As seguintes empresas são controladas diretamente e foram incluídas neste consolidado em 31 de dezembro de 2019, pelo que todos os saldos e transações entre elas encontram-se eliminados no âmbito destas contas consolidadas:

Empresas

Generg SGPS, S.A.
 Generg Novos Desenvolvimentos, S.A.
 Generg Portfólio, SGPS, S.A.
 Hidrinveste, Lda.
 Hidroelétrica do Monte, Lda.
 Sociedade Exploradora de Recursos Energéticos, Lda.
 Sociedade Hidroelétrica da Grela, Lda.
 Hidroelétrica de Manteigas, Lda.
 Generg - Gestão de Projectos de Energia, S.A.
 Generg Ventos de Proença-a-Nova, S.A.
 Generg Ventos de Viana, Lda.
 Generg Ventos de Sines, Lda.
 Megavento, S.A.
 Generg Ventos do Caramulo, S.A.
 Generg Ventos da Gardunha, Lda.
 Generventos do Pinhal Interior, S.A.
 Ventos do Seixo Amarelo, Lda.
 Generg Ventos de Trancoso, S.A.
 Generg Sol do Alentejo, Soc. Unipessoal, Lda.
 Generg Sol do Alentejo 2, Soc. Unipessoal, Lda.
 Generg Sol da Beira-Baixa Energias Renováveis, S.A.
 Genergreen SGPS, S.A.
 Power & Sol - Energias Renováveis, S.A. (a)
 Generg Ventos do Pinhal Interior Sobre Equipamento, SA.
 Generg Ventos do Caramulo Sobre Equipamento, S.A.
 Generg Ventos da Gardunha Sobre Equipamento, S.A.
 Sol do Sorraia, S.A.

(a) Participação detida em 100% até junho de 2019, data em que a GENERG SGPS vendeu a sua participação à Total Solar

iv) Pessoal chave da gestão da entidade

O relacionamento entre o pessoal apresentado e o Grupo é resultante da sua participação, integral, nos órgãos sociais daquela, nomeadamente o Conselho de Administração e, neste âmbito, das remunerações por si auferidas.

As remunerações dos órgãos sociais em 2019 e 2018 foram como segue:

	2019	2018
- Vencimentos	1 165 119	1 055 343
- Prémios de desempenho	97 564	96 602
- Outros benefícios	-	-
	1 262 683	1 151 945

v) Empresas controladas pela controladora final com as quais existe relacionamento

Empresas

NoveEnergia Holding Company, S.A.
Generg International, S.A.
Generg Serviços, Lda.

(b) Transações e saldos

Durante os exercícios de 2019 e de 2018, o Grupo apresenta as seguintes transações com partes relacionadas:

2019:

	Vendas e serviços prestados (Nota 25)	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 30)	Juros e rendimentos similares suportados (Nota 30)
Novenergia Holding Company, S.A.	1.850.228	-	-	-	(14.729)
Generg International S.A.	-	-	-	3.118.638	-
Generg Serviços, Lda.	-	229	(11.663.172)	-	-
Power & Sol	-	-	-	32.766	-
	1.850.228	229	(11.663.172)	3.151.405	(14.729)

2018:

	Vendas e serviços prestados (Nota 25)	Outros rendimentos	Fornecimentos e serviços externos	Juros e rendimentos similares obtidos (Nota 30)	Juros e rendimentos similares suportados (Nota 30)
Novenergia Holding Company, S.A.	1 736 047	-	-	-	(95 249)
Generg International S.A.	-	-	-	3 013 697	-
Generg Serviços, Lda.	-	26 166	(10 228 592)	-	-
	-	26 166	(10 228 592)	3 013 697	(95 249)

A rubrica “Vendas e serviços prestados” no montante de 1.850.228 euros em 31 de dezembro de 2019 refere-se a honorários de serviços de gestão prestados pela GENERG SGPS à holding do Grupo NOVENERGIA.

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2019 no montante de 10.296.597 euros refere-se a honorários de gestão, honorários de serviços de suporte e honorários de serviços técnicos prestado pela empresa GENERG Serviços.

O montante de 3.151.405 euros registado em 31 de dezembro de 2019 (3.013.697 euros em 31 de dezembro de 2018) refere-se a juros obtidos no empréstimo concedido pela GENERG SGPS, S.A. à GENERG International, S.A.

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

2019	Ativo				Passivo			
	Não-corrente	Corrente			Não-corrente	Corrente		
	Outros ativos financeiros (Nota 10)	Cientes (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Outros ativos financeiros (Nota 10)	Empréstimos obtidos (Nota 21)	Fornecedores (Nota 23)	Empréstimos obtidos (Nota 21)	Outras dívidas a pagar (Nota 24)
Novenergia Holding Company, S.A.	-	150.270	33.990	-	-	-	-	-
Generg International S.A.	60.855.706	-	-	3.118.638	-	-	-	52.963
Generg Serviços, Lda.	-	-	153.449	-	-	1.620.838	-	1.133.135
	60.855.706	150.270	187.439	3.118.638	-	1.620.838	-	1.186.098

2018	Ativo				Passivo			
	Não-corrente	Corrente			Não-corrente	Corrente		
	Outros ativos financeiros (Nota 10)	Cientes (Nota 12)	Outros créditos a receber (Nota 14)	Outros ativos financeiros (Nota 10)	Empréstimos obtidos	Fornecedores (Nota 23)	Empréstimos obtidos	Outras dívidas a pagar (Nota 24)
Novenergia Holding Company, S.A.	-	1 736 047	-	-	3 500 000	-	95 249	-
Generg International S.A.	61 090 509	-	-	3 013 697	-	-	-	-
Generg Serviços, Lda.	-	-	20 130	-	-	559 994	-	1 244 523
	61 090 509	1 736 047	20 130	3 013 697	3 500 000	559 994	95 249	1 244 523

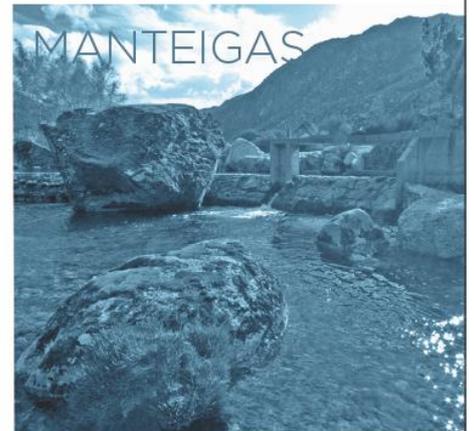
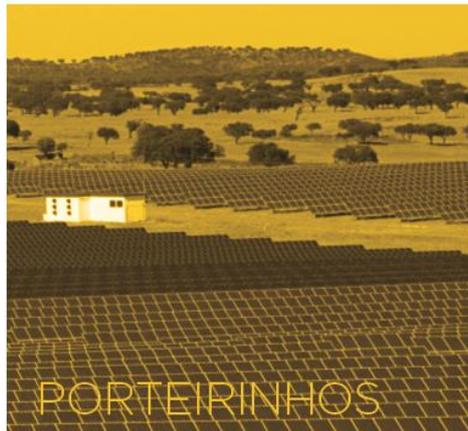
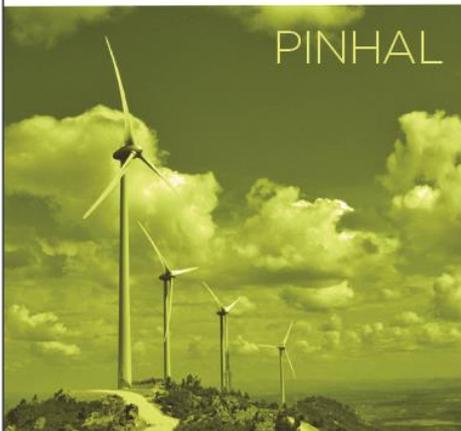
Os financiamentos obtidos e concedidos junto de partes relacionadas são remunerados a taxas normais de mercado.

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Nos primeiros meses de 2020 a Organização Mundial de Saúde qualificou a doença COVID-19 como uma pandemia internacional. O efeito prático desta doença reflete-se em toda a economia mundial.

O objeto desta empresa é a produção de energia através de fontes renováveis, a administração não registou impactos nem estima que os venha a ter na operacionalidade dos seus ativos, na continuidade das suas operações e nem impacto financeiro nas suas atividades.

O Grupo colocou em prática um plano de contingência no âmbito da infeção pelo novo COVID-19, de forma a dotar metodologias que garantam a continuidade da prestação dos seus serviços, a promoção da saúde e do bem-estar de todos os seus trabalhadores, dos parceiros externos e, em geral, de toda a comunidade onde se insere.



**INDIVIDUAL +
CONSOLIDADO**

**RELATÓRIOS DE
AUDITORIA**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Acionistas da Generg – S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Generg – S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

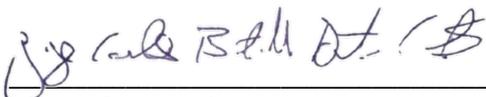
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2019, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2019 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que inclui um parágrafo na secção “Outras matérias”.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 30 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Generg – SGPS, S.A.

**Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro
de 2019 acompanhadas da Certificação Legal das
Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Generg – S.G.P.S., S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 386.686.110 euros e um total de capital próprio de 152.377.197 euros, incluindo um resultado líquido de 28.969.271 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Generg – S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras mencionadas acima, referem-se à atividade da Entidade a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora as participações financeiras tenham sido registadas pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são consolidados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação da subsidiária. As demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral de ativos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efetuado em demonstrações consolidadas a aprovar e publicar em separado.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2020. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

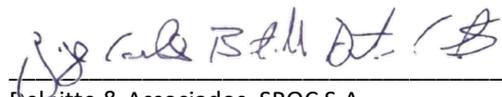
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC

Generg – SGPS, S.A.

**Demonstrações Financeiras Consolidadas em 31 de
dezembro de 2019 acompanhadas do Relatório de
Auditoria**

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Generg S.G.P.S., S.A. (“Entidade”) e suas subsidiárias (“Grupo”), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 466.998.513 euros e um total de capital próprio de 152.567.977 euros, incluindo um resultado líquido de 28.969.271 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Generg S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000
Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa
Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

© 2020. Para informações contacte Deloitte & Associados, SROC S.A.



IS 668746

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

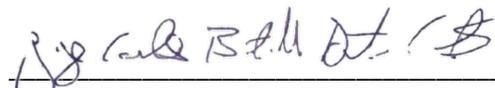
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 30 de junho de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC